



HUMAN
RIGHTS
WATCH

“O que é uma Casa sem Comida?”

O Boom da Mineração em Moçambique e o Reassentamento





“O que é uma Casa sem Comida?”
O *Boom* da Mineração de Carvão e o Reassentamento

Copyright © 2013 Human Rights Watch

Todos os direitos reservados.

Impresso nos Estados Unidos da América

ISBN: 978-1-6231-30152

Design da capa por Rafael Jimenez

A Human Rights Watch dedica-se a proteger os direitos humanos dos povos do mundo inteiro. Erguemo-nos com as vítimas e activistas para impedir a discriminação, apoiar a liberdade política, proteger as pessoas dos comportamentos desumanos em tempo de guerra, e para trazer os culpados à justiça. Nós investigamos e divulgamos as violações dos direitos humanos e responsabilizamos quem as cometer. Nós incitamos os governos e outras entidades no poder a pôr fim a práticas abusivas e a respeitar a legislação internacional dos direitos humanos. Para além disso, mobilizamos o público e a comunidade internacional para apoiar a causa dos direitos humanos para todos.

A Human Rights Watch é uma organização internacional com trabalhadores sediados em mais de 40 países e escritórios em Amsterdão, Beirute, Berlim, Bruxelas, Chicago, Genebra, Goma, Joanesburgo, Londres, Los Angeles, Moscovo, Nairobi, Nova York, Paris, São Francisco, Tóquio, Toronto, Tunis, Washington DC, e Zurique.

Para mais informações, por favor visite nosso website: <http://www.hrw.org>

“O Que É Uma Casa Sem Comida?”

O *Boom* da Mineração de Carvão e o Reassentamento

Mapa 1: Província de Tete, Moçambique	i
Mapa 2: Locais das Aldeias Originais e Reassentadas na Província de Tete.....	ii
Sumário e Recomendações	1
Licenças de Mineração na Província de Tete, Moçambique.....	7
Empresas com Licenças de Mineração no Distrito de Moatize, Província de Tete.....	21
Metodologia.....	31
I. Moçambique e o Investimento Estrangeiro.....	34
Pobreza e Crescimento	34
Investimentos na Mineração de Carvão na Província de Tete	36
Impactos Ambientais	37
No que respeita à Transparência.....	40
Debates sobre o <i>boom</i> de Recursos Naturais e Redução da Pobreza.....	42
II. A Mineração de Carvão e o Reassentamento das Comunidades Locais	45
Vale	45
Rio Tinto and Riversdale	47
Jindal Steel and Power Limited.....	49
TABELA 1: REASSENTAMENTO DEVIDO À MINERAÇÃO DE CARVÃO NA PROVÍNCIA DE TETE	50
III. Problemas com o Reassentamento da Vale e da Rio Tinto.....	51
Interferência no Direito à Alimentação e uma Redução na Auto-Suficiência	53
Terras de Baixa Qualidade e de Baixa Produção.....	54
Atrasos no Fornecimento de Terras Prometidas Em Cateme.....	57
Perda de outras Fontes de Rendimento em Dinheiro e Pecuária	59
Fome.....	65
Assistência Alimentar	66
Abastecimento de Água Incerto e Insuficiente.....	69
Casas com Rachaduras e Infiltrações	71
Infra-estrutura Educacional.....	74

Atrasos na Infra-estrutura de Saúde em Mwaladzi	76
IV. Falhas no Processo de Reassentamento	79
A Supervisão do Governo em Evolução	79
Planejamento Inadequado para os Impactos Cumulativos dos Projectos de Mineração	81
Participação Limitada da Comunidade nas Decisões de Reassentamento.....	84
Perturbações Relacionadas com o Calendário e Informação do Deslocamento.....	87
V. Respostas do Governo e das Companhias	90
Manifestação em Cateme	90
Responder à Terra de Pouca Qualidade e à Perda de Meios de Subsistência.....	93
Comunicação e Acesso a Informação	97
Promessas Quebradas.....	100
Falta de Mecanismos de Reclamação Coerentes.....	102
O Decreto de Reassentamento de 2012	104
VI. O Reassentamento da Jindal Steel and Power Limited	106
VII. Padrões Nacionais e Internacionais	110
Direitos à Alimentação, Água, Saúde e Habitação	110
Responsabilidade Empresarial de Respeitar os Direitos Humanos.....	113
O Direito à Remediação	114
Agradecimentos	117
Anexos	119
Anexo 1: As Principais Concessões e Licenças de Prospecção de Carvão na Província de Tete .	119
Anexo 2: A Resposta da Vale à Southern Africa Resource Watch	123
Anexo 3: A Resposta da Rio Tinto à Southern Africa Resource Watch.....	131

Mapa 1: Província de Tete, Moçambique



Mapa 2: Locais das Aldeias Originais e Reassentadas na Província de Tete

LOCAIS DAS ALDEIAS ORIGINAIS E REASSENTADAS NA PROVÍNCIA DE TETE



SUMÁRIO E RECOMENDAÇÕES

“O que é uma Casa sem Comida?”

O Boom da Mineração em Moçambique e o Reassentamento

Fotografias por Samer Muscati / Human Rights Watch



Mulheres agricultoras num terreno agrícola estéril em Mwaladzi. O reassentamento para uma área com abastecimento de água limitada e fraca produtividade agrícola tem levado agricultores que já produziram a maioria de sua própria comida a tornarem-se dependentes em programas de assistência alimentar. Erica D. (no meio) disse: “Olhe para este solo. Você acha que isto é solo onde as pessoas podem crescer alguma coisa? Basta olhar para estas plantas secas. Você acha que milho pode vir destas pequenas plantas? Ele não cresce aqui.”



Eu costumava produzir mapira, suficiente para encher o armazém, provavelmente cerca de cinco ou seis sacos. Tínhamos uma cozinha cheia de milho. Nós só comprávamos comida quando havia algum problema, mas geralmente nós não tínhamos que o fazer.

A terra agrícola que recebemos [depois do reassentamento] é vermelha e não preta como tínhamos antes. Tentei cultivar milho e morreu. A mapira também falhou.

A nova casa é apenas uma casa. Eu não estou muito satisfeita. O que eu posso dizer é, o que é uma casa sem comida? Eu não posso comer a minha casa.

—MARIA C., AGRICULTORA REASSENTADA,
MWALADZI, ALDEIA DE REASSENTAMENTO DA
RIO TINTO, 05 DE OUTUBRO DE 2012



Uma onda de investimento estrangeiro ligada aos recursos naturais em Moçambique, incluindo grandes reservas de carvão e gás natural offshore, promete novas possibilidades económicas para o país que durante muito tempo foi classificado como um dos mais pobres do mundo. As empresas multinacionais de mineração e de gás têm investido biliões de dólares em Moçambique nos últimos dez anos e o governo estima que vai atrair ainda cinquenta biliões de dólares de investimento adicional na próxima década. O crescimento

explosivo do sector mineiro, sem salvaguardas adequadas, pode levar à violação dos direitos humanos e a uma perda de oportunidades para reduzir a pobreza generalizada.

Na Província de Tete, conhecida pelo seu potencial rico em carvão, as comunidades locais foram deslocadas e reassentadas de 2009-2011 devido às operações ligadas ao carvão pelas empresas Vale e Rio Tinto e estas têm enfrentado distúrbios significativos e persistentes ligados ao acesso a



alimentos, água e trabalho. Muitas das famílias, praticantes de agricultura que anteriormente viviam ao longo do rio, podiam andar até aos mercados na capital do distrito de Moatize e estas consideravam-se auto-suficientes. Estas vivem a cerca de 40 km de distância, em terras agrícolas de qualidade profundamente desigual, fornecimento não fiável de água e acesso reduzido às principais fontes de rendimento não-agrícola. Muitos dos agregados familiares reassentados sofreram períodos de insegurança alimentar,

A operação de mineração de carvão “Benga” da Rio Tinto, na província de Tete, no centro de Moçambique. Árida, rica em carvão, Tete tem estado no epicentro de um boom de mineração de carvão que tem atraído milhares de milhões de dólares em investimento estrangeiro. Sem salvaguardas adequadas, este boom também apresenta riscos graves aos direitos humanos

ou quando possível, de dependência em relação à assistência alimentar financiada pelas empresas responsáveis pelo reassentamento.

Deficiências graves tanto na política do governo como na fiscalização e na implementação feita pelas empresas privadas, levaram à deslocação das comunidades para estes locais. Houve também falta de comunicação entre o governo e as empresas de mineração com as comunidades reassentadas, bem como a falta de mecanismos acessíveis e de resposta relativos à participação na tomada de decisão, expressão de queixas e obtenção de soluções para as reclamações e injustiças. Frustrados pela falta de resposta a esta situação, aproximadamente 500 residentes da aldeia de reassentamento da Vale em Cateme, protestaram no dia 10 de Janeiro de 2012, bloqueando a linha férrea que liga a mina de carvão da Vale ao porto da Beira. Esta demonstração, e uma resposta violenta por parte da polícia local, que agrediu vários manifestantes, permitiram o escrutínio nacional relativo aos problemas em Cateme e noutros locais onde for necessário o reassentamento.

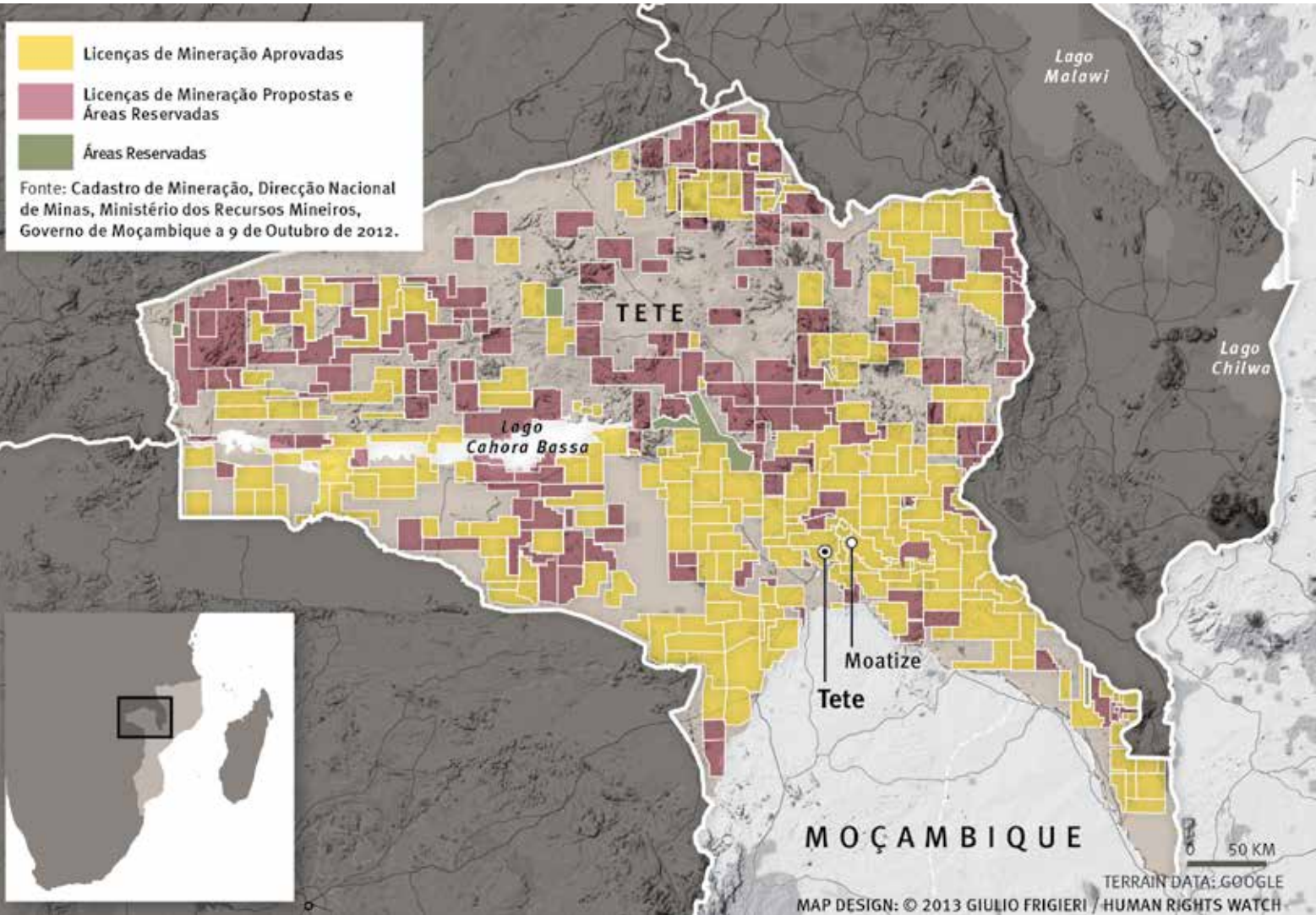
A Província de Tete, no centro de Moçambique, abriga cerca de 23 biliões de toneladas de reservas de carvão, que têm atraído investimentos de todo o mundo. A velocidade do Governo de Moçambique na aprovação de mega-projectos ultrapassou o desenvolvimento e a implementação de salvaguardas adequadas para proteger os direitos das comunidades afectadas. Embora o reassentamento das comunidades locais tenha sido feito de modo a dar lugar às minas de carvão desde 2009, o governo não tinha regulamentação específica relativa ao reassentamento até Agosto de 2012.

De acordo com a informação do Governo Moçambicano relativo ao Cadastro Mineiro em Outubro de 2012, o governo aprovou pelo menos 245 concessões mineiras e licenças de exploração na província de Tete, cobrindo aproximadamente 3.4 milhões de hectares ou 34 por cento de toda a sua área.

Uma linha férrea utilizada para transportar os carregamentos de carvão da Vale da sua mina em Moatize ao porto da Beira. A 10 de Janeiro de 2012, cerca de 500 pessoas fizeram uma manifestação e bloquearam a linha férrea. Profundamente frustrados e preocupados com as suas condições de vida, desde o reassentamento em 2010, os residentes de Cateme protestaram contra a Vale e os funcionários do governo local, exigindo uma resposta às suas preocupações sobre a terra, casas, água, transporte e oportunidades de emprego.



Licenças de Mineração na Província de Tete, Moçambique



A mineração de carvão é responsável por cerca de um terço da área acima mencionada. Num contexto que engloba todas as aplicações para licenças que pendem aprovação, a proporção de terra envolvida aumenta aproximadamente para 6 milhões de hectares ou aproximadamente 60 por cento de toda a área da província de Tete. Tem havido pouca gestão ou planeamento em torno dos impactos cumulativos dos projectos de mineração, e a grande concentração de terra destinadas a licenças de exploração mineira na província de Tete têm limitado profundamente a disponibilidade de áreas para se fazer o reassentamento adequado das comunidades deslocadas pelas operações de mineração.

As primeiras empresas que estiveram envolvidas desde o princípio nas operações de mineração de carvão incluem duas das três maiores empresas envolvidas em mineração a nível mundial: Vale, uma empresa brasileira, e a Rio Tinto,

Este mapa é baseado nos dados do Registo Mineiro do governo Moçambicano a Outubro de 2012 e não reflecte nenhuma licença nova, expirada ou cancelada desde então. Poderão haver licenças adicionais não reflectidas neste mapa devido a lacunas nos dados obtidos. Nem toda a actividade de exploração leva à descoberta de depósitos comercialmente viáveis e ao desenvolvimento de minas, portanto este mapa não implica que todas as áreas sombreadas serão eventualmente cobertas por operações de mineração. Mas o número e a localização lotada das concessões contribuem para problemas que envolvem o reassentamento das comunidades locais, a gestão dos recursos hídricos e conflitos sobre reivindicações do uso da terra.

uma empresa anglo-australiana que adquiriu a empresa australiana Riversdale e as suas participações na Província de Tete, em 2011. Jindal Steel and Power Limited, uma empresa Indiana e Beacon Hill Resources, uma empresa Britânica, também começaram a mineração de carvão em 2012. Várias outras empresas e parcerias ainda estão em fases de prospecção ou desenvolvimento.

O desenvolvimento, promovido pela Vale e Rio Tinto, de minas a céu aberto de carvão, vias de acesso e infra-estruturas relacionadas deslocou milhares de pessoas das comunidades locais, principalmente agricultores de subsistência. Entre 2009 e 2010, a Vale reassentou 1365 agregados familiares para uma aldeia construída recentemente, Cateme, e para um bairro urbano denominado 25 de Setembro. A Rio Tinto e a Riversdale reassentaram 84 agregados familiares para uma aldeia construída recentemente, Mwaladzi, em 2011. A Rio Tinto tem planos de reassentar 595 agregados familiares adicionais para Mwaladzi até Maio de 2013 e para as áreas urbanas próximas da capital do distrito de Moatize. A Jindal Steel and Power Limited tem planos para reassentar 484 agregados familiares quando o Governo aprovar o local escolhido e os planos de deslocamento. Estes irão compensar mais de mil agregados familiares adicionais que irão perder as suas terras ou outros bens.

A Human Rights Watch, através de entrevistas com 79 membros da comunidade que foram reassentados ou a serem reassentados em breve e 50 oficiais do governo, representantes das empresas, activistas da sociedade civil e doadores internacionais, investigou os impactos sobre os direitos humanos ligados ao reassentamento e a resposta do governo de Moçambique, da Vale e da Rio Tinto. A nossa pesquisa mostra que o reassentamento, em particular o fornecimento de terras agrícolas de baixa qualidade e acesso a água incerto, tem impactos negativos na qualidade de vida dos membros da comunidade, incluindo nos direitos à alimentação, água e trabalho.

As pessoas que foram deslocadas para a aldeia de reassentamento Cateme da Vale e para a aldeia de reassentamento de Mwaladzi da Rio Tinto sofreram uma grande perturbação em relação aos seus meios de subsistência e continuam a lutar para restabelecer a sua auto-suficiência. A Human Rights Watch entrevistou agricultores de Maio a Outubro de 2010, que nos mostraram as suas terras áridas e os seus armazéns de comida vazios e disseram ainda que as áreas de cultivo que lhes foram fornecidas como compensação são pouco produtivas, inadequadas para o cultivo das suas culturas básicas de milho e mapira, e incapazes de suportar a segunda colheita típica de vegetais. Por outro lado, vários agricultores que aguardam o reassentamento para Mwaladzi mas que ainda se encontram nas suas aldeias originais obtiveram uma rica produção de vegetais nas suas parcelas ao longo do rio Ruvubóé.





Malosa C. e a sua família fora do seu novo lar em Mwaladzi, em frente do seu armazém de milho vazio. As pessoas reassentadas para Mwaladzi contaram à Human Rights Watch que eles sofreram um grande choque e ruptura dos seus meios de subsistência e ainda estão a lutar para restabelecer a sua auto-suficiência. Funcionários da empresa de mineração têm reconhecido a pouca qualidade da terra e a falta de acesso a água na nova comunidade. O governo concedeu tanta terra para licenças de exploração mineira na província de Tete que existem poucas opções de áreas de reassentamento viáveis.



Atilia M. e o seu filho colhem vegetais num terreno ao longo do rio Revuboé perto da sua aldeia, Capanga, antes do reassentamento. Eles crescem cebolas, tomates, batatas doces, e outros vegetais. As famílias já reassentadas em Mwaladzi não têm acesso a um rio e têm lutado para cultivar alimentos básicos ou vegetais na sua nova localização.



Zos B. colhe uma variedade de legumes perto do solo naturalmente irrigado das margens do rio Revuboê. Ela e os seus vizinhos disseram que dependem do rio para regar o seu gado e agricultura bem sucedida e estão preocupados com o reassentamento de Mwaladzi, que não tem o rio por perto.



(topo) Matilde, J., mãe de três crianças pequenas de Cassoca disse, “Eu acho que vamos sofrer. Estamos a mudar-nos para um sítio sem ouro. Nós estamos a ir contra a nossa vontade.”

(fundo) Uma mulher de Cassoca mostra uma pepita de ouro garimpado nesse dia por um membro da sua família que iria ganhar uma renda suficiente para cobrir as despesas de um mês. Os moradores de Cassoca expressaram a preocupação de que uma vez que eles fossem reassentados, eles perderiam o acesso ao garimpo de ouro, que é uma importante fonte de rendimento secundária para a comunidade.



Mulheres a extraír ouro em Cassoca, uma aldeia destinada para reassentamento para abrir caminho para as operações de mineração da Jindal Steel and Power Limited. Todos os moradores de Cassoca que a Human Rights Watch entrevistou disseram que actualmente complementavam a sua renda com a extração de ouro e a venda de frutas.



Crianças a nadarem no rio Revuboé. Antes do reassentamento, muitos residentes contavam com a proximidade do rio não só para a agricultura, mas também para tomar banho, lavar roupa e socializar. Ana Maria B., uma mulher quase a ser reassentada para a vila de reassentamento da Rio Tinto, Mwaladzi, disse, “Desde que eu nasci, eu tenho tomado banhos aqui no rio. Eu tenho lavado as minhas roupas aquiAté as minhas crianças cresceram aqui neste rio. Elas sabem como nadar. Onde vamos vão dar-nos água em recipientes pequenos. Eu não estou habituada a esse tipo de coisa.”





A Vale instalou bombas de água em Cateme para suprir a falta de fontes de água naturais na área e reduzir a quantidade de tempo que se passava a recolher água. Mas, nos dois primeiros anos após o reassentamento, as bombas, por vezes, caíam em desuso e os domicílios tinham quantidades insuficientes de água.

Os representantes da Vale reconheceram que a terra nos locais de reassentamento é árida e que requer irrigação de modo a melhorar a fertilidade e a Rio Tinto através de uma comunicação dirigida à Human Rights Watch observou que estavam “cientes que a capacidade de carga da terra em Mwaladzi é marginal sem a implementação de esquemas de irrigação”. Embora a Vale e a Rio Tinto tenham implementado o reassentamento das comunidades deslocadas através das suas operações, o governo de Moçambique é responsável pela aprovação e atribuição de locais de reassentamento, bem como pela monitorização do resultado.

A escolha dos locais de reassentamento também teve impactos negativos sobre o acesso aos meios de subsistência não-agrícola dos agregados familiares reassentados. Cateme e Mwaladzi encontram-se localizados aproximadamente a 40 km dos mercados na capital do distrito de Moatize, enquanto que antes do reassentamento, as comunidades estavam a poucos km de distância. O aumento da distância, opções de transporte limitadas, e a escassez de embondeiros, um recurso amplamente utilizado nas suas aldeias de origem, reduziu a capacidade das comunidades de vender lenha, carvão e frutos silvestres, actividades que eram praticadas por muitos quando a escassez de chuva afectava as colheitas ou quando precisavam de rendimento em dinheiro. Os empregos gerados pela Vale e pela Rio Tinto, durante a fase de construção e disponíveis para o reassentamento de indivíduos, eram maioritariamente contractos a curto prazo que já terminaram.



Para agravar os seus problemas com os meios de subsistência, os agregados familiares reassentados em Cateme e Mwaladzi tiveram problemas sérios com a disponibilidade e acessibilidade de água para uso doméstico e agrícola. No período inicial após o reassentamento, as bombas de água em mau estado ou que deixaram de funcionar devido à falta de energia eléctrica exacerbaram problemas gerais relativos à disponibilidade de água. Os agregados familiares em Mwaladzi, às vezes, dependiam de água a ser entregue através de camiões e houve casos relatados de falta de água durante três dias. Para os que vivem perto dos rios Zambeze ou Revuboé, os problemas de água nos locais de reassentamento representaram uma deterioração significativa na qualidade de vida para muitas famílias.

A Vale concebeu a aldeia de reassentamento urbano 25 de Setembro para as famílias que dependiam principalmente

Joia B., 27 anos, a fazer tijolos em Mwaladzi em troca de pacotes de comida financiados pela Rio Tinto. “Os nossos campos não estão a produzir nada.... Nós temos casas, mas não temos comida.”

de meios de subsistência não-agrícola. As pessoas que optaram pelo deslocamento para 25 de Setembro não receberam novas terras para cultivo como parte do seu pacote de compensação, mesmo que tivessem cultivado anteriormente. A Human Rights Watch falou com os residentes reassentados que sofreram com a transição de terem tanto rendimento em dinheiro como parcelas de terra para apenas ganharem dinheiro para sustentar as suas famílias. Estes indivíduos e famílias enfrentaram novos custos relativos ao pagamento de alimentos e despesas não antecipadas, tais como o pagamento de água canalizada, que a maioria obtinha a partir de um rio localizado na proximidade, tubos ou poços sem nenhum custo.



Na área de reassentamento “urbano” de 25 de Setembro, várias famílias chefiadas por mulheres vivem nas cozinhas das casas que lhes foram fornecidas e alugam a parte principal da casa para comprar comida. Os moradores não receberam terras como haviam esperado para ganharem a vida de outras maneiras. Fátima S. disse que ela e os seus seis filhos vivem e dormem nos pequenos cantos da sua cozinha.

Os agregados familiares chefiados por mulheres encontravam-se muitas vezes em situações económicas particularmente precárias, incluindo mulheres idosas e mães solteiras que se mudaram para 25 de Setembro, principalmente para estarem perto dos seus familiares ou dos serviços de saúde, e não pelo facto de elas puderem contar com empregos em zonas urbanas.

A Human Rights Watch entrevistou seis mulheres e ouviu relatos de agregados familiares adicionais em 25 de Setembro,

que optaram por viver nas suas cozinhas, por vezes com até seis filhos, e alugaram as suas casas provenientes do pacote de compensação, a fim de ganharem dinheiro suficiente para comprar alimentos e água.

A provisão de educação e infra-estruturas de saúde em Cateme tem procedido de forma suave. A Vale financiou uma escola primária nova, uma escola secundária residencial e um centro de saúde. Devido aos atrasos no calendário do reassentamento, os residentes da aldeia de reassentamento de Mwaladzi da Rio Tinto, geralmente viajam para Cateme para o centro de saúde e para a escola primária. O transporte limitado, especialmente à noite e aos fins-de-semana, fez com que várias mulheres e meninas em Mwaladzi tivessem os partos em casa em 2011 e 2012, ao invés de no centro de saúde com profissionais qualificados. As aldeias originais encontravam-se localizadas perto do hospital distrital com opções de transporte em Moatize.



Uma das queixas principais é em relação à qualidade da habitação. Nos locais de reassentamento de Cateme e 25 de Setembro da Vale, onde novas habitações de cimento com telhados de zinco foram planeadas como uma melhoria em relação às casas de madeira em que muitos viviam anteriormente, a má construção criou rachas nas paredes e infiltrações pesadas quando chovia. Durante o processo de construção inicial, a Vale também fez alterações à concepção das casas que tinha sido inicialmente acordada sem a devida consulta e comunicação com as comunidades reassentadas e acabou por construir estas casas sem as fundações necessárias.

Uma análise detalhada dos impactos ambientais está para além do âmbito deste relatório, no entanto, a mineração de carvão é amplamente reconhecida como uma das formas mais perigosas de extracção de recursos naturais para a saúde humana e para o meio ambiente.

Os pacotes de compensação para as famílias reassentadas incluíam uma nova casa feita com tijolos, cimento, um telhado de zinco e estruturas separadas para a cozinha, casa de banho e armazém para as colheitas. A construção de má qualidade feita pela empresa contractada pela Vale em Cateme levou a rachaduras nas paredes de muitas casas e vazamentos, tanto do tecto como do chão quando chovia.

No caso das minas de carvão a céu aberto, estes incluem a poluição do ar, poluição da água, degradação do solo, os impactos sociais e as emissões de carbono que contribuem para as mudanças climáticas. Os Estudos de Impacto Ambiental elaborados pela Vale e Riversdale, notam a proximidade das minas de carvão com os assentamentos populacionais de Moatize e da cidade de Tete, bem como os rios Zambeze e Revuboe, aumentando o risco dos impactos negativos, em particular no caso de falhas relativas à mitigação.



Durante a fase inicial de construção, a Vale mudou o design acordado das casas novas para um modelo sem base para acelerar a construção. Após queixas das famílias reassentadas, a Vale começou a reparar todas as casas em Cateme e 25 de Setembro em 2012, incluindo a adição de uma fundação.

* * *

O Governo Moçambicano tem obrigações sob a constituição nacional e a lei internacional dos direitos humanos para proteger uma variedade de direitos, tal como à alimentação, água, trabalho, habitação e saúde. Estas obrigações exigem que o governo evite quaisquer medidas regressivas deliberadas que interfiram com o usufruimento destes direitos e de tomar medidas para promover a sua realização progressiva. Para Moçambique, isto significa coordenar a gestão das indústrias extractivas com estratégias de redução da pobreza, fortalecendo as protecções para as pessoas reassentadas devido aos projectos de mineração e fornecendo remediações justas e oportunas para aqueles que foram afectados negativamente.

As empresas privadas são obrigadas a respeitar estes direitos, inclusivé por meio de devida diligência para prevenir violações de direitos humanos através das suas operações e mitigá-los no caso de esta situação ocorrer.

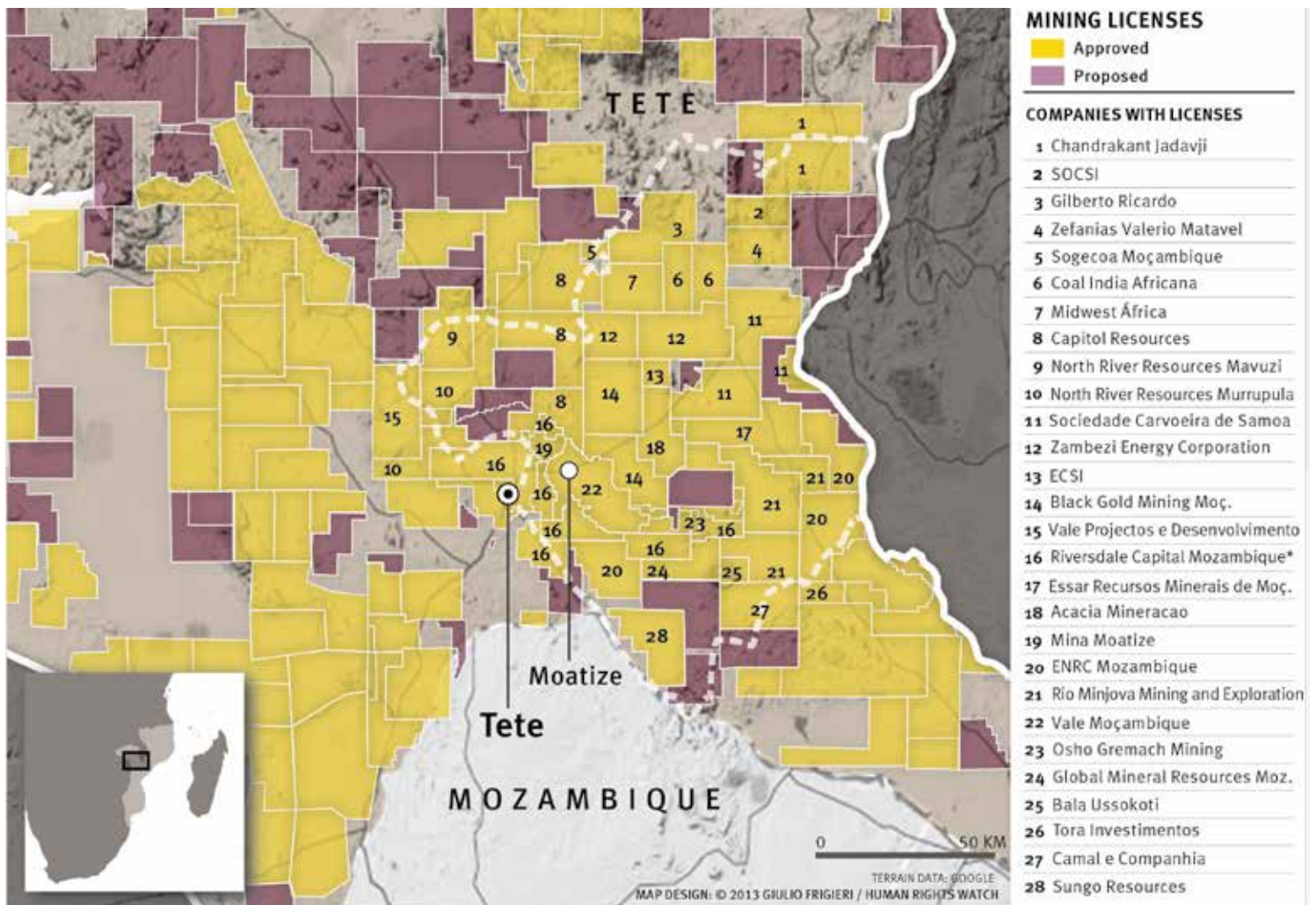
Tanto a Vale como a Rio Tinto assumiram compromissos públicos e privados para melhorar o padrão de vida das comunidades reassentadas. No início de 2013, ambos tinham implementado projectos para melhorar o abastecimento e armazenamento de água para uso doméstico e procuravam maneiras de melhorar a disponibilidade de água para o gado e uso agrícola.

Em Julho de 2012, a Vale assinou um memorando de entendimento com o governador da Província de Tete para realizar reparos e adicionar fundações em todas as casas construídas, aumentar as oportunidades de capacitação e fornecer dez árvores frutíferas para cada família em Cateme e 25 de Setembro.

Apesar destas melhorias, o fornecimento da prometida compensação e melhorias na infra-estrutura, incluindo a substituição das terras agrícolas, abastecimento de água adequada, infra-estrutura ligadas à saúde e restauração de meios de subsistência, foram adiadas por alguns meses e, em alguns casos, anos. De acordo com as normas internacionais, as pessoas reassentadas têm o direito à sua compensação, incluindo o acesso a serviços, que devem estar estabelecidos no momento do reassentamento.

Pelo menos 83 famílias em Cateme não tiveram acesso à terra porque as suas parcelas de terra tinham muita pedra ou foram recuperadas pelos seus usuários originais. Em Abril de 2013, a compensação alternativa a esta terra ainda estava a ser negociada, mas a Vale afirmou que ainda não tinha fornecido aos agregados familiares qualquer compensação adicional ou assistência para as suas dificuldades extras nos três anos desde tinham sido reassentados.

Empresas com Licenças de Mineração no Distrito de Moatize, Província de Tete



Em Abril de 2013, todos os agregados familiares reassentados em Cateme ainda estavam à espera que o governo provincial alocasse um segundo hectare de terra agrícola prometida no pacote de compensação original, em 2009. Uma segunda parcela de terra—se fértil—pode aliviar significativamente os problemas das comunidades reassentadas em restaurar os seus meios de subsistência e acesso a comida. A dificuldade em encontrar terra adequada é particularmente acentuada no distrito de Moatize, onde cerca de 80 por cento da terra foi designada para concessões de mineração e licenças de exploração. No momento da formalização por escrito, os funcionários da Vale disseram à Human Rights Watch que o governo decidiu alterar os termos do pacote de compensação e que a Vale devia fornecer dinheiro em vez do segundo hectare da terra prometida aos agregados familiares reassentados em Cateme. Essa mudança suscita uma série de questões, incluindo a sustentabilidade a longo

Este mapa é baseado nos dados do Registo Mineiro do governo Moçambicano a Outubro de 2012 e não reflecte nenhuma licença nova, expirada ou cancelada desde então. A bacia de carvão do distrito de Moatize tem sido um grande foco do interesse de investidores.

prazo da compensação financeira se esta não for investida em activos produtivos.

Soluções a curto prazo incluíram a distribuição de pacotes de alimentos para os moradores de Cateme e Mwaladzi e organização de programas de comida-por-trabalho intermitentes através de uma agência do governo. A Vale providenciou embalagens de alimentos como compensação pelas perturbações causadas nas colheitas em 2009 e 2010, apesar das dificuldades que muitos agregados familiares enfrentaram para cultivar alimentos adequados ou ganhar dinheiro para comprar comida, estes não forneceram



Ernesto M. a conduzir a sua moto ao fim do dia da sua casa em Capanga, onde viveu por 35 anos. Alguns dos seus vizinhos foram reassentados um ano antes, mas ele não sabe quando a sua família será deslocada. A falta de informação sobre as mudanças no cronograma de reassentamento levou a incertezas sobre investir em reparos críticos da sua moradia ou trabalhar na sua quinta. “Eles disseram-nos que mudaríamos este mês mas até agora eu ainda não recebi nenhuma informação. Eu estou preocupado, eu não reparei o telhado e se a chuva começar a minha situação será má.”

assistência alimentar adicional até Março de 2012. De forma semelhante, a Rio Tinto forneceu somente três meses de assistência alimentar logo após o reassentamento, e só em Setembro de 2012, é que iniciou o fornecimento de assistência alimentar adicional. A falta de informação sobre o tempo e a duração da assistência alimentar tem contribuído para a geração de uma certa ansiedade nos agregados familiares

reassentados em relação à sua segurança alimentar e auto-suficiência.

Após um reconhecimento crescente dos problemas ligados à subsistência dos agregados familiares reassentados, a Vale e Rio Tinto já iniciaram projectos como a formação de cooperativas de frangos, incentivaram as pessoas a cultivar novas culturas de rendimento em vez de seus alimentos básicos e exploraram soluções tecnológicas complexas para o problema endêmico de água, com propostas que vão desde a construção de uma barragem de captação de água até à canalização de água do rio Zambeze, que está localizado cerca de 60 km de distância. Os agregados familiares reassentados em Cateme e Mwaladzi podem beneficiar destas iniciativas, mas estas estão agora também dependentes de projectos de “desenvolvimento” que podem levar anos para se concretizar.

Funcionários do governo local, provincial e central reconheceram que cometeram alguns erros em relação ao reassentamento, embora admitam ter aprendido com a experiência e que isto irá evitar problemas semelhantes no futuro. Em relação à potencial culpa por parte da Vale e da Rio Tinto atribuída aos vários problemas, o governo admite que poderia ter desempenhado um papel mais forte como mediador. Neste momento, existe uma exigência para a presença de um representante do governo durante as reuniões entre as comunidades e as empresas. Embora esta prática possa potencialmente desempenhar um papel protector durante as negociações e resolução de conflitos, esta tem impedido a comunicação mais regular entre as empresas e as comunidades, diminuindo o número de pessoas que participa nas reuniões e acções resultantes para resolver as reclamações.

As autoridades distritais também instruíram os líderes comunitários das zonas reassentadas para não falarem com activistas da sociedade civil, jornalistas, e outros órgãos, a menos que estes tenham obtido uma aprovação prévia e “credenciais” adequadas do administrador do distrito. Esta medida impediu agências internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), de realizar pesquisa e implantação de programas nas aldeias reassentadas. Estas acções prejudicam o direito à liberdade de expressão.

O governo esforçou-se para instituir um quadro regulamentar mais abrangente, que deveria ter sido realizado antes do desenvolvimento de mega-projectos e reassentamentos. No dia 8 de Agosto de 2012, o Conselho de Ministros de Moçambique aprovou um novo decreto que regula o reassentamento devido aos projectos económicos. O decreto ajuda a preencher uma lacuna crítica e estabelece os requisitos básicos de habitação e infra-estrutura social. No entanto, o governo não consultou adequadamente o público, a sociedade civil, o sector privado e os doadores internacionais durante a sua elaboração, e a versão final está aquém de fornecer protecções críticas relacionadas, por exemplo, com a qualidade da terra, meios de subsistência, acesso a cuidados de saúde e mecanismos de reclamação. O decreto não estabelece normas claras para o acesso ao abastecimento de água, tempo ou prazos ligados aos movimentos para evitar interrupções no ciclo de cultivo e assistência técnica para aqueles que têm de se adaptar ou mudar as suas condições de vida.

O governo tem procurado progressivamente várias outras medidas para gerir a indústria extractiva e o seu impacto na economia. Isto inclui a revisão da legislação de mineração, por exemplo, para exigir a publicação dos novos contratos e a revisão do seu regime fiscal para incluir políticas fiscais mais favoráveis ao governo. A Lei do Orçamento de 2013 requer 2,75 por cento das receitas de gás e mineração a serem

reservadas para projectos de desenvolvimento comunitário para as populações directamente afectadas. Moçambique tornou-se também um membro cumpridor da Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas internacionais (EITI), uma iniciativa voluntária que visa o aumento da transparência das receitas através da verificação e divulgação das receitas pagas aos governos dos países membros por empresas envolvidas na indústria extractiva.

Estas são medidas positivas para o qual o governo merece crédito, mas são medidas que ainda precisam de ser executadas. Por exemplo, as comunidades afectadas por grandes projectos precisam estar cientes dos seus direitos legais e devem ser capazes de participar de forma significativa na tomada de decisões em todas as fases de reassentamento. O planeamento integrado para coordenar os impactos económicos, sociais e ambientais cumulativos do boom de recursos naturais e dos esforços nacionais de redução da pobreza contínua fraco. E existe pouca transparência em relação à forma como as receitas do sector de mineração e gás são usadas.

Moçambique está numa encruzilhada. O aumento das receitas ligado a um planeamento minucioso e mecanismos de controlo e equilíbrio têm o potencial para fazer contribuições significativas para a realização progressiva dos direitos económicos, sociais e culturais protegidos internacionalmente. Mas sem transparência, a boa governação, que incluem canais para reclamações e recursos e planos para o crescimento inclusivo, fazem com que os grandes investimentos estrangeiros em recursos naturais possam facilmente traduzir-se em enormes lucros para alguns e impactos prejudiciais para as comunidades locais mais directamente afectadas.

Os projectos da Vale e da Rio Tinto, na província de Tete, são apenas os primeiros de muitos grandes projectos e reassentamentos que irão ocorrer em Moçambique ao longo das próximas décadas, tornando de importância vital as lições aprendidas com os projectos actuais. Novos reassentamentos, incluindo os previstos pelas Jindal Steel and Power Limited e Rio Tinto irão proporcionar um importante teste em relação à eficácia da evolução das salvaguardas. As seguintes recomendações destacam os principais passos que o governo Moçambicano e as empresas de mineração devem tomar para remediar a situação das comunidades já reassentadas, e para fortalecer as protecções dos projectos futuros.

RECOMENDAÇÕES

PARA O GOVERNO DE MOÇAMBIQUE

O governador da província de Tete, em coordenação com as autoridades centrais, provinciais e locais relevantes, deve trabalhar com as comunidades reassentadas, da Vale e da Rio Tinto de modo a proporcionar assistência imediata e medidas a longo prazo para remediar as violações dos direitos das pessoas reassentadas, e assegurar o usufruimento dos direitos económicos, sociais e culturais importantes. Estas incluem:

- Garantir que cada agregado familiar reassentado em Cateme e Mwaladzi tem os dois hectares de terra limpa prometidos, antes da próxima campanha agrícola, que cumpra os critérios de fertilidade adequada, acesso à água, capacidade de cultivar as suas culturas básicas e localização a uma distância razoável:
 - Alocar um segundo hectare de terra que foi prometido aos residentes de Cateme como parte do seu pacote de compensação. A provisão de uma compensação financeira ao invés do hectare de terra, deve ser feito de maneira a promover a capacidade produtiva e auto-suficiência económica, como por exemplo apoio a um processo de indemnização assistida em que a Vale e o governo ajudam as pessoas reassentadas a identificar e adquirir uma parcela de terra adequada ou a investir em outros activos produtivos.
 - Priorizar a conclusão dos projectos ligados à água sustentável e irrigação para melhorar a fertilidade da terra nos locais de reassentamento.
- Designar e aderir a um tempo razoável para implementar medidas que necessitam da aprovação e da acção do governo, incluindo através da revisão e actualização dos Planos de Acção de Reassentamento correntes e os Memorandos de Entendimento relacionados.
 - Estabelecer um calendário e garantir a conformidade das empresas de modo a concluir todas as melhorias na infra-estrutura necessárias em Cateme, 25 de Setembro e Mwaladzi, incluindo no que diz respeito à habitação, saúde, estradas, transporte, mercados, electricidade e água para consumo, uso doméstico e uso agrícola.
- Implementar estratégias para o desenvolvimento de actividades geradoras de rendimentos alternativos, em estreita consulta com as comunidades reassentadas, através de:
 - Garantir a igualdade de oportunidades para homens e mulheres durante o recrutamento e capacitação para as oportunidades de emprego, incluindo os gerados pela mineração de carvão e empresas afiliadas;
 - Identificar e fornecer assistência adicional para os indivíduos particularmente vulneráveis, incluindo os idosos, pessoas com deficiência e agregados familiares chefiados por mulheres; e
 - Incluir cláusulas nos contractos de projectos e planos de acção de reassentamento dirigidos às comunidades locais nas cadeias de abastecimento de negócios, como o abastecimento de alimentos.
- Garantir a distribuição regular da assistência alimentar e outras formas de apoio para garantir que as comunidades reassentadas são capazes de satisfazer as suas necessidades imediatas até que as condições para a auto-suficiência sejam restauradas.
- Garantir o fornecimento de compensação pelos atrasos e insuficiências relativos ao estabelecimento de condições adequadas nos locais de reassentamento que levaram a violações dos direitos das pessoas reassentadas, incluindo, mas não limitados a:
 - Proporcionar uma compensação adequada às 83 famílias em Cateme que não tiveram acesso a uma par-

cela adequada de terra desde que foram reassentados devido ao facto do primeiro hectare fornecido ter características muito rochosas ou ter sido recuperado pelos usuários originais da terra.

O governo de Moçambique, incluindo o Ministério dos Recursos Minerais, o Ministério da Coordenação da Acção Ambiental, e as autoridades locais e provinciais relevantes, devem rever e, se necessário, parar, o processo de atribuição de licenças de prospecção e concessões de mineração para assegurarem que existem locais apropriados para reassentamento disponíveis quando necessário e para permitirem o planeamento de impactos cumulativos sociais, económicos e ambientais.

O governo de Moçambique deve rever o decreto de reassentamento de Agosto de 2012 através de um processo de consulta vasto com todas as partes interessadas, incluindo o público, as empresas, os doadores, académicos e sociedade civil. O decreto revisto deve:

- Incluir o princípio de que o reassentamento deve ser evitado quando possível, só depois de explorar todas as outras alternativas possíveis, e deve-se minimizar o seu âmbito e impacto quando se proceder com este processo.
- Garantir um processo regular, amplo e significativo de consulta pública e participação durante todas as fases do reassentamento, nomeadamente através de:
 - Consulta significativa nas fases de concepção, implementação e pós-deslocação ligadas ao reassentamento;
 - O consentimento pleno, prévio e informado dos indivíduos afectados em relação ao local para onde serão deslocados;
 - Análise de planos alternativos propostos pelas pessoas e comunidades afectadas;
 - Fornecimento de alternativas viáveis para que as comunidades afectadas possam fazer escolhas reais que sejam do seu melhor interesse, em vez de terem de aceitar um pacote de compensação padrão;
 - A participação não deve ser restrita a audiências públicas, mas deve ser feita em conjunto com outras formas de diálogo, incluindo consultas individuais e em pequenos grupos;
 - Estabelecimento de canais acessíveis para fornecer feedback fora do âmbito das consultas previstas, e
 - Estabelecimento de medidas dedicadas que facilitem a participação de grupos que irão possivelmente enfrentar os impactos específicos ou que sejam marginalizados, tais como mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e minorias.
- Elaborar directrizes claras para restabelecer e melhorar o nível de vida da população reassentada, com a mínima perturbação possível, incluindo meios de subsistência e acesso a serviços de saúde e educação. Estas orientações devem assegurar que:
 - As populações afectadas têm o direito de receber qualquer compensação financeira que tenha sido prometida antes do reassentamento;
 - Compensações – que incluem os meios de subsistência e infra-estrutura prometida como habitação, escolas, postos de saúde e estradas - devem ser estabelecidas antes da deslocação de modo a minimizar perturbações no nível de vida da população reassentada;

- Os pacotes de compensação contribuem para a realização progressiva da disponibilidade, acessibilidade, acessibilidade financeira e física e qualidade dos cuidados de saúde, habitação e educação;
 - Reassentamento que envolve a alocação de terras agrícolas que atendem aos requisitos mínimos para o tipo e qualidade de terra de substituição, o acesso ao abastecimento de água, fornecimento de assistência técnica para as comunidades de modo a tornar possível a sua adaptação ou à mudança nos seus meios de subsistência, e consideração da ciclos agrícolas no calendário do reassentamento;
 - Pacotes de compensação que abordem os meios e actividades como hortas caseiras, transporte e acesso aos mercados principais; e
 - As normas relativas à habitação devem permitir a expressão da identidade, práticas e diversidade cultural,
 - Levantamentos feitos aos beneficiários registados e as suas compensações devem ser actualizados antes do reassentamento de modo a acomodar casamentos recentes, separações, nascimentos e mortes.
- Fornecer mecanismos acessíveis de obtenção de soluções para as reclamações e injustiças
 - Estabelecer canais acessíveis e mecanismos para as várias partes interessadas para fazer reclamações ou resolver litígios relacionados com o processo de reassentamento, e para receber respostas às suas reclamações;
 - Realizar campanhas de sensibilização junto das comunidades a serem reassentadas para informá-los dos seus direitos legais relativos a todo o processo;
 - Garantir que os canais existentes para a obtenção de soluções para as reclamações através do sistema de justiça de Moçambique estão disponíveis para as partes afectadas pelo reassentamento; e
 - Obrigar as empresas a estabelecer mecanismos de reclamações eficazes para que as pessoas afectadas pelos projectos de mineração possam queixar-se directamente às empresas, para além do governo.
 - Realizar monitorização robusta, incluindo inspecções, para garantir a implementação do decreto e prestação de contas.

O governo de Moçambique, incluindo os Ministérios das Finanças, dos Recursos Minerais, da Coordenação da Acção Ambiental, do Planeamento e Desenvolvimento e da Agricultura, devem reforçar as medidas de governancia, transparência e respeito aos direitos humanos na gestão do boom de investimentos em larga escala e aos planos de desenvolvimento económico associados.

- As entidades governamentais competentes, a níveis provinciais, locais e centrais, devem avaliar e monitorar os impactos *cumulativos* económicos, ambientais, nos direitos e de desenvolvimento mineração, gás natural, agricultura e outros investimentos de grande porte.
 - O Ministério dos Recursos Minerais deve coordenar com outros sectores governamentais apropriados, incluindo a nível provincial e local, o número, velocidade e escala de concessões de carvão a serem concedidos, na província de Tete para minimizar os impactos sobre as comunidades locais, incluindo os impactos ambientais nocivos, reassentamentos involuntários, diminuição da disponibilidade de terras apropriadas para as populações reassentadas e o bom funcionamento da infra-estrutura geral e dos serviços sociais.
- O governo de Moçambique deve melhorar a sua regulamentação e acompanhamento dos investimentos de grande escala e impor sanções no caso de violação, através de:
 - Adopção das revisões propostas para a lei de mineração de 2002, que exige a publicação de contractos,

- prazos pelos quais os investidores devem começar as operações de mineração na aquisição de uma licença e aderência a regulamentações ligadas aos impactos ambientais e sociais;
- Desenvolverem, por meio de um processo de consulta ampla e adoção de uma política de responsabilidade social empresarial na indústria de extractivos que atende às normas internacionais de direitos humanos estabelecidos no Quadro de Referência “Proteger, Respeitar e Remediar”;
 - Aumentar o recrutamento e retenção de pessoal do Ministério da Coordenação da Acção Ambiental para analisar as avaliações de impacto ambiental (inclusivé planos de acção de reassentamento), relatórios de monitorização de conformidade e as equipas de inspecção de forma a verificar que as empresas estão a aderir plenamente com os seus compromissos, e
 - Participar em parcerias e intercâmbios informativos com outros governos e instituições com experiência relevante no sentido de garantir salvaguardas de direitos humanos na gestão de booms dos recursos naturais, incluindo instituições capazes de fornecer monitorização independente.
- O governo de Moçambique deve proteger os direitos à informação, à liberdade de expressão e participação da comunidade, e melhorar a transparência, através de:
 - Pôr fim a quaisquer medidas que interferem com o direito das comunidades reassentadas à liberdade de expressão, de reunião e acesso à informação, inclusivé acabando com exigências burocráticas para as ONG, jornalistas, agências da ONU e outros, para a obtenção de “credenciais” antes de falar com líderes da aldeia na província de Tete;
 - Proteger a liberdade de expressão, incluindo opiniões críticas e declarações públicas sobre projectos de desenvolvimento económico e sua execução, bem como o direito ao protesto pacífico, e
 - Incluir representantes da sociedade civil e das comunidades afectadas em comissões provinciais de reassentamento;
 - Fornecer informação ao público sobre o papel e as funções da comissão provincial de reassentamento;
 - Assegurar o acesso público amplo a informação regular e atempada que rastreia o uso de fluxos de receitas das indústrias extractivas;
 - Obrigar as empresas que elaboram estudos de impacto ambiental, relatórios de monitorização ambiental e planos de reassentamento a garantir que estes documentos são acessíveis e disponíveis ao público, a incluir o fornecimento de pequenos resumos em linguagem não técnica, a traduzir os sumários e os relatórios completos para as línguas locais, a publicar estes documentos na internet e a providenciar cópias em prédios públicos como escolas locais nas comunidades directamente afectadas.

PARA A VALE E PARA A RIO TINTO

A Vale e a Rio Tinto devem trabalhar com as comunidades reassentadas e representantes apropriados do governo de Moçambique, incluindo o governador da província de Tete, para proporcionar assistência imediata e medidas a longo prazo para remediar os impactos negativos nos direitos dos indivíduos reassentados. Estas incluem:

- Trabalhar para garantir que cada agregado familiar em Cateme e Mwaladzi tem terra desmatada, de fertilidade adequada e de qualidade para o cultivo das suas culturas básicas, nomeadamente:
 - Trabalhar com o governo moçambicano de forma proactiva e como uma questão de alta prioridade para substituir todas as parcelas de terra actualmente alocadas com baixo valor agrícola por parcelas mais adequadas;

- Trabalhar com o governo de Moçambique para alocar um segundo hectare de terra agrícola que foi prometido aos residentes de Cateme como parte do seu pacote de compensação.
 - Quando existir a necessidade de compensação financeira, este processo deve ser feito de forma a promover a capacidade produtiva e de auto-suficiência económica, como por exemplo através de um processo de indemnização assistida em que a Vale e o governo distrital possam ajudar as pessoas reassentadas a identificar e adquirir um terreno adequado ou a investir em outros activos produtivos.
 - Priorizar a conclusão dos projectos ligados à água sustentável e irrigação para melhorar a fertilidade da terra nos locais de reassentamento; e
 - Continuar a fornecer assistência técnica para melhorar a produtividade agrícola.
- **A Vale e a Rio Tinto devem trabalhar com as comunidades reassentadas para desenvolver um plano de acção claro de modo a proporcionar assistência imediata e medidas a longo prazo para remediar os impactos negativos nos direitos dos indivíduos reassentados.**
 - Fornecer uma compensação atempada e adequada para os atrasos e deficiências na criação de condições adequadas nos locais de reassentamento que levaram a violações dos direitos das pessoas reassentadas.
 - Fornecer uma compensação oportuna e apropriada para as 83 famílias em Cateme que não tiveram acesso a um terreno adequado da terra desde o reassentamento, porque o primeiro hectare fornecido era muito rochoso ou foi recuperado pelos usuários originais da terra.
 - Distribuir uma assistência alimentar regular e outras formas de apoio para que as comunidades reassentadas sejam capazes de satisfazer as suas necessidades imediatas até que as condições para a auto-suficiência sejam restauradas.
 - Fazer levantamentos com base nos principais indicadores de qualidade de vida dos agregados familiares reassentados para estabelecer o ponto até ao qual estes agregados aproveitam os direitos sociais e económicos básicos até estes terem sido restituídos ao seu mínimo de acordo com as directrizes do decreto de reassentamento, os níveis de pré-reassentamento, as metas delineadas no planos de acção de reassentamento e tornar estes resultados disponíveis ao público.
 - Garantir a igualdade de oportunidades entre os homens e mulheres durante o recrutamento e capacitação para garantir a igualdade nas oportunidades de emprego, incluindo aqueles gerados pela mineração de carvão e empresas afiliadas.
 - Identificar e proporcionar assistência adicional aos indivíduos que têm mais dificuldade em restabelecer o seu antigo padrão de vida, incluindo os idosos, pessoas com deficiências e agregados familiares chefiados por mulheres.
 - Completar os reparos necessários em todas as casas atempadamente. Manter os agregados familiares reassentados informados sobre o calendário de reparos e capacitá-los em manutenção e conservação.

A TODOS OS INVESTIDORES, INCLUINDO A VALE, A RIO TINTO E A JINDAL STEEL AND POWER LIMITED

- **Garantir que reassentamentos futuros estarão em conformidade com as normas internacionais de direitos humanos na sua concepção, implementação e acompanhamento.**
- **Melhorar o acesso do público à informação e transparência por:**
 - Fortalecimento dos canais de comunicação com a sociedade civil local e nacional e com os membros da comunidade afectada pelo reassentamento; e

- Preparação de documentos mais acessíveis, tais como avaliações ambientais, relatórios periódicos de monitorização ambiental, planos de acção de reassentamento e actualizações sobre a implementação, incluindo o fornecimento de pequenos resumos em linguagem não técnica, a traduzir os sumários e os relatórios completos para as línguas locais, a publicar estes documentos na internet e a providenciar cópias em prédios públicos como escolas locais nas comunidades directamente afectadas.
- Estabelecer mecanismos de reclamações eficazes para que as pessoas afectadas pelos projectos de mineração possam queixar-se directamente às empresas, para além do governo.
- Apoiar os esforços para melhorar a gestão dos impactos individuais e cumulativos de projectos de desenvolvimento económico e de exploração dos recursos naturais de Moçambique.
- Apoiar a investigação sobre impactos cumulativos, a longo prazo e sobre os direitos económicos, sociais, ambientais e humanos.

PARA OS GOVERNOS DO BRASIL, ÍNDIA, AUSTRÁLIA, REINO UNIDO E OUTROS GOVERNOS DE PAÍSES COM EMPRESAS DE MINERAÇÃO QUE OPERAM EM MOÇAMBIQUE

Tomar medidas para regular e monitorar a conduta dos direitos humanos de empresas nacionais que operam no exterior e passar a exigir que as empresas realizem e relatem publicamente informação relativa à actividade de devida diligência em relação aos direitos humanos.

PARA O GRUPO DE DOADORES G19, INCLUINDO O BANCO MUNDIAL

Apoiar o aumento da capacidade do governo aos níveis central, provincial e distrital para gerir o crescimento nas indústrias extractivas, através de:

- Expandir a pesquisa e o diálogo público relativo à gestão do boom de recursos naturais para atingir as metas de desenvolvimento económico e social.
 - Considerar a criação de uma conferência anual que reúne representantes do governo de Moçambique, representantes de indústrias extractivas, académicos, membros das comunidades afectadas, activistas da sociedade civil, doadores e outras partes interessadas a aprender com os esforços em curso e incorporar as lições no planeamento futuro e monitorização.
 - Criar espaços de diálogo tripartido permanente em torno dos processos de reassentamento, a nível provincial, incluindo as empresas, a sociedade civil, membros da comunidade reassentada e autoridades provinciais e distritais relevantes.
- Desenvolvimento da capacidade de direcções provinciais e administração local
 - Isto inclui a capacitação e apoio para a implementação de leis de uso da terra, monitorização do meio ambiente, planeamento integrado e gestão de reassentamentos.
- Financiamento de bolsas de estudos, capacitação e intercâmbios internacionais para os activistas da sociedade civil, jornalistas, académicos e funcionários do governo para desenvolver a capacidade de negociar e monitorar mega-projectos.

Envolver-se num diálogo político com o governo sobre o impacto do sector extractivo no desenvolvimento e nos direitos humanos, nomeadamente através do desenvolvimento de indicadores relevantes para serem avaliados durante a revisão anual dos doadores.

Apoiar o aumento da transparência e acessibilidade de informações sobre o sector de extractivos para as comunidades directamente afectadas, sociedade civil, o público em geral, e a mídia.

- Estabelecer uma revisão anual de transparência no sector extractivo, incluindo indicadores como a publicação de contratos, planos de reassentamento, avaliações ambientais, a repartição dos fluxos de receitas e memorandos de entendimento, bem como a divulgação das leis e políticas e informações sobre direitos.
- Criar um documento publicamente disponível e de fácil acesso que demonstra o mapeamento dos valores de financiamento dos doadores com principal enfoque no sector extractivo, nos tipos de projectos e nos seus resultados.

Fornecer apoio técnico e financeiro às instituições da sociedade civil para fortalecer a sua coordenação e acompanhamento do sector privado no cumprimento das suas obrigações de modo a proteger o governo e a respeitar os direitos humanos, através do:

- Apoio à sociedade civil no que respeita ao trabalho com as comunidades para que estas possam obter a delimitação das suas terras antes do reassentamento de modo a esclarecer os seus direitos à terra.
- Apoio à sociedade civil no que respeita ao trabalho com as comunidades reassentadas em todas as fases de reassentamento, incluindo estágios iniciais para garantir o conhecimento dos seus direitos legais e ainda durante e após o deslocamento de modo a melhorar o acesso aos mecanismos de reclamações.
- Apoiar a capacidade da sociedade civil para realizar pesquisas e relatar sobre a adesão do governo e de empresas de mineração às obrigações ligadas aos direitos humanos.

Melhorar as políticas nacionais de reassentamento para atender aos padrões internacionais de direitos humanos e garantir que todas as actividades financiadas pelos membros do Grupo de Doadores G19, incluindo o Banco Mundial têm de cumprimento com essas normas.

PARA O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Estabelecer, em coordenação com outros doadores, uma revisão anual da transparência do sector extractivo, incluindo indicadores como a publicação de contratos, planos de reassentamento, avaliações ambientais, a repartição dos fluxos de receitas e memorandos de entendimento, bem como a divulgação das leis e políticas e informações sobre direitos.

Metodologia

Este relatório é baseado numa pesquisa no terreno realizada em Moçambique, em Janeiro, Maio e Outubro de 2012. Os investigadores da Human Rights Watch realizaram entrevistas em três comunidades (Cateme, 25 de Setembro, e Mwaladzi) no distrito de Moatize, na Província de Tete, que foram reassentadas pelas empresas de mineração de carvão Vale, Riversdale, e Rio Tinto. Nós visitámos também duas comunidades no distrito de Moatize (Capanga) e no distrito de Changara (Cassoca) que estavam no processo de serem reassentadas pela Rio Tinto e pela Jindal Steel and Power Limited.

Os investigadores da Human Rights Watch realizaram entrevistas com 79 membros da comunidade (55 mulheres e raparigas e 24 homens e rapazes) afectados pelo reassentamento, incluindo 41 entrevistas através de um levantamento mais detalhado. Vinte e seis das entrevistas do levantamento foram realizadas nas comunidades reassentadas e 15 nas comunidades a serem reassentadas. Cinco das entrevistas gerais incluíram líderes a nível da aldeia, e cinco entrevistas foram realizadas com crianças entre as idades de 14 a 17. Foram entrevistadas dez pessoas, duas vezes, em Maio e Outubro, para avaliar qualquer alteração nas suas situações.

Os investigadores da Human Rights Watch falaram com todos os entrevistados sobre o propósito da entrevista, a sua natureza voluntária, a forma como as informações seriam utilizadas e que não seria fornecida nenhuma compensação pela participação. As entrevistas duraram tipicamente entre 20 minutos a uma hora.

O questionário abrangeu informações demográficas e perguntas detalhadas sobre a terra, água, meios de subsistência, habitação e fome. O questionário foi testado e traduzido para Português e para a língua local, Nyungwe. Os investigadores da Human Rights Watch dividiram as aldeias geograficamente pelos seus bairros e entrevistaram os agregados familiares em cada área geográfica. Se o entrevistado não estava em casa ou se recusasse a participar, o pesquisador seguiria para a próxima casa adjacente no mesmo lado da rua. Embora a amostra utilizada na pesquisa não é uma amostra estatisticamente representativa, apresenta uma indicação das condições gerais de vida das comunidades afectadas.

Os pesquisadores da Human Rights Watch realizaram inúmeras reuniões e conversas telefônicas com representantes da Vale, da Rio Tinto e da Jindal Steel and Power Limited, incluindo directores das empresas em Maputo, e os gestores das minas e consultores de desenvolvimento comunitário na província de Tete.

Nós também realizámos reuniões com o governo moçambicano a nível distrital, provincial e central. Estes incluem o administrador do distrito de Moatize e o secretário permanente da província de Tete, o director provincial de minas e energia, e o director provincial da acção ambiental. A nível central, reunimo-nos com o ministro de recursos minerais, o vice-ministro dos recursos minerais, a vice-ministra de coordenação da acção ambiental, o secretário permanente da planificação e desenvolvimento, e assessores ministeriais no Ministério Da Mulher e da Acção Social.

Nós falámos ainda com 31 representantes dos direitos humanos, dos direitos das mulheres, do desenvolvimento e ONG ambientais, incluindo Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC), a Associação para Sanidade Ambiental (ASA), Liga dos Direitos, Humanos e Centro de Integridade Pública (CIP). Nós também nos encontramos com oito representantes das agências da ONU, doadores e instituições multilaterais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa Alimentar Mundial, a embaixada da Noruega e do Banco Mundial. Além disso, três mesas-redondas foram realizadas com os membros da Taskforce da Indústria Extractiva G19, que inclui representantes da Finlândia, França, Itália, Espanha, Reino Unido, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e ONU Mulheres, e duas mesas-redondas com os membros da sociedade civil moçambicana em Maputo e Tete.

A grande maioria das entrevistas com os membros da comunidade foi realizada na língua local, Nyungwe, com tradução directa para o Inglês. Algumas entrevistas, inclusive com funcionários do governo, doadores e representantes da empresa foram conduzidas em Inglês e outras entrevistas foram realizadas em Português com tradução para o Inglês.

Nós usámos pseudónimos com um primeiro nome seguido de uma inicial ao longo do relatório, para muitos dos membros da comunidade entrevistados de modo a garantir a sua privacidade. Outros entrevistados preferiram que nós utilizássemos os seus nomes reais.

Este relatório também se baseia na síntese e análise de dados colhidos a partir de cadastro de licenciamento de mineração em Moçambique em Maio e Outubro de 2012 e imagens de satélite. A pesquisa de base incluiu a análise do quadro legal de Moçambique, a revisão da literatura existente e monitorização da imprensa.

I. Moçambique e o Investimento Estrangeiro

Pobreza e Crescimento

No dia 4 de Outubro, Moçambique comemorou vinte anos de paz, depois de uma longa luta pela independência e uma guerra civil sangrenta que matou quase um milhão de pessoas, deslocou cinco milhões, e dizimou a infra-estrutura do país.

Muitos doadores internacionais, agentes de desenvolvimento, e os meios de comunicação anunciam Moçambique como uma "história de sucesso Africano", apontando para uma paz duradoura depois de décadas de conflito e de um crescimento económico sustentado¹. Embora Moçambique tenha feito alguns progressos sociais e económicos significativos, incluindo aumentos nas taxas de matrícula escolar e uma queda da mortalidade materna, continua a ser um dos países mais pobres do mundo, ocupando a posição 185 de 187 países no Índice de Desenvolvimento Humano 2012 das Nações Unidas².

O Produto Interno Bruto de Moçambique registou taxas de crescimento anuais entre 6,3 e 8,7 por cento de 2003 a 2012,³ mas este crescimento não foi acompanhado por uma redução significativa da pobreza ou uma rápida melhoria dos indicadores chave sociais e de saúde.⁴

Mais de metade da população permanece abaixo da linha da pobreza, e as três principais causas de morte incluem a malária, o HIV e as doenças perinatais.⁵

¹ Por exemplo, Shanta Devarajan, "Achieving shared growth in post-stabilization Mozambique," "Africa Can...End Poverty" (blog), January 24, 2013, <http://blogs.worldbank.org/africacan/african-successes-one-pager#1> (accessed October 30, 2012).

² United Nations Development Programme (UNDP), "Human Development Indices," *Human Development Report 2013*, (New York: UNDP, 2013), http://hdr.undp.org/en/media/HDR2013_EN_Summary.pdf (accessed April 16, 2013), p. 16-18.

³ African Economic Outlook, *Table 2 - Real GDP Growth Rates, 2003-13*, <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/data-statistics/table-2-real-gdp-growth-rates-2003-2013/> (accedido a 20 de Outubro de 2012).

⁴ "A incidência da pobreza caiu de 69 por cento em 1996/97 para 54 por cento em 2002/03. Embora sujeito a algumas ressalvas metodológicas, os dados da pesquisa 2008/09 domésticos indicam que a taxa de pobreza manteve-se elevada em cerca de 54 por cento, com a pobreza rural, na verdade, aumentando para 57 por cento. Enquanto a crise dos alimentos e dos combustíveis de 2008/09 desempenhou um papel nesse resultado, os progressos limitados na redução da pobreza, enquanto a economia continuou a crescer a taxas substancialmente elevadas sugere que o crescimento tornou-se menos abrangente do que nos anos anteriores". Banco Mundial, *Internacional Documento do Programa de Desenvolvimento Associação para um crédito proposto, no montante de SDR 71,7 milhões (equivalente a \$110 milhões de dólares americanos) à República de Moçambique para uma Oitava Operação de Créditos de Apoio à Redução da Pobreza*, 15 de Fevereiro de 2012.

⁵ United Nations Development Program (UNDP), "Report on the Millennium Development Goals – Mozambique – 2010," February 2011, <http://www.undp.org/mz/en/Publications/National-Reports/Report-on-the-Millennium-Development-Goals-Mozambique-2010> (accessed October 30, 2012), p. 6 and Mozambique National Institute of Statistics, U.S. Census Bureau, MEASURE Evaluation, U.S. Centers for Disease Control and Prevention, *Mortality in Mozambique: Results from a 2007–2008*

Estima-se que 11,3 por cento da população entre os 15 e 49 anos vivem com HIV / SIDA. Quarenta e cinco por cento dos adultos e crianças num estágio avançado da infecção por HIV encontram-se em terapia através de anti-retrovirais desde 2011. ⁶ A nível nacional, 42,6 por cento das crianças menores de cinco anos sofrem de malnutrição crónica e este número sobe para 44,2 por cento, na província de Tete, onde estão localizadas as grandes reservas de carvão de Moçambique. ⁷

Moçambique depende em grande parte dos fundos dos doadores internacionais, coordenados através da Parceria de Apoio Programático (PAP), um consórcio de doadores comumente denominados "G19". ⁸ Esta é uma das maiores iniciativas coordenadas pelos doadores na África subsaariana, tanto em termos do volume de recursos como do número de doadores. ⁹ Em 2013, o PAP comprometeu-se a fornecer 606 milhões de dólares americanos a Moçambique, dos quais 344 milhões de dólares americanos serão destinados ao apoio orçamental directo. ¹⁰ A proporção de fundos dos doadores no orçamento nacional está a começar a diminuir devido ao aumento das receitas de Moçambique resultantes dos sectores extractivos emergentes, à frustração dos doadores devido à acção insuficiente do governo em relação à corrupção e ineficácia e às pressões económicas domésticas nos países doadores. ¹¹

Post-Census Mortality Survey (Chapel Hill: MEASURE Evaluation, 2012), <https://www.cpc.unc.edu/measure/publications/tr-11-83/> (acedido a 30 de Outubro de 2012).

⁶UNAIDS, "Mozambique," <http://www.unaids.org/en/regionscountries/countries/mozambique/> (accessed December 17, 2012) and Republic of Mozambique National AIDS Council (CNCS), *2012 Global AIDS Response Progress Report* (Maputo: CNCS, 2012), [http://www.unaids.org/en/dataanalysis/knowyourresponse/countryprogressreports/2012countries/ce_MZ_Narrative_Report\[1\].pdf](http://www.unaids.org/en/dataanalysis/knowyourresponse/countryprogressreports/2012countries/ce_MZ_Narrative_Report[1].pdf) (acedido a 17 de Dezembro de 2012), p. 51.

⁷ Instituto Nacional de Estatística, Ministério da Saúde, Maputo, Moçambique, MEASURE DHS/ICF International, *Moçambique, Inquérito Demográfico e de Saúde 2011, Relatório Preliminar* (Maputo: Instituto Nacional de Estatística, Março 2012), p. 20.

⁸ The G19 includes the African Development Bank (ADB), Austria, Belgium, Canada, Denmark, European Commission, Finland, France, Germany, Holland, Ireland, Italy, Norway, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, United Kingdom, World Bank. The United States and United Nations are associate members.

⁹ Aid Effectiveness Portal, "Country Profile: Mozambique," <http://www.aideffectiveness.org/Country-Mozambique.html> (acedido a 30 de Outubro de 2012). See also <http://www.pap.org.mz/>. The PAP provides financing for poverty reduction and links its support to indicators on performance and governance.

¹⁰ "Mozambique: Most of 2012 Budget Support Already Disbursed," *AllAfrica.com*, September 21, 2012, <http://allafrica.com/stories/201209220221.html> (acedido a 30 de Outubro de 2012).

¹¹ African Economic Outlook, *Mozambique*, <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/countries/southern-africa/mozambique/> (accessed October 30, 2012) and Human Rights Watch interviews with donors, Maputo, May 2012.

Investimentos na Mineração de Carvão na Província de Tete

Moçambique é rico em recursos naturais, incluindo carvão, gás natural, terras agrícolas, bauxite e fosfatos. O governo, com o apoio e assistência técnica de instituições financeiras internacionais, incluindo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, conquistou o investimento estrangeiro desde 1990.¹²

As descobertas de carvão de coque de alta qualidade - utilizado na produção de aço – aliadas ao aumento da demanda da China, Índia¹³ e Japão¹⁴ contribuído para um aumento no interesse dos investidores, apesar das preocupações relativas à infra-estrutura precária de Moçambique, incluindo a capacidade limitada do transporte ferroviário para o transporte de carvão das minas para os portos. A Província de Tete, em Moçambique, tem uma das maiores reservas de carvão inexploradas do mundo, estimada em mais de 23 bilhões de toneladas de carvão.¹⁵

Nos últimos dez anos, as empresas estrangeiras investiram bilhões de dólares na exploração de carvão, no desenvolvimento de infra-estrutura, e nas actividades de mineração de carvão. Os investidores estrangeiros na província de Tete são considerados das maiores empresas de mineração em todo o mundo no sector de mineração: Vale, empresa multinacional brasileira e Rio Tinto, a multinacional anglo-australiana asseguraram concessões relativas a grandes reservas de carvão e já começaram as suas operações de mineração. Jindal Steel and Power Limited, uma empresa indiana, e Beacon Hill Resources, uma empresa britânica, começou também a mineração de carvão embora esta seja de menor escala.

¹² United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), *Investment Policy Review: Mozambique* (New York and Geneva: United Nations, 2012), http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/diaepcb2012d1_en.pdf (accessed February 7, 2013), pp. 15-23, 36-42; World Bank, “IDA at Work: Mozambique: Mining an Opportunity,” <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:22294362~menuPK:141310~pagePK:34370~piPK:34424~theSitePK:4607,00.html> (acedido a 5 de Abril de 2012); and reports related to the International Monetary Fund’s assistance to Mozambique available at: International Monetary Fund, *Republic of Mozambique and the IMF*, updated January 4, 2013, <http://www.imf.org/external/country/moz/index.htm> (acedido a 7 de Fevereiro de 2013).

¹³ Peter Galuszka, “With China and India Ravenous for Energy, Coal’s Future Seems Assured,” *New York Times*, November 12, 2012, http://www.nytimes.com/2012/11/13/business/energy-environment/china-leads-the-way-as-demand-for-coal-surges-worldwide.html?_r=0 (acedido a 18 de Novembro de 2012).

¹⁴ “Japan eyes Mozambique for cheaper coal, gas,” *Agence-France Presse*, October 29, 2012, <http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5hHjw8cvYvywcuMred8HBHfvgQdQg?docId=CNG.18e8e6adac2712ad9d516458f6b31dc2.361> (acedido a 29 de Março de 2013).

¹⁵ “Moçambique Regista Produção Histórica De Carvão Em 2012,” *Agência de Informação de Moçambique*, February 27, 2013, <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/703227022013154346.html> (acedido a 19 de Março de 2013).

Outras licenças mineiras são de propriedade das Minas de Revubóé (propriedade conjunta da do Grupo Anglo-Americano Talbot, Nippon Steel, and POSCO) e a empresa estatal moçambicana, MozambiCoal, juntamente com parceiros locais, embora ainda estejam em fase de exploração inicial e prospecção. A MozambiCoal tem um título para explorar as regiões mais ricas de carvão perto de Mutarara, na província de Tete, com reservas combinadas estimadas em mais de 6 bilhões de toneladas métricas¹⁶ (ver Apêndice A para uma lista de concessões de mineração de carvão na província de Tete, o seu tamanho e a produção de carvão esperado).

Vários grupos da sociedade civil e especialistas acadêmicos em Moçambique têm criticado o ritmo de crescimento da indústria de carvão na província de Tete e questionam os benefícios sociais e económicos para o país.¹⁷ As críticas incluem a falta de transparência em torno dos termos dos primeiros contratos de mineração, informações limitadas sobre como as receitas serão rastreadas e usadas, e uma falta de mecanismos de monitorização do governo para garantir que as empresas cumpram com os compromissos ambientais e sociais¹⁸. Eles também expressam uma certa preocupação sobre a capacidade do governo de Moçambique para gerir a escala e a velocidade desses investimentos.

Impactos Ambientais

Uma análise detalhada dos impactos ambientais está para além do âmbito deste relatório. No entanto, a mineração de carvão é amplamente reconhecida como uma das formas mais perigosas de extracção de recursos naturais para a saúde humana e para o meio ambiente. O governo tem a responsabilidade de regular e monitorar esses impactos, inclusive no que diz respeito aos impactos cumulativos dos projectos de mineração aprovados individualmente.

¹⁶ MozambiCoal Limited, “2012 Mozambique Coal Conference,” company presentation, July 2012, <http://www.mozambicoal.com/docs/asx/2012/MOZpres20120703.pdf> (acedido a 19 de Dezembro de 2012).

¹⁷ João Mosca and Tomás Selemene, *El Dorado Tete: os mega projectos de mineração* (Maputo: Center for Public Integrity, 2011).

¹⁸ Dionisio Nombora, Extractive Industries Transparency Initiative: Mozambique moves towards Compliant Status, 2012; Rogério Ossemene, “MEITI – Analysis of the Legal Obstacles, Transparency of the Fiscal Regime and Full Accession to EITI,” Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Boletim No. 43E, April 19, 2012, http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_43E.pdf (accessed February 19, 2013); and UNCTAD, *Investment Policy Review: Mozambique*, p. 19.

A mineração de carvão liberta emissões de carbono nocivas para a atmosfera, incluindo o metano (CH₄) e dióxido de carbono, gases de efeito estufa conhecidos como as principais causas da mudança climática estimam-se responsáveis por 71 por cento do impacto do aquecimento global provocado pelas actividades humanas.¹⁹ A mineração a céu aberto envolve o desmatamento de árvores, plantas e solo superficial, e pode destruir habitats selvagens naturais e a biodiversidade local.²⁰

A mineração de carvão também pode provocar a poluição da água e do ar. A poeira e as partículas de carvão resultantes da mineração, bem como a fuligem libertada durante o transporte de carvão contribuem para a poluição do ar que pode causar problemas respiratórios graves e potencialmente mortais para os trabalhadores das minas e membros da comunidade que vivem nas proximidades dos locais de mineração.²¹ O carvão exposto ao ar e água pode gerar a drenagem ácida de mina – escoamento ácido que contém material tóxico, como cobre, chumbo, mercúrio e outros metais pesados.²² Esta água contaminada pode contaminar rios próximos, córregos e lençóis freáticos, prejudicando ainda mais a saúde e os meios de subsistência das comunidades locais.²³

As Avaliações de Impactos Ambientais (EIAs) apresentadas pela Vale e pela Riversdale (posteriormente adquirida pela Rio Tinto) descrevem os impactos ambientais previstos dos seus projectos de mineração, bem como planos para mitigá-los.²⁴ Estes documentos demonstram que a proximidade de ambas as minas de Moatize e Benga aos

¹⁹ Intergovernmental Panel on Climate Change, “Fourth Assessment Report: Climate Change 2007,” <http://www.epa.gov/climatechange/ghgemissions/global.html> (acedido a 6 de Fevereiro de 2013).

²⁰ Paul R. Epstein, “Full Cost Accounting for the Life Cycle of Coal,” *Annals of the New York Academy of Sciences: Ecological Economics Review*, v.1219, February 2011, http://solar.gwu.edu/index_files/Resources_files/epstein_full%20cost%20of%20coal.pdf (acedido a 6 de Fevereiro de 2013), pp.78-79.

²¹ Sierra Club, “The Dirty Truth about Coal: Why Yesterday’s Technology Should Not Be Part of Tomorrow’s Energy Future,” June 2007, <http://www.sierraclub.org/coal/downloads/coalreport.pdf> (acedido a 31 de Janeiro de 2013).

²² National Water-Quality Assessment Program, “Effects of Coal-Mine Drainage on Stream Water Quality in the Allegheny and Monongahela River Basins—Sulfate Transport and Trends,” http://pa.water.usgs.gov/reports/wrir_99-4208.pdf (acedido a 6 de Fevereiro de 2013), p. 2.

²³ Center for Health and the Global Environment: Harvard Medical School, “Coal Mining, Mounting Costs: The Life Cycle Consequences of Coal,” <http://chge.med.harvard.edu/sites/default/files/resources/MiningCoalMountingCosts.pdf> (acedido a 6 de Fevereiro de 2013).

²⁴ Riversdale Moçambique Limitada, *Environmental Impact Assessment (EIA), Benga Mineral Title Area, Benga Coal Project, Final Environmental Impact Statement Report*, July 2009, Rio Doço Moçambique [Vale], *Estudo de Impacto Ambiental – EIA Complexo Industrial de Moatize*, November 2006, and Vale Moçambique Limitada, *Estudo de Impacto Ambiental do Complexo Industrial de Moatize e sua Expansão*, December 2010. Enquanto realizavam os EIAs para a expansão planeada do projecto de Moatize, a Vale actualizou o seu EIA de 2006 e integrou-o no EIA de 2010.

assentamentos de Moatize e da cidade de Tete, bem como para os rios Zambeze e Revuboa aumentam o risco de impactos negativos na saúde e económicos, especialmente no caso de falhas em termos de mitigação.

Por exemplo, os funcionários da Vale e da Riversdale mencionaram que as comunidades nos arredores da cidade de Tete estão directamente no caminho da poluição do ar levada pelos ventos predominantes.²⁵ Numa das fases das operações da mina de Benga, "valores médios horários de concentrações de NO₂ excedem as directrizes da OMS de 200 ug/m³, mas estão dentro do limite legal de Moçambique de 400 ug/m³."²⁶ Os EIAs para ambas as minas de Moatize e Benga discutem inúmeras potenciais fontes de contaminação da água, bem como de degradação da terra.²⁷

Embora as avaliações ambientais devam estar disponíveis ao público, na prática, estas não são facilmente acessíveis. Quando a Human Rights Watch realizou a sua pesquisa em 2012, a maioria dos activistas da sociedade civil e dos doadores com quem falamos disseram que não tinha sido capazes de obter cópias dos EIAs ou Planos de Acção de Reassentamento. Além disso, os EIAs, bem como os relatórios de monitorização ambiental dos seis meses a seguir são longos, são documentos técnicos que não são facilmente digeríveis pelo público, incluindo pelas comunidades afectadas, pelos média e pela sociedade civil. Além de consultas iniciais com a comunidade enquanto se preparavam os EIAs, a Human Rights Watch não encontrou nenhuma estratégia de disseminação de informação tanto pelo governo como pelas empresas de mineração sobre os impactos ambientais em curso e futuros.

O governo Moçambicano está ainda no processo de construção da sua capacidade de supervisão das implicações ambientais ligadas ao rápido crescimento do sector extractivo. Isto incluiu a introdução de novos regulamentos sobre emissões ambientais e penalidades.²⁸ Ana Chichava, vice-ministra do Ministério da Coordenação da Acção Ambiental, explica: "A limitação é os recursos. Temos que desenvolver a capacidade da

²⁵ Riversdale, *EIA, Benga Coal Project*, 2009, p. 335 and Human Rights Watch tour of Vale Moatize Mine, May 16, 2012.

²⁶ Riversdale, *EIA, Benga Coal Project*, 2009, p. 164.

²⁷ Riversdale, *EIA, Benga Coal Project*, 2009, pp. 199-220, 337-342 and Vale, *Volume III: Avaliação de Impactos e Plano de Gestão, EIA do Complexo Industrial de Moatize e sua Expansão*, 2010.

²⁸ Por exemplo, o decreto de Conselho de Ministros de 2010, alterou a regulamentação de 2004, sobre a qualidade ambiental e de emissões, introduzindo novas normas e penalidades. Decreto do Conselho de Ministros No. 67/2010 de 31 de Dezembro, Publicado no Boletim da República No 52, 1.ª Série, 12nd Suplemento. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

nossa equipe Estamos a investir na formação das pessoas, mas também estamos a perder alguns. Estamos a investir em bolsas de estudo, mas há muita concorrência com o sector privado por causa de salários ".²⁹

No que respeita à Transparência

O governo deve renegociar e publicar os contratos, de modo a alterar o quadro desolador caracterizado pela baixa contribuição dos mega-projectos de receita do Estado, e o segredo em torno dos contratos.

—Centro de Integridade Pública, Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas: Moçambique caminhando para Estado de Conformidade de 2012

O Banco Central de Moçambique informou que o valor do carvão subiu para se tornar a segunda maior exportação de Moçambique, em 2012, depois de alumínio, estimado em 196 milhões de dólares em exportações no primeiro semestre de 2012.³⁰ A questão principal se Moçambique está a receber uma parte equitativa das receitas dos grandes investimentos económicos, bem como o risco de conflitos de interesses e corrupção, têm sido objecto de intenso debate. Um doador disse ao Financial Times: "É uma corrida contra o tempo – será que dinheiro que corrompe irá aparecer antes das verificações e dos balanços mais fortes?"³¹ A capacidade de participar de forma significativa nestas discussões por causa da falta de transparência e poucas oportunidades para o diálogo foi limitado ao público Moçambicano.³²

O Conselho de Ministros de Moçambique adoptou revisões da lei de mineração de 2002 em Dezembro de 2012 para resolver algumas destas questões e estas foram submetidas ao Parlamento.³³ A 1 de Abril de 2013, esta lei ainda não tinha sido aprovada. A lei de

²⁹ Human Rights Watch interview with Ana Chichava, deputy minister, Ministry of Coordination of Environmental Affairs, Maputo, May 24, 2012.

³⁰ Banco de Moçambique, *Conjuntura Económica e Perspectivas de Inflação*, July 2012, http://www.bancomoc.mz/Files/DEE/CEPI_JULHO_2012.pdf (accessed December 18, 2012), and "Recursos minerais poderão substituir ajuda externa ao país em 20 anos," *Jornal O País*, November 16, 2012, <http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38-economia/23626-recursos-minerais-poderao-substituir-ajuda-externa-ao-pais-em-20-anos.html> (acedido a 30 de Janeiro de 2013).

³¹ Andrew England, "Mozambique poised for coal boom," *The Financial Times*, March 12, 2012.

³² Carta da Sociedade Civil para o Ministro dos Recursos Minerais, "Assunto: Auscultação Pública sobre Revisão da Política e Estratégia de Recursos Minerais," May 15, 2013, <http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2013/Carta%20MIREM.pdf> (acedido a 29 de Março de 2013).

³³ "Mozambique: Government Revises Mining Law," *All Africa*, December 19, 2012, <http://allafrica.com/stories/201212200130.html> (acedido a 16 de Janeiro de 2013).

mineração existente tem alguns requisitos específicos que as empresas devem atender para obter e manter uma licença de mineração. A proposta de revisão exigiria que as empresas de mineração publicassem os seus contratos.³⁴ A revisão também define a taxa padrão de impostos e *royalties* a serem pagos em vez de deixá-los sujeitos a negociação por cada proponente de cada projecto individual. Para evitar a especulação e a não utilização da terra, a revisão proposta exige também que os investidores devem começar as actividades de mineração dentro de 12 meses depois de serem atribuídos uma concessão, e portanto, a produção de mineração deve começar dentro de 48 meses.³⁵

Num esforço para atrair investimento, o governo deu aos primeiros investidores, incluindo à Mozal, produtora de alumínio, e à Sasol, com foco no gás natural, incentivos fiscais favoráveis.³⁶ Os termos desses contratos não foram divulgados. Muitos grupos da sociedade civil condenaram a falta de transparência em torno destes investimentos e têm questionado se o que o governo assinou foram importantes oportunidades de geração de receita. Vários grupos da sociedade civil apelaram para a publicação e renegociação desses contratos.³⁷

Recentemente, o governo tem-se dedicado a um processo de fortalecimento do regime fiscal. Por exemplo, a partir de Janeiro de 2013, as empresas estrangeiras que vendem activos locais terão de pagar ao governo 32 por cento de imposto sobre o rendimento de capitais. As organizações da sociedade fizeram críticas às lacunas no regime fiscal do governo, incluindo uma oportunidade perdida em 2011, quando a Rio Tinto adquiriu a Riversdale por US\$ 4 bilhões, mas não teve que pagar quaisquer impostos.³⁸

Noutra tentativa de aumentar a transparência, Moçambique tornou-se um candidato à Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE) em 2009. A ITIE é uma iniciativa internacional voluntária que reúne governos, empresas extractivas e grupos da

³⁴ Ministério dos Recursos Minerais, *Anteprojecto da Lei de Minas Versão de 31 de Agosto de 2012* [Draft Revision of Mining Law, August 31, 2012], http://www.mirem.gov.mz/legislacao/anteprojecto_lei_minas_31%20o8%202012.pdf (acedido a 29 de Março de 2013).

³⁵ Ibid.

³⁶ Keith Campbell, "Moz exercising its concession contract rights, early fiscal incentives expire," *Mining Weekly*, August 17, 2012, <http://www.miningweekly.com/article/mozambique-exercising-its-concession-contract-rights-and-early-fiscal-incentives-expire-2012-08-17> (acedido a 17 de Agosto de 2012).

³⁷ Plataforma da Sociedade Civil sobre Recursos Naturais e Indústria Extractiva, Letter to Coordinator of the EITI, July 11, 2011 and Tomas Selemane and Dionisio Nombora, *EITI Implementation, natural resources management, and urgency of renegotiating and publishing the contracts with mega-projects: The case of Mozambique* (Maputo: Center for Public Integrity, 2011).

³⁸ Agnieszka Flak and Pascal Fletcher, "Mozambique to tax capital gains at fixed rate of 32 pct," *Reuters*, December 17, 2012, <http://www.reuters.com/article/2012/12/17/mozambique-capitalgains-idUSL5E8NH86520121217> (accessed December 17, 2012).

sociedade civil para aumentar a transparência em torno das receitas que os governos participantes ganham a partir de indústrias extractivas. Sob a ITIE, tanto as empresas associadas como os governos são obrigados a publicar os valores relativos às receitas pagas ao governo pelas empresas extractivas, a fim de ajudar a garantir que estes números são transparentes e precisos.³⁹

O conselho da ITIE designou o primeiro relatório de Moçambique, cobrindo os pagamentos das empresas e das receitas públicas em 2008 e apresentado em Fevereiro de 2011, como um "progresso significativo", mas aquém do cumprimento das normas da ITIE.⁴⁰ O conselho da ITIE sublinhou preocupações relacionadas com a inclusão de todas as entidades interessadas no processo de comunicação e divulgação completa de todos os materiais de petróleo, gás, mineração e pagamentos feitos pelas empresas e as receitas recebidas pelo governo. O conselho também solicitou que as divulgações do governo se baseassem em contas auditadas que atendem aos padrões internacionais.⁴¹

Moçambique incorporou estas recomendações e apresentou um segundo relatório em Março de 2012 que cobriu os pagamentos das empresas e das receitas públicas em 2009. O conselho da ITIE designou Moçambique como um país em conformidade com a ITIE a 26 de Outubro de 2012.⁴² Moçambique deve produzir um relatório para a ITIE anualmente e deve submeter-se a um outro processo de validação em 2017 para manter este status.

Debates sobre o *boom* de Recursos Naturais e Redução da Pobreza

Os projectos de mineração podem ter impactos positivos e negativos sobre as comunidades locais. Os benefícios podem incluir a criação de empregos e melhoria da infra-estrutura, mas desvantagens pode envolver a migração que impulsiona os preços

³⁹ *Extractive Industries Transparency Initiative (EITI)*, <http://eiti.org> (acedido a 15 de Agosto de 2013).

⁴⁰ EITI, "Secretariat review: Mozambique," Board Paper 21-4-D, October 26, 2012, http://eiti.org/files/mozambique/Board-Paper_21-4-D_Secretariat_Review_Mozambique.pdf (acedido a 31 de Outubro de 2012), p. 4 and Dionisio Nombora, *Extractive Industries Transparency Initiative: Mozambique moves towards Compliant Status* (Maputo: Centro de Integridade Publica, 2012), [http://publishwhatyoupay.org/sites/publishwhatyoupay.org/files/Mozambique%20moves%20towards%20Compliant%20Status%20DN%20\(2\).pdf](http://publishwhatyoupay.org/sites/publishwhatyoupay.org/files/Mozambique%20moves%20towards%20Compliant%20Status%20DN%20(2).pdf) (acedido a 21 de Novembro de 2012).

⁴¹ Ibid.

⁴² EITI, "Mozambique declared 'EITI Compliant,'" October 26, 2012, <http://eiti.org/news-events/mozambique-declared-eiti-compliant#> (acedido a 30 de Dezembro de 2013).

de bens e serviços, ou o crescimento das desigualdades e conflitos sociais.⁴³ Dado que as minas de carvão a céu aberto dependem de mão-de-obra qualificada e máquinas pesadas, as comunidades locais não irão necessariamente gerar oportunidades significativas de emprego ou criar impactos directos para as comunidades.

A maior potencial receita pode ser gerada através de várias descobertas de gás natural ao longo da costa de Moçambique, com estimativas de até 130 triliões de pés cúbicos de gás *offshore*.⁴⁴ No que diz respeito ao gás natural, a Ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias, diz que o país espera atrair 50 bilhões de dólares americanos de investimentos nos próximos dez anos e ganhar 5,2 bilhões de dólares americanos em receitas do governo por ano até 2026.⁴⁵

A produção e extracção de recursos naturais são sectores de importância crescente na economia de Moçambique, mas a agricultura e a pesca permanecem centrais para a subsistência de muitos Moçambicanos e para a redução da pobreza, dado que 80 por cento da população conta com estas actividades como fontes de rendimento.⁴⁶ O governo tem dado prioridade ao fortalecimento da agricultura e da pesca, como estratégia principal para o combate à pobreza estabelecido no Plano de Redução da Pobreza 2011-2014. No entanto, este plano não aborda o planeamento integrado com o rápido crescimento do sector extractivo ou a questão da ampliação das desigualdades entre ricos e pobres e entre as populações urbanas e rurais.⁴⁷ Num estudo académico de desenvolvimento na bacia do Zambeze, encomendado pela Vale, os autores observaram que,

A indústria extractiva potencialmente transformadora ainda é um fenómeno recente. Sem investimentos direccionados para o desenvolvimento rural, a divisão de rendimento urbano-rural irá piorar e, provavelmente, dar origem a uma instabilidade político-social. As regiões mineiras, geralmente sofrem perturbações

⁴³ International Institute for Environment and Development (IIED), "Local Communities and Mines," *Breaking New Ground: Mining, Minerals and Sustainable Development* (London: Earthscan Publications, Ltd., 2002), <http://pubs.iied.org/pdfs/Go0901.pdf> (accessed March 28, 2013), p.200-208.

⁴⁴ "All fired up: Coking coal and gas should hugely boost Mozambique's economy," *The Economist*, September 29, 2012 and "Mozambique projects \$5.2 bn yearly earnings from gas," *Agence-France Presse*, September 6, 2012.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Republic of Mozambique, *Poverty Reduction Action Plan (PARP) 2011-2014*, 2011, p. 9.

⁴⁷ Ibid.

económicas, tais como um aumento nos preços orientados pela demanda e, principalmente, nos preços dos alimentos.⁴⁸

Da mesma forma, no relatório do Fundo Monetário Internacional de 2012 (FMI), que analisou os exportadores de recursos naturais na África subsaariana, incluindo Moçambique, observou que grande parte do rendimento das indústrias extractivas intensivas em capital flui para o estrangeiro, destacando a importância das políticas de licenciamento e tributação para países a beneficiar de um aumento das receitas. Mesmo assim, enquanto "os exportadores de recursos naturais tiveram um crescimento económico mais rápido do que outras economias da África subsaariana entre 2000-2012 ... a melhoria dos indicadores sociais não foi notavelmente mais rápida."⁴⁹

Moçambique começou a envolver-se com essas questões. Em 2007, Moçambique alterou as suas leis fiscais para incluir disposições específicas para as indústrias de mineração e petróleo.⁵⁰ O artigo 19 da Lei 11/2007 obriga o governo a investir uma percentagem específica de receitas geradas através da mineração - a ser determinado no orçamento anual do Estado - em projectos de desenvolvimento comunitário em áreas directamente afectadas por projectos de mineração.⁵¹ O orçamento de 2013 fixou a percentagem em 2,75 por cento.⁵² O governo também está correntemente a discutir a criação de um fundo soberano, espelhando noutros países ricos em recursos, como a Noruega, Brasil e Angola, que aproveitam as receitas de mineração e gás para o desenvolvimento nacional mais abrangente.⁵³

⁴⁸ Vale Columbia Center on Sustainable Development, *Resource-Based Sustainable Development in the Lower Zambezi Basin* (New York: Columbia University, 2011), pp. 9-10.

⁴⁹ International Monetary Fund (IMF), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa, Sustaining Growth amid Global Uncertainty* (Washington DC: IMF, 2012), <http://www.imf.org/external/pubs/ft/reo/2012/afr/eng/sreo0412.htm> (acedido a 1 de Novembro de 2012), pp. 59 and 63.

⁵⁰ Lei N 11/2007 de 27 de Junho, Actualiza a legislação tributária, especialmente a relativa à actividade mineira [updates the tax law, especially in relation to mining] and Lei N 12/2007 de 27 de Junho, Actualiza a legislação tributária, especialmente a relativa à actividade petrolífera [updates the tax law, especially in relation to oil activity], da Assembleia da República. Publicado no Boletim da República No 26, 1.ª Série, Suplemento. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

⁵¹ Lei N 11/2007, art. 19.

⁵² Orçamento do Estado para 2013, art. 7.

⁵³ "PM diz: fundo soberano só se ajudar a resolver problemas de Moçambique," *Noticias*, December 22, 2012, http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_econom_neg/dezembro-2012/pm-diz-201c-fundo-soberano-so-se-ajudar-a-resolver-problemas-de-mocambique201d/ (acedido a Janeiro de 2013).

II. A Mineração de Carvão e o Reassentamento das Comunidades Locais

Esta secção fornece informações sobre o tamanho e o calendário estimado das principais operações de mineração de carvão na província de Tete e os planos associados para reassentar as comunidades locais.

A fim de garantir o direito de desenvolver e operar uma mina de carvão (a "concessão mineira"), as empresas devem primeiro obter uma licença de exploração mineira para avaliar as reservas de carvão numa área designada, estudar a viabilidade das operações de mineração, e realizar uma avaliação de impacto ambiental (EIA), que também devem incluir uma avaliação dos impactos sociais. Um EIA aprovado é necessário para o licenciamento ambiental, o que, em conjunto com um DUAT (uma licença para o direito de uso da terra) constituem exigências feitas pelo governo para conceder à empresa uma concessão mineira.⁵⁴ Se a empresa pretende reassentar as comunidades locais existentes para o desenvolvimento de operações de mineração de carvão, um Plano de Acção de Reassentamento (RAP) deve ser elaborado, que deve incluir um perfil detalhado das comunidades, machambas e infra-estruturas a serem deslocada e a concepção do pacote de compensação.

Vale

A Vale Moçambique Ltd. (Vale) é uma subsidiária da empresa brasileira Vale, que é a segunda maior empresa de mineração em todo o mundo e listada na Bolsa de Valores de Nova York. A Vale obteve permissão do governo de Moçambique para explorar carvão em 2004 e uma concessão mineira de 35 anos para 25 mil hectares no distrito de Moatize, província de Tete, foi atribuída em 2007. O governo de Moçambique aprovou o EIA da Vale em 2007 e um EIA revisto que incorporou uma expansão planeada em 2011. A Vale começou a construção da sua mina "Moatize", em 2008, e o reassentamento dos agregados familiares começou em 2009, e a mineração de carvão em Maio de 2011.⁵⁵

⁵⁴ Lei de Minas [Mining Law] No 14/2002 de 26 de Junho, da Assembleia da República. Publicado no Boletim da República No 26, 1.ª Série, Suplemento. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, art. 15.

⁵⁵ Human Rights Watch interview with Ricardo Saad, project director - Africa, Asia, and Australia, Vale Moçambique, Lda; Cássia Carvalho Pacheco, corporate affairs manager, Vale, S.A.; Liesel Mack Filgueiras, general manager, corporate social responsibility, Vale, S.A.; Sergio Chitara, corporate affairs - Moçambique and Malawi, Vale, S.A.; and Camilla Lott, general manager, project office, Vale Moçambique, Lda, Maputo, May 4, 2012.

A escala do projecto é enorme, no contexto da economia de Moçambique, que tem um Produto Interno Bruto (PIB) de 12.8 milhões de dólares americanos.⁵⁶ A Vale gastou entre 1,9-2 biliões na sua primeira fase, outros dois biliões na segunda fase, e mais quatro biliões em infra-estrutura de apoio, incluindo ligações de transportes.⁵⁷ A Vale espera exportar até 11 milhões de toneladas de carvão por ano na primeira fase e aumentar para 22 milhões de toneladas por ano na segunda fase.⁵⁸ A Vale reduziu a sua meta de exportação de 5 milhões de toneladas para 2,6 milhões de toneladas em 2012, citando as restrições de capacidade na linha férrea de Sena que liga a mina e o porto de Beira.⁵⁹ Esta empresa está envolvida também na melhoria da linha férrea e do porto de Nacala para lidar com o aumento da sua produção de carvão no futuro.⁶⁰

Os termos da concessão mineira permitiram que o governo reservasse o direito a 25 por cento das acções. Em 2012, o governo adquiriu cinco por cento das acções da empresa, embora não tenha revelado o valor do pagamento e reservou mais 10 por cento para os investidores privados moçambicanos.⁶¹

A mina de Moatize da Vale e a expansão envolveram a deslocação de 1.365 famílias que vivem em e perto da aldeia de Chipanga, Bagamoyo, Mithete e Malabwe em dois reassentamentos ou o fornecimento de outras formas de compensação. A Vale reassentou 289 agregados familiares em 25 de Setembro, concebido como um bairro urbano na cidade de Moatize. A compensação não inclui terras agrícolas, mas incluiu bombas de água em cada casa, uma promessa de reformar a escola primária e o hospital de Moatize e novas casas. Este reassentamento foi feito para as pessoas que dependem principalmente de empregos assalariados em vez de empregos na agricultura. A Vale reassentou 716 famílias em Cateme, um reassentamento rural projectado para os agricultores que se encontram localizados aproximadamente a 40 km de Moatize. A compensação incluiu

⁵⁶ World Bank, “Mozambique,” data, <http://data.worldbank.org/country/mozambique> (acedido a 19 de Dezembro de 2012).

⁵⁷ Vale, “Vale em Moçambique, Visita – HRW,” power point presentation, Maputo, May 4, 2012.

⁵⁸ Ibid.

⁵⁹ “UPDATE 1-Vale cuts 2012 Mozambique coal output, export target,” *Reuters*, November 7, 2012, <http://uk.reuters.com/article/2012/11/07/mozambique-vale-idUKL5E8M7B5N20121107> (accessed January 31, 2013).

⁶⁰ Vale, “Vale em Moçambique, Visita – HRW,” power point presentation, Maputo, May 4, 2012 and “Vale gets definitive exploration authorisation in Mozambique,” *Facing Finance*, September 18, 2012, <http://www.facing-finance.org/en/2012/09/vale-gets-definitive-exploration-authorisation-in-mozambique/> (acedido a 31 de Janeiro de 2013).

⁶¹ Vale, “Vale em Moçambique, Visita – HRW,” power point presentation, Maputo, May 4, 2012, and Keith Campbell, “Moz exercising its concession contract rights, early fiscal incentives expire,” *Mining Weekly*, August 17, 2012, <http://www.miningweekly.com/article/mozambique-exercising-its-concession-contract-rights-and-early-fiscal-incentives-expire-2012-08-17> (acedido a 17 de Agosto de 2012).

novas casas, bombas de água para o bairro, uma escola primária, uma escola secundária, um posto de saúde e os prometidos dois hectares de terras agrícolas.⁶²

Para aqueles que não se quiseram deslocar nem para 25 de Setembro nem para Cateme, a Vale forneceu assistência para a compra de uma nova casa, para 106 agregados familiares e compensação financeira directa para 254 agregados familiares, muitas vezes no caso de pessoas que já tinham uma outra casa. Os funcionários da Vale disseram à Human Rights Watch que eles não anunciaram proeminentemente a possibilidade de assistência financeira directa ou indirecta, por medo que as comunidades afectadas gastassem todo o seu dinheiro de forma rápida e, em seguida, ficassem em condições vulneráveis, sem habitação e terra adequada.⁶³

Depois de problemas persistentes com os reassentamentos de Cateme e 25 de Setembro, em 2012, descritos mais detalhadamente abaixo, a Vale e o governo de Moçambique assinaram um Memorando de Entendimento (MOU) em que a Vale concordou em realizar reparos e adicionar fundações para todas as casas construídas, melhorar o sistema de abastecimento de água, aumentar as oportunidades de capacitação e fornecer dez árvores frutíferas para cada família em Cateme e 25 de Setembro.⁶⁴

Rio Tinto and Riversdale

A Riversdale Moçambique Limitada (Riversdale) é uma subsidiária da empresa australiana Riversdale Mining, que está listada na Bolsa de Valores Australiana. A Riversdale adquiriu os direitos de prospecção de carvão na província de Tete e após a aprovação do EIA e do Plano de Acção de Reassentamento para a mina de carvão "Benga" pelo governo, começou o reassentamento das comunidades afectadas em 2011.

Em 2011, a empresa anglo-australiana Rio Tinto, uma das maiores empresas de mineração de carvão em todo o mundo, com presença em quarenta países, adquiriu a Riversdale, empresa que tinha múltiplas concessões de carvão na província de Tete. Estas concessões incluem o projecto "Zambeze" (cerca de 9 bilhões de toneladas), e o projecto "Tete

⁶² Vale, "Projeto Carvão Moatize – Processo de Reassentamento," May 2012.

⁶³ Entrevista da Human Rights Watch com Ricardo Saad, Cássia Carvalho Pacheco, Liesel Mack Filgueiras, Sergio Chitara, e Camilla Lott, 4 de Maio de 2012.

⁶⁴ Memorando de Entendimento entre o Governo da Província de Tete e a Vale Moçambique: Relativo á Reestruturação das Povações de Cateme e Barro 25 de Setembro no Distrito de Moatize, Julho de 2012.

Ocidental" (cerca de 5 bilhões de toneladas) e o projecto mais desenvolvido "Benga" (estimado em 4 bilhões de toneladas métricas). Em 2013, a Rio Tinto fez uma revisão das estimativas de carvão recuperável na base da cadeia de valores.⁶⁵ A empresa Indiana Tata Steel detém uma participação de 35 por cento na mina de Benga.

A Riversdale já tinha concebido o plano de acção de reassentamento (RAP), quando foi adquirida pela Rio Tinto. Fernando Nhantumbo, gestor da Rio Tinto para as relações sociais, disse que "a Riversdale fez o RAP, não nós. Mas quando se compra acaba por se ficar obrigado a ficar com o que havia antes. Tínhamos 100 a 200 casas já completas e algumas pessoas já reassentadas. Mas estamos a olhar para onde devemos melhorar as políticas que Riversdale tinha em vigor."⁶⁶ Em 2012, a Rio Tinto realizou uma análise para comparar o RAP da Riversdale e o desempenho do reassentamento com as normas de maneira a produzir um plano actualizado e colmatar as lacunas.⁶⁷

O projecto Benga incluiu o reassentamento de um total de 679 agregados familiares que viviam dentro ou perto das aldeias de Capanga e Benga. Destes, 472 estão a ser reassentados para uma aldeia recém-construída chamada Mwaladzi, que se encontra adjacente à aldeia de reassentamento da Vale, chamada Cateme. Apesar de 84 agregados familiares terem sido deslocados para Mwaladzi em 2011 e 2012, os atrasos no estabelecimento de condições adequadas de reassentamento pararam a operação. A Rio Tinto disse à Human Rights Watch que espera reassentar os restantes 388 agregados familiares em Maio de 2013.⁶⁸

O pacote de compensação para aqueles que se deslocaram para Mwaladzi incluía uma casa recém-construída, uma escola primária, dois hectares de terras desmatadas por agregado familiar e as bombas de água de bairro. Após reclamações de membros da comunidade reassentadas, a Rio Tinto também financiou um posto de saúde e uma ambulância que funciona durante a semana.

⁶⁵ Keith Campbell, "Rio Tinto Coal Mozambique hit by lower reserves, transport problems," *Mining Weekly*, January 18, 2013, <http://www.miningweekly.com/article/rio-tinto-coal-mozambique-hit-by-lower-reserves-and-transport-problems-2013-01-18> (accessed January 18, 2013).

⁶⁶ Entrevista da Human Rights Watch com Fernando Nhantumbo, Rio Tinto, 14 de Maio de 2012.

⁶⁷ Comunicado por escrito da Rio Tinto para a Human Rights Watch, "Feedback to Human Rights Watch," 30 de Janeiro de 2012, p. 2.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 3.

A empresa também compensou alguns agregados familiares que não usavam a agricultura como o seu principal meio de subsistência, com combinações de pagamentos directos e de assistência para a compra de casas em torno da cidade de Tete e Moatize.⁶⁹ A Rio Tinto começou a mineração e exportação de carvão da sua mina de Benga em 2012.

Jindal Steel and Power Limited

A Jindal Steel and Power Limited Moçambique (JSPL) é uma subsidiária da Jindal Steel and Power Limited, uma empresa de mineração indiana listada na Bolsa de Valores em Bombaim. A concessão da JSPL "Chirodzi" tem um número estimado de 724 milhões de toneladas de reservas de carvão e está localizada no distrito de Changara, na província de Tete. A empresa estima que vai investir 180 milhões de dólares americanos no projecto. O governo tem uma participação de 10 por cento.⁷⁰ A JSPL obteve a concessão em 2011 e começou a mineração de carvão em 2012.

Com a expansão das suas actividades de mineração e quando garantir a aprovação do seu Plano de Acção de Reassentamento, a JSPL irá realizar o reassentamento das comunidades afectadas. A JSPL pretende reassentar 2.050 pessoas em 484 agregados familiares directamente afectados nas aldeias de Cassoca (incluindo Xissica) e Nhomadzinedzani em casas recém-construídas e machambas.⁷¹ Em meados de Abril de 2013, o local de deslocamento proposto ainda não havia sido formalmente aprovado pelo governo. Outros 968 agregados familiares de Chirodzi, Chirodzi-Ponte, e Nhatsanga-Ponte irão perder as suas terras para as operações de mineração, mas não perderão as suas casas. A JSPL pretende compensá-los com terras de substituição.

A JSPL iniciou alguns projectos nas comunidades afectadas, incluindo a construção de uma escola primária em Chirodzi, a melhoria da estrada de acesso a partir da estrada principal para a aldeia de Cassoca e o fornecimento de bombas de água. Em meados de Abril de 2013, o calendário para o reassentamento continuava incerto.

⁶⁹ Entrevista da Human Rights Watch com Breznévia Gemo, Rio Tinto, 14 de Maio de 2012, e Golder Associates, "10570 Benga Coal Project Resettlement Action Plan – Final Report," entregue à Riversdale Moçambique, Limitada, 1 de Setembro de 2009.

⁷⁰ "India's Jindal wins 25-yr coal licence in Mozambique," *Reuters*, February 4, 2011, <http://www.reuters.com/article/2011/02/04/jindal-mozambique-idUKWEB694920110204> (acedido a 4 de Abril de 2013).

⁷¹ Human Rights Watch entrevistou Stelio Matavel, oficial de ligação, Jindal Moçambique, Maputo, 09 de outubro de 2012. Estes números reflectem a população desde Outubro de 2012 e podem ser sujeitos a alterações durante a deslocação real. Desagregados, o que inclui 248 famílias (1.080 pessoas) de Cassoca e 236 famílias (970 pessoas) de Nhomadzinedzani.

TABELA 1: REASSENTAMENTO DEVIDO À MINERAÇÃO DE CARVÃO NA PROVÍNCIA DE TETE

Empresa	Nome da Mina	Aldeia Original	Aldeia Reassentada
Vale	Moatize	Chipanga, Bagamoyo, Mithete, Malabwe	Cateme, 25 de Setembro
Rio Tinto	Benga	Capanga, Benga, Nhambalualu	Mwaladzi
Jindal Steel and Power Limited	Chirodzi	Cassoca, Xissica, Nhomadzinedzani	<i>Ainda por reassentar</i>

III. Problemas com o Reassentamento da Vale e da Rio Tinto

Nós só estamos a sofrer aqui. De onde eles mudaram-nos - tínhamos comida suficiente para comer e aqui não temos. Lá poderíamos fazer alguma coisa para ganhar dinheiro e aqui não podemos fazer nada.

—Eulália Z., mulher reassentada com três filhos, Mwaladzi,

11 de Maio de 2012

Os agregados familiares das três comunidades reassentadas pela Vale, pela Riversdale, e pela Rio Tinto (25 de Setembro, Cateme, e Mwaladzi) sofreram perturbações significativas no usufruimento de vários direitos económicos e sociais, incluindo a sua capacidade de obter água e comida adequada e acesso ao trabalho e aos cuidados de saúde. Enquanto a Human Rights Watch não tem dados completos sobre os resultados de cada agregado familiar reassentado, as terras agrícolas fornecidas a muitos moradores reassentados de Cateme e Mwaladzi, são reconhecidas tanto pelas autoridades como pelas empresas entrevistadas pela Human Rights Watch como tendo qualidade profundamente desigual e não tendo acesso suficiente a água para ser fértil.

As comunidades também tiveram as suas opções de trabalho não-agrícola reduzidas e um abastecimento de água errático. Eles agora vivem a cerca de 40 km de um grande mercado, em comparação com apenas alguns quilómetros antes do reassentamento. Embora as novas habitações de cimento fornecidas nas três comunidades reassentadas tenham sido planeadas com uma melhoria em relação às casas de madeira em que muitos viviam antes, a má construção no local de reassentamento da Vale em Cateme e 25 de Setembro promoveu o aparecimento de rachas e infiltrações em muitas casas e gerou uma insatisfação generalizada em relação à qualidade geral das casas como resultado. Como mencionado anteriormente, no momento da formalização por escrito, a Vale estava em processo de realização de reparos em todas as casas.

As famílias reassentadas em Cateme tiveram que viver sem acesso adequado a terra agrícola de substituição por três anos, devido aos atrasos na alocação de terra por parte do governo. Os agregados familiares em Cateme e Mwaladzi tiveram problemas com o

abastecimento de água irregular durante meses após o reassentamento.⁷² Os agregados familiares em Mwaladzi verificaram atrasos no acesso à escola e no posto de saúde que tinham sido prometidos à comunidade. Muitas das melhorias de infra-estrutura só aconteceram depois do reassentamento e depois de reclamações feitas pela comunidade, tais como a construção de uma estrada de acesso para ligar Cateme à estrada principal ou a perfuração de poços de água adicionais em Cateme e Mwaladzi.

Outros elementos do reassentamento têm corrido bem. Todas os agregados familiares reassentados estão a receber títulos de uso da terra (DUAT) para as suas novas casas e terrenos agrícolas, e estes foram fornecidos no nome de ambos homem e mulher. Poucas famílias tinham DUAT antes do seu deslocamento. A Vale e a Rio Tinto fizeram investimentos na educação e capacitação, principalmente na construção feita pela Vale de uma escola secundária em Cateme.

A Vale pagou pela construção e pelos equipamentos para a escola secundária residencial de Cateme. É apenas a quarta escola secundária na província de Tete, possui um laboratório de informática, e acomoda 300 estudantes da região.⁷³ De acordo com a Vale, o hospital de Cateme, também construído pela Vale, atende cerca de 75 pessoas por dia.⁷⁴ Todas as famílias têm sentido uma melhoria no saneamento dado que o número de agregados familiares com casas de banho aumentou de alguns antes de reassentamento para 100 por cento após o deslocamento.

Como será descrito mais detalhadamente no capítulo V, os funcionários do governo local, provincial e central reconheceram alguns problemas — tais como aqueles ligados à habitação — e publicamente comprometeram-se a evitar deficiências semelhantes em reassentamentos futuros. No entanto, eles têm sido morosos no que respeita à resolução de problemas de terra e água abaixo destacados. A capacidade limitada do governo e a falta de experiência com reassentamentos exacerbaram alguns problemas.

⁷² A maioria das reparações no sistema de água em Cateme e Mwaladzi ocorreu em 2012 e 2013. Os residentes de Cateme primeiro mudaram-se para lá, entre 2009 e 2010 e a maioria dos moradores de Mwaladzi mudaram-se em 2011, com 13 famílias que se deslocaram em 2012.

⁷³ Vale, “Vale em Moçambique, Visita – HRW,” power point presentation, Maputo, 4 de Maio de 2012.

⁷⁴ Entrevista da Human Rights Watch com Paulo Horta, director de operações - Moatize, Vale, Moatize, Tete province, 16 de Maio de 2012.

Os representantes da Vale e da Rio Tinto reconheceram algumas das deficiências nos seus processos de reassentamento e estão a explorar opções para resolvê-los. As soluções propostas para os problemas mais graves ligados à qualidade da terra, abastecimento de água e capacidade de obter meios de subsistência secundários (como a criação de frangos) são soluções de uma natureza a longo prazo. Estas não foram devidamente complementadas por medidas para aliviar as necessidades imediatas e, para além disso, nem todas os agregados familiares afectados serão beneficiados.

Interferência no Direito à Alimentação e uma Redução na Auto-Suficiência

Aqui, quando não se tem nada, isso significa que você realmente não tem nada. Lá, quando eu precisava de dinheiro eu podia ir para o mato para obter madeira ou carvão para vender.

-Flávia J., agricultora reassentada, Cateme, 10 de Maio de 2012

Muitas famílias reassentadas pela Vale e pela Rio Tinto sofreram uma deterioração das suas condições de vida e independência, passando de agricultores capazes de produzir alimentos para grande parte do ano para comunidades que dependem de ajuda externa e dos programas de comida-por-trabalho.⁷⁵

A maioria das pessoas reassentadas para Cateme e Mwaladzi eram agricultores que suplementavam o cultivo das suas culturas de rendimento com a venda de carvão vegetal, lenha, frutas e legumes por dinheiro no mercado próximo de Moatize.⁷⁶ Em Moçambique, é típico encontrar-se agregados familiares mesmo com trabalhos assalariados ou pequenos negócios como actividades económicas primárias, em geral, também têm uma *machamba*, um pedaço de terra pequeno, para produzir parte do seu alimento.

Muitas das pessoas reassentadas que foram entrevistadas pela Human Rights Watch ficaram profundamente frustradas com a perda da sua auto-suficiência. Malosa C.,

⁷⁵ Por exemplo, o RAP preparado para a Riversdale incluiu um levantamento dos agregados familiares em Benga Sede e Capanga antes de reassentamento para Mwaladzi. A pesquisa observou que a maioria dos agregados familiares cultivava a terra, e 65 a 70 por cento destes afirmou que o milho era a sua cultura mais importante. Mais de dois terços das famílias disseram que experimentaram uma média de três meses de escassez de alimentos nos últimos 12 meses. Golder Associates, "10570 Plano de Acção do Reassentamento do Projecto de Carvão de Benga - Relatório Final", submetido a Riversdale Moçambique, Limitada, a 1 de Setembro de 2009, p. iii.

⁷⁶ Ibid.

reassentada pela Rio Tinto para Mwaladzi em 2011, disse: "Estamos a sofrer muito. Tivemos uma reunião com a empresa e dissemos-lhes que se eles não pudessem fornecer alimentos e água, que seria melhor levarem-nos de volta para o lugar onde morávamos, e nós iríamos produzir o nosso próprio alimento e iríamos continuar a nossa vida sem depender deles."⁷⁷

Terras de Baixa Qualidade e de Baixa Produção

Estamos habituados a produzir alimentos suficientes para armazenar.... A [parcela de] terra aqui é maior, mas o problema é que a terra não é boa. Não choveu o suficiente este ano, mas também, a terra não é boa. Nós só conseguimos produzir feijão, só feijão. Pode verificar o nosso armazenamento, não há nada lá Todos os alimentos que estamos a comer, estamos a comprar.

-Elena M., uma mulher reassentada, Mwaladzi, 11 de Maio de 2012

A produção de alimentos de muitos agregados familiares caiu drasticamente após o reassentamento para Cateme e Mwaladzi devido à aridez e à baixa produtividade da terra. Nas suas casas originais em Chipanga, Benga e Capanga, a maioria das casas tinham terrenos agrícolas para o crescimento de culturas alimentares de subsistência como o milho e a mapira e muitos tinham hortas adicionais perto de solos naturalmente irrigados, nas margens dos rios Zambeze e Revuboé ou outras fontes de água próximas das suas aldeias. Teresa J. disse:

[Antes do deslocamento] eu tinha um grande terreno para a agricultura e uma pequena parcela de legumes. Eu poderia encher o meu armazém de milho. Eu produzia cerca de quatro a cinco sacos de mapira. Nós produzíamos o suficiente para nós mesmos ... Às vezes a gente até podia vender [o excedente]. Nós nunca ficávamos muito tempo sem alimentos.⁷⁸

⁷⁷ Entrevista da Human Rights Watch com Malosa C., mulher reassentada, Mwaladzi, 03 de Outubro de 2012.

⁷⁸ Entrevista da Human Rights Watch com Teresa J., 63 anos, mulher reassentada com cinco filhos em sua casa, 25 de Setembro, 09 de Maio de 2012.

Das 26 famílias às quais a Human Rights Watch administrou um levantamento detalhado sobre as práticas agrícolas em Cateme, 25 de Setembro, e Mwaladzi, vinte disseram que, antes do reassentamento, que normalmente produziam culturas de subsistência suficientes para durar o ano todo.⁷⁹ Destes vinte, apenas um agregado familiar disse que eles eram auto-suficientes em relação à alimentação após o reassentamento. Os líderes comunitários, professores, enfermeiras e activistas de ONGs que vivem ou trabalham nessas duas comunidades disseram que estes problemas são comuns. Os entrevistados em Cateme e Mwaladzi disseram que a sua produtividade caiu devido à aridez e baixa fertilidade do solo.

Os agricultores, funcionários da Rio Tinto, funcionários da Vale, e um especialista em agricultura disseram à Human Rights Watch que as parcelas de terra em Cateme e Mwaladzi eram de qualidade variável, muitos incapazes de produzir culturas básicas para a comunidade, e o potencial agrícola não se teria expandido sem irrigação.⁸⁰ Em resposta à incapacidade dos agricultores de cultivar quantidades suficientes do seu próprio alimento nas suas terras, como faziam anteriormente, tanto a Rio Tinto como a Vale, após atrasos, têm apoiado programas periódicos de distribuição de alimentos.⁸¹

A terra, em muitos casos, é rochosa, distante de fontes de água e imprópria para a produção de uma quantidade e variedade de culturas básicas de preferência: o milho e a mapira.

Maria C., uma viúva que tem cinco filhos em Mwaladzi, disse: "Estávamos habituados a comprar comida quando houvesse um problema de chuva, mas normalmente não tínhamos que o fazer. A terra agrícola que recebemos [como compensação] é ... vermelha e não preta como tínhamos antes. Tem pedras Eu já estou a comprar comida [um mês após o tempo de colheita].⁸²

Logo após o tempo da colheita em Maio de 2012, os pesquisadores da Human Rights Watch observaram o armazenamento das culturas cultivadas pelos moradores reassentados,

⁷⁹ Entrevistas da Human Rights Watch com pessoas reassentadas em Cateme, 25 de Setembro, e Mwaladzi, Maio de 2012.

⁸⁰ Entrevistas da Human Rights Watch com pessoas reassentadas em Cateme e Mwaladzi, Maio de 2012; comunicação por escrito da Rio Tinto à Human Rights Watch, "Feedback to Human Rights Watch," 30 de Janeiro de 2012; Entrevista da Human Rights Watch com Carolina Coutinho, analista sénior de sustentabilidade, Vale, 8 de Outubro de 2012; e entrevista da Human Rights Watch com o especialista em agricultura (nome não revelado), 17 de Maio de 2012.

⁸¹ Comunicação por escrito da Rio Tinto, 30 de Janeiro de 2012 e entrevista telefónica da Human Rights Watch com Cassia Dourado e Carolina Coutinho, 14 de dezembro de 2012.

⁸² Entrevista da Human Rights Watch com Maria C., viúva reassentada que vive com cinco filhos, Mwaladzi, 11 de maio de 2012.

normalmente armazenados em pequenos armazéns ou nos telhados de suas casas. Embora o armazenamento tenha sido feito para durar todo o ano, na maioria dos casos, eles só foram suficientes para durar alguns meses na melhor das hipóteses. Ana e Ernesto S., moradores de Cateme, disseram: "Nós tentamos cultivar milho e mapira, mas só produzimos uma quantidade muito pequena, como pode ver no topo do telhado. A falta de chuvas este ano faz diferença, mas não muita diferença."⁸³ Fátima T., uma residente de Mwaladzi, disse: " Nós não produzimos nada no ano passado ou este ano. Nesta terra não cresce nada, nós estamos a produzir a partir de outro terreno que pedimos emprestado para que pudéssemos produzir milho. A maioria dos nossos alimentos dependemos da compra no mercado. Nós não produzimos o suficiente para durar um mês ".⁸⁴

Os agricultores reassentados também disseram que produziam uma menor variedade de culturas. Os agregados familiares que participaram da pesquisa feita pela Human Rights Watch em termos de práticas agrícolas disseram que cultivavam cerca de quatro culturas diferentes antes do deslocamento e, em média, somente uma cultura depois do reassentamento.⁸⁵ Muitos dos moradores reassentados, especialmente em Mwaladzi, disseram que não eram mais capazes de produzir as suas culturas básicas de preferência, de milho e mapira e, portanto, em vez destas tiveram que mudar para feijão e outras culturas mais adequadas ao solo. Cristina L. disse à Human Rights Watch, "A terra não é boa, eu tentei cultivar milho, mas não tive resultados, mesmo com a mapira não tive resultados. Nós produzíamos algum (feijão) nyemba e colhíamos algumas melancia. Nós compramos [quase] tudo o que comemos."⁸⁶

Um agricultor experiente e um especialista em agricultura foram contractados para dar assessoria aos agricultores locais sobre práticas agrícolas melhoradas examinaram a terra em Cateme e disseram que era de qualidade desigual, com alguns lotes capazes de produzir e outros apresentavam baixa fertilidade.⁸⁷ Os funcionários da empresa Rio Tinto concordaram que em alguns casos a terra de compensação oferecida em Mwaladzi era pobre, mas também argumentaram que esta situação variava de caso em caso.

⁸³ Entrevista da Human Rights Watch com Ana e Ernesto S., agricultores reassentados, Cateme, 10 de Maio de 2012.

⁸⁴ Entrevista da Human Rights Watch com Fátima T., agricultora reassentada com sete pessoas em sua casa, Mwaladzi, 11 de Maio de 2012.

⁸⁵ Entrevista da Human Rights Watch com pessoas reassentadas em Cateme, 25 de Setembro, e Mwaladzi, Maio de 2012.

⁸⁶ Entrevista da Human Rights Watch com Cristina L., mulher reassentada que vive com o marido e cinco filhos, Mwaladzi, 11 de Maio de 2012.

⁸⁷ Entrevista da Human Rights Watch com especialista em agricultura (nome não revelado), perto de Cateme, 17 de maio de 2013.

Fernando Nhantumbo, gestor de relações sociais da Rio Tinto disse à Human Rights Watch, "Eu concordo com vocês que a terra não é tão boa quanto a que fica ao lado do rio Zambeze, mas existem [algumas] pessoas com celeiros cheios de milho, embora outros não tenham nada."⁸⁸

Antes do reassentamento, nem todas as famílias tinham acesso a boa terra agrícola, acesso aos terrenos férteis nas terras ribeirinhas, ou eram capazes de proporcionar conforto para as suas famílias através da agricultura. Mas as entrevistas feitas pela Human Rights Watch verificaram que mesmo os agregados familiares que estavam em relativa desvantagem antes de serem deslocados sentiram um impacto negativo na sua capacidade de produzir alimentos e gerar rendimento depois de serem reassentados.

Atrasos no Fornecimento de Terras Prometidas Em Cateme

No início de Abril de 2013, aproximadamente três anos após o seu reassentamento, todos os agregados familiares em Cateme ainda estavam à espera da atribuição de dois hectares de terra prometidos no pacote inicial de compensação. A Vale tinha fornecido um hectare de terra no momento do reassentamento, mas sofreu atrasos na identificação do segundo hectare prometido por parte do governo local. Carolina Coutinho, analista sênior de sustentabilidade da Vale, disse que um dos maiores obstáculos tem sido a dificuldade do governo na identificação de parcelas adequadas, fora das áreas designadas para outras licenças de mineração.⁸⁹

Alguns dos agregados familiares perderam as suas primeiras parcelas de um hectare de terra quando os ocupantes anteriores recuperaram a sua terra.⁹⁰ De acordo com a Vale, havia pelo menos 67 famílias nesta situação.⁹¹ Coutinho afirmou que: "O processo de obtenção do DUAT [licenças de uso da terra] levou mais tempo do que o processo de deslocamento final. Então eu acho que o governo deu-nos terra que pertencia a outras pessoas. Nós só descobrimos isto quando a comunidade já tinha sido reassentada no

⁸⁸ Entrevista da Human Rights Watch com Fernando Nhantumbo, Rio Tinto, 14 de Maio de 2012.

⁸⁹ Entrevista telefónica da Human Rights Watch com Carolina Coutinho, 14 de Dezembro de 2012.

⁹⁰ Estes moradores não enfrentam problemas em manter seus lotes familiares na aldeia de Cateme, mas conflitos fundiários enfrentados em seus terrenos agrícolas.

⁹¹ Reunião da Human Rights Watch com Vania Somavilla, directora executiva, recursos humanos, saúde e segurança, sustentabilidade e energia, e Marcio Senne de Moraes, director de Assuntos Corporativos, Europa-América do Norte, Vale, Nova Iorque, 09 de Abril de 2013.

primeiro hectare." ⁹² Outros 16 agregados familiares receberam terras que eram constituídas de pedras e eram impróprias para a agricultura. ⁹³

Estes 83 agregados familiares combinados não receberam qualquer terra de substituição interina, compensação pelas primeiras parcelas, assistência jurídica, ou assistência adicional para compensar a perda dos seus meios de subsistência, enquanto o governo e a Vale procuravam terra disponível. Senolia S., uma agricultora de 60 anos de idade, em Cateme, disse:

Eu produzi milho no primeiro ano [2010]. No segundo ano, as pessoas vieram e disseram que a terra era delas. Eu deixei o milho que eu já havia plantado. Fui para Vale e disse-lhes que a terra que tinham-me dado pertencia a outros. Eles disseram que iriam dar mais terra. Isto já foi há dois anos. ⁹⁴

Sem terra para cultivar e desesperada para sobreviver, Senolia S. primeiro tentou comprar e revender legumes em Cateme. No entanto, estes não asseguravam rendimento suficiente e ela disse que, em alguns dias, a sua família já não tinha alimentos suficientes para comer. Em 2012, ela conseguiu juntar dinheiro suficiente para alugar um pedaço de terra rochoso e com desmatamento por fazer e este localiza-se tão longe que ela passa a noite nos campos durante a semana e só retorna para sua família aos fins de semana. ⁹⁵

Em Abril de 2013, os representantes da Vale disseram à Human Rights Watch que, numa decisão liderada pelo governador da província de Tete, estes foram finalmente capazes de oferecer novas parcelas ou compensações financeiras, no lugar da substituição de terra para estas 83 famílias. ⁹⁶ Até ao momento actual, eles não tinham fornecido qualquer compensação adicional para as dificuldades que estes agregados familiares estavam a passar no período de transição.

⁹² Entrevista telefónica da Human Rights Watch com Liesel Filgueiras, gestora geral de responsabilidade social empresarial e Carolina Coutinho, analista sénior de sustentabilidade, Vale, 4 de Abril de 2013.

⁹³ Reunião da Human Rights Watch com Vania Somavilla e Marcio Senne de Moraes, 9 de Abril de 2013.

⁹⁴ Ibid.

⁹⁵ Entrevista da Human Rights Watch com Senolia S., agricultora reassentada, Cateme, 06 de Outubro de 2012.

⁹⁶ Entrevista telefónica da Human Rights Watch com Liesel Filgueiras e Carolina Coutinho, 4 de Abril de 2013 e reunião da Human Rights Watch com Vania Somavilla e Marcio Senne de Moraes, 09 de Abril de 2013.

Além disso, os representantes da Vale disseram que o governo decidiu fornecer aos agregados familiares reassentados em Cateme uma compensação financeira, em vez do segundo hectare de terra prometida.⁹⁷ Liesel Filgueiras, gestora-geral da Vale para a responsabilidade social empresarial disse:

É importante compreender que, nas nossas discussões com o governo, a melhor abordagem é [atribuir] o segundo hectare de terra, nós queríamos que isso acontecesse. [A compensação financeira] foi decisão do governo Estamos muito preocupados com esta abordagem. Isto pode gerar uma espécie de actualização falsa em termos de rendimento que não é sustentável.⁹⁸

Perda de outras Fontes de Rendimento em Dinheiro e Pecuária

Antes morávamos em Nyananjou perto de Capanga. Era muito melhor lá do que aqui. Havia muitas maneiras de sobreviver—nós podíamos vender carvão e lenha Aqui não é possível porque o tipo de árvore que usamos para o carvão não está tão disponível e até onde temos que ir para vender carvão vegetal é muito longe.

—Bendita S., agricultora reassentada, Mwaladzi, 17 de Maio de 2012

Os moradores de 25 de Setembro, Cateme, e Mwaladzi perderam uma variedade de actividades económicas complementavam as actividades agrícolas, incluindo a criação de gado e venda de carvão vegetal, lenha, frutas e legumes em Moatize. As operações de mineração de carvão da Rio Tinto e da Vale têm gerado algumas oportunidades de emprego, mas não há nenhuma obrigação definida nos planos de acção de reassentamento de modo a proporcionar empregos directos para as comunidades reassentadas. Até ao momento a maioria dos empregos gerados têm sido em trabalhos de curto prazo ligados à construção e que terminam dentro de alguns meses ou um ano—e até mesmo essas oportunidades vão desaparecer quando não houverem obras por fazer em torno dos locais das minas ou construções e reparações nos locais de reassentamento.

⁹⁷ Entrevista telefónica da Human Rights Watch com Liesel Filgueiras e Carolina Coutinho, 4 de Abril de 2013.

⁹⁸ Ibid.

Muitas pessoas reassentadas que foram entrevistadas informaram que usavam outras actividades para complementar a agricultura como a recolha e venda de frutos do embondeiro, lenha ou carvão. O Plano de Acção de Reassentamento preparado pela Riversdale (e mais tarde adquirida pela Rio Tinto) contém dados de pesquisas económicas e sociais sobre as comunidades afectadas antes do deslocamento que destaca a importância destas actividades:

Os frutos silvestres são, de longe, o recurso natural mais importante na área do projecto, com mais de 90% de famílias a reportarem que usam este recurso. Outros recursos naturais importantes incluem lenha e materiais de construção, que se correlaciona com o uso desses materiais em habitações e estruturas. Cerca de 90% dos agregados familiares, tanto nas aldeias de Benga Sede e Capanga têm um rendimento monetário, seja de rendimento regular, ocasional ou sazonal. A venda de vegetais, a venda de produtos domésticos e a venda de lenha são as fontes mais comuns de rendimento em dinheiro.⁹⁹

Não existem embondeiros perto de Mwaladzi ou Cateme e não há mercado próximo com potenciais clientes para a venda de lenha ou carvão. Os moradores de Mwaladzi e Cateme tendem a recolher a lenha ou a produzir o carvão que precisam e não têm mercado entre seus vizinhos que estão numa situação similar. Um jovem disse à Human Rights Watch, "Não há nada para fazer. Não há trabalho. Não há capacidade para fazer qualquer coisa. Aqui, a vida é difícil. Lá vendíamos coisas, vendíamos madeira, o fruto do embondeiro."¹⁰⁰ Breznévia Gemo, a superintendente do reassentamento da Rio Tinto concordou que, "as pessoas que realmente viviam principalmente da produção de carvão são os que estão a ter problemas."¹⁰¹

Cateme e Mwaladzi localizam-se a cerca de 40 quilómetros da capital do distrito de Moatize, com o seu mercado e variedade de oportunidades de emprego, ao passo que Chipanga e Benga encontram-se localizadas perto de mercados em Moatize e na cidade de Tete. Até à data em que moradores de Cateme organizaram um protesto, em Janeiro de 2012, e bloquearam a ligação ferroviária da Vale para o porto, não havia estrada

⁹⁹ Golder Associates, "10570 Plano de Acção de Reassentamento do Projecto de Carvão de Benga - Relatório Final", submetido a Riversdale Moçambique, Limitada, a 1 de Setembro de 2009, p. iii.

¹⁰⁰ Entrevista da Human Rights Watch com Regino P., jovem reassentado, Mwaladzi, 11 de Maio de 2012.

¹⁰¹ Entrevista da Human Rights Watch com Breznévia Gemo, Rio Tinto, Maputo, 14 de Maio de 2012.

adequada, bem mantida a ligar Cateme e Mwaladzi à estrada principal para Moatize, nem havia transporte acessível e de baixo custo.

Após a demonstração de Janeiro de 2012, a Vale financiou uma estrada de ligação de Cateme à auto-estrada e fez acordos com o governo para estabelecer uma paragem numa rota de autocarros públicos.¹⁰² O Gestor de Assuntos Corporativos da Vale disse: "Nós pagamos por um autocarro, fornecemos diesel e a manutenção, o governo executa a operação. Cobra-se 20 meticais (\$0,68 dólares americanos), o que é razoável. Levou algum tempo para ser implementado e isso foi um outro ponto de frustração."¹⁰³ Os moradores de Cateme disseram que o autocarro foi um avanço, mas, mesmo assim, a realização de negócios de rotina continuava difícil, envolvendo uma maior despesa e tempo quando comparado com a situação em que viviam anteriormente.

Os moradores de Mwaladzi devem fazer o seu caminho através de Cateme para chegar à estrada principal. O autocarro público também pára em Mwaladzi. Caso contrário, os membros da comunidade pagariam por uma boleia num carro comum. Amélia D., reasentada em Mwaladzi, disse: "Não há transporte no domingo. Apenas um carro que vem durante a semana. É difícil para ir ao hospital ou ao mercado. É um carro pequeno e nem todos cabem."¹⁰⁴

Os indivíduos reasentados longe de Moatize, que tinham pequenas empresas de carpintaria e fabricação de tijolos também perderam seus meios de subsistência e os seus clientes. Júlio C., disse: "Onde eu morava eu tinha o meu negócio, eu podia pagar as propinas escolares dos meus filhos. Eu tinha um forno. Mas ... agora não há nada."¹⁰⁵

Dos 26 agregados familiares que estiveram envolvidos na pesquisa em detalhe da Human Rights Watch sobre as suas actividades económicas, antes e após o reassentamento, os números da pecuária caíram para mais de metade após o deslocamento.¹⁰⁶ Alguns indivíduos reasentados que haviam sido entrevistados pela Human Rights Watch em

¹⁰² Comunicação por escrito da Vale para a Human Rights Watch, "Relatório de Acompanhamento das Acções em Desenvolvimento em Cateme e 25 de Setembro, Dezembro 2012," 9 de Janeiro de 2013.

¹⁰³ Entrevista da Human Rights Watch com Cássia Carvalho Pacheco, gestora de assuntos corporativos, Vale, SA, 04 de Maio de 2012.

¹⁰⁴ Entrevista da Human Rights Watch com Amélia D., mulher reasentada, Mwaladzi, 17 de Maio de 2012.

¹⁰⁵ Entrevista da Human Rights Watch com Júlio C., líder da comunidade, Mwaladzi, 11 de Maio de 2012.

¹⁰⁶ Entrevistas da Human Rights Watch com pessoas reasentadas em 25 de Setembro, Cateme, e Mwaladzi, Maio de 2012.

Cateme e Mwaladzi disseram que tinham parado ou reduzido significativamente a propriedade de pecuária, que inclui porcos, cabras e galinhas, porque os animais morreram ou foram roubados durante ou logo após o reassentamento. Outros venderam os animais antes do deslocamento depois de terem ouvido que não haveria água suficiente ou condições adequadas para o gado. A maioria dos agricultores entrevistados em Cateme e Mwaladzi pela Human Rights Watch que deslocaram os seus animais para os novos locais disseram que não conseguiam comida e água suficiente para mantê-los. Os funcionários da Rio Tinto admitiram à Human Rights Watch que a falta de água faz com que seja difícil para os agregados familiares reassentados manterem muitos animais.

Não se espera que a perda dos meios de subsistência anteriores seja compensada pelo emprego gerado pelas empresas de carvão. As minas de carvão a céu aberto dependem de trabalhadores qualificados, por exemplo, para operar maquinaria pesada. As empresas dizem que a maior parte do emprego gerado a longo prazo requer trabalhadores qualificados que as comunidades reassentadas não são capazes de fornecer e portanto o recrutamento tem sido feito noutras partes do país e países vizinhos.¹⁰⁷ Para os membros das comunidades reassentadas que obtiveram trabalho remunerado ligado às operações das empresas de mineração, estes foram colocados em postos de trabalho a curto prazo na construção das casas de reassentamento. Até Maio de 2012, noventa por cento dos postos de trabalho da Vale foram alocados a homens, apesar da significativa perturbação económica vivida igualmente por homens e mulheres nos reassentamentos.¹⁰⁸

Muitos moradores contaram à Human Rights Watch que as empresas haviam prometido que as suas operações iriam criar oportunidades de emprego para as pessoas reassentadas e estes tomaram estes factos em consideração na sua decisão sobre o deslocamento. Teresa J. disse: "A Vale prometeu ... os nossos filhos seriam a sua prioridade para o emprego para ganharem a nossa aceitação [do deslocamento]. No início, os meus dois filhos estavam a trabalhar lá. Apenas por um curto período de tempo. Agora eles não estão a trabalhar lá."¹⁰⁹

Os representantes da Vale e da Rio Tinto disseram que não prometeram estes postos de trabalho. Por exemplo, a Rio Tinto aponta para seus planos de acção de reassentamento

¹⁰⁷ Vale, "Vale em Moçambique, Visita – HRW," apresentação power point, Maputo, 04 de Maio de 2012.

¹⁰⁸ Ibid.

¹⁰⁹ Entrevista da Human Rights Watch com Teresa J., 9 de Maio de 2012.

aprovados pelo governo que afirmam explicitamente que, embora estes esperam que as suas actividades de mineração sejam capazes de gerar emprego para os Moçambicanos, não poderiam garantir que estes estariam disponíveis para as comunidades reassentadas devido ao seu perfil de competências.¹¹⁰ Em última análise, os empreiteiros da Vale e da Rio Tinto contrataram algumas pessoas reassentadas a curto prazo para ajudar na construção. O gestor de relações corporativas da Vale disse à Human Rights Watch, "Nós costumávamos usar 10.000 [trabalhadores] em construção, mas para a operação [da mina] nós só precisamos de 2.000. É um perfil diferente em termos de habilidades. Antes nós podíamos contractar pessoas de Cateme, mas agora não."¹¹¹

A Human Rights Watch não tem sido capaz de reconstruir todas as promessas e conversas que podem ter acontecido nos anos anteriores ao reassentamento. No entanto, a diferença nas expectativas das comunidades reassentadas em relação à compensação e às obrigações por escrito das empresas nos seus Planos de Acção de Reassentamento apontam para falhas na comunicação e no diálogo.

Estamos a sofrer aqui. No lugar onde vivíamos [antes], não tínhamos que alugar as nossas casas para podermos ter alguma coisa—nós podíamos viver nas nossas casas e viver muito bem. Mas aqui temos de alugar a casa para ter alguma coisa. Lá, eu tinha um campo, tinha animais—porcos e cabras. Eu podia vender os meus animais e comprar comida e cultivar—aqui é diferente A cozinha é muito pequena e eu tenho que manter as minhas coisas lá dentro e dormir com o meu neto— ele é muito pequeno.

—Sofia E., mulher idosa que vive com o seu neto, 25 de Setembro, 13 de Maio de 2012

A Vale concebeu a aldeia de reassentamento urbano de 25 de Setembro para as famílias que dependiam principalmente de meios de subsistência não-agrícola. As pessoas que optaram pelo deslocamento para 25 de Setembro não receberam novas terras para cultivo como parte do seu pacote de compensação, mesmo que estes cultivassem anteriormente. A Human Rights Watch falou com os residentes reassentados que sofreram com a transição de ter rendimento em dinheiro e parcelas de terra para apenas o ganho de dinheiro para sustentar as suas famílias. Os indivíduos e agregados familiares enfrentaram novos custos relativamente ao pagamento de alimentos e

¹¹⁰ Golder Associates, "10570 Plano de Acção do Reassentamento do Projecto de Carvão de Benga - Relatório Final", submetido a Riversdale Moçambique, Limitada, a 1 de Setembro de 2009, p. 97.

¹¹¹ Entrevista da Human Rights Watch com Cássia Carvalho Pacheco, 4 de Maio de 2012.

tiveram despesas não antecipadas, tais como o pagamento de água canalizada, que a maioria obtinha anteriormente a partir de um rio localizado na proximidade ou poços sem nenhum custo.

Agregados familiares chefiados por mulheres encontravam-se muitas vezes em situações económicas particularmente precárias, incluindo senhoras idosas e mães solteiras que se mudaram para 25 de Setembro, principalmente para estarem perto dos seus familiares ou dos serviços de saúde, e não pelo facto de elas puderem contar com os trabalhos em zonas urbanas. Por exemplo, a Human Rights Watch entrevistou mulheres mais velhas que anteriormente praticavam a agricultura, mas optaram pelo reassentamento em 25 de Setembro para estarem mais perto dos seus filhos crescidos que tinham empregos em Moatize. Estas mulheres não teriam estabelecido os seus meios de subsistência, se tivessem perdido o apoio da família.

Elsa S., uma viúva idosa, costumava cultivar e portanto este era o seu principal meio de subsistência. Agora vive sozinha, ela disse: "Por causa do sofrimento, eu tive que alugar a minha casa. Já faz um ano. Eu poderia fazer pequenos trabalhos, fazer vassouras e vendê-las. Mas a vida estava muito difícil e é por isso que eu decidi alugar. Tudo aqui precisa de dinheiro, a água precisa de dinheiro, comida precisa de dinheiro, até mesmo o fogo precisa de dinheiro."¹¹²

Terezinha L., uma viúva de 70 anos de idade, dependia da agricultura para ganhar a vida antes do reassentamento, explicou que tinha problemas de saúde e optou por ser reassentada em 25 de Setembro para estar mais perto de seus filhos adultos. Ela disse:

Eu vivo na cozinha porque eu não tenho dinheiro para pagar a água ou a electricidade, por isso alugo a minha casa para obter algum dinheiro.

Eu estou a viver na cozinha à quatro meses Se eu tivesse assistência suficiente, eu não teria que sair da minha casa para a cozinha. Se eu estou a viver na minha cozinha, isso significa que eu estou a sofrer. Em Chipanga, eu estava feliz lá. Eu tinha a minha própria casa, minha parcela de terra e os meus animais.

Eles deram-me um pouco de dinheiro pelo lugar onde a minha casa estava, mas não muito. De seguida, eles partiram a minha casa e levaram-me para este lugar. Eu não me sinto bem no meu coração, porque onde eu morava eu não pagava pela comida ou electricidade e eu poderia cultivar alimentos para mim.¹¹³

¹¹² Entrevista da Human Rights Watch com Elsa S., mulher reassentada a viver sozinha, 25 de Setembro, 13 de Maio de 2012.

¹¹³ Entrevista da Human Rights Watch com a Terezinha L., viúva reassentada, 25 de Setembro, 13 de Maio de 2012.

Fome

Estamos preocupados o tempo todo Nós comemos menos do que antigamente.
—Orlanda L., agricultora reassentada em Cateme, 10 de Maio de 2012

Sobrecarregados com a terra pouco produtiva e meios limitados de ganhar rendimento em dinheiro, alguns agregados familiares reassentados batalharam para ter comida suficiente para comer. Senolia S., reassentada em Cateme, disse: "Nós costumamos comer três refeições, pequeno almoço, almoço e jantar. Quando não há comida, podemos passar um dia inteiro sem comer até mesmo sem uma dessas refeições." ¹¹⁴

Os pesquisadores da Human Rights Watch falaram com muitas pessoas reassentadas em Cateme, 25 de Setembro, e Mwaladzi que recorreram a diversos mecanismos de sobrevivência para lidar com a quantidade e qualidade limitada e incerta de alimentos do que antes de serem reassentados. Eles explicaram que estavam a comer menos do que necessitavam para ficarem satisfeitos, comiam comidas que não queriam e reduziram o número de refeições. Por exemplo, Carolinda R. disse: "Eu tenho que comer menos do que deveria, porque eu não sei onde vou conseguir arranjar comida. Eu como normalmente de manhã, ao almoço como tarde para não ter que jantar - porque não há comida suficiente. Uma vez que eles [Rio Tinto] só nos forneceram comida para três meses, eu tenho que fazê-la durar." ¹¹⁵

As viúvas idosas que tivessem continuado a cultivar se tivessem ficado na sua terra original, mas incapazes de lidar com as novas condições e sem família que as apoie, encontram-se no grupo de pessoas que está a ter mais dificuldade com a obtenção de uma alimentação adequada. Uma mulher menosprezando o foco da componente de habitação do pacote de compensação disse: "Eu não posso comer esta casa. Só quero saber onde é que eu posso obter comida." ¹¹⁶ Teresa J. disse à Human Rights Watch: " Eu estou sempre preocupada com comida Estou dependente dos meus filhos, às vezes eles dão-me pouco. Quando eu estava em Chipanga, eu produzia a minha comida. Eu

¹¹⁴ Entrevista da Human Rights Watch com Senolia S., 17 de Maio de 2012.

¹¹⁵ Entrevista da Human Rights Watch com Carolinda R., uma mulher divorciada que vive com três filhos, Mwaladzi, 11 de Maio de 2012. A quantidade e os tipos de ajuda alimentar fornecidos pela Vale e pela Rio Tinto são discutidos mais adiante no relatório.

¹¹⁶ Entrevista da Human Rights Watch com Dores C., 80 anos, Mwaladzi, 11 de Maio de 2012.

poderia escolher. Aqui eu não posso escolher o que comer. Eu costumo comer comida que não gosto."¹¹⁷

Os agregados familiares com crianças também estavam preocupados com a comida. Vários pais relataram que o seu próprio consumo estava a ser limitado, a fim de garantir uma quantidade suficiente para as suas crianças. Por exemplo, Cristina L., disse,

Estamos sempre preocupados, porque temos filhos. Normalmente temos três refeições por dia. Às vezes, quando vemos a comida a acabar, reparamos que temos de poupar e deixar para o pequeno almoço. Às vezes nós vamos para a cama sem comer. Quando temos menos comida, cozinhamos para os filhos, e eu e o meu marido vamos para a cama sem comida.¹¹⁸

Assistência Alimentar

Eles disseram que iriam dar-nos três meses de alimentos. Este é o último mês. Se é suficiente ou não, depende de quantas pessoas estão a viver numa casa. Há oito pessoas que vivem aqui e não é suficiente para nós.

—Julio C., agricultor reassentado, Mwaladzi, 11 de Maio de 2012

Em resposta às perturbações nos ciclos agrícolas causados pelo reassentamento e à escassez de alimentos em Mwaladzi e Cateme, a Vale e a Rio Tinto têm fornecido pacotes adicionais de alimentos e têm contribuído com fundos para um programa de "comida-por-trabalho" executado pelo Instituto Nacional de Gestão das Calamidades (agência nacional de gestão de desastres de Moçambique), que fornece aos agregados familiares reassentados cestas básicas em troca de trabalho ligados a projectos de "embelezamento" da comunidade.¹¹⁹ As pessoas reassentadas descreveram que tinham que limpar as estradas e plantar árvores e os pesquisadores da Human Rights Watch observaram moradores Mwaladzi a fazer tijolos, como parte dos programas de comida-por-trabalho.

¹¹⁷ Entrevista da Human Rights Watch com Teresa J., 9 de Maio de 2012.

¹¹⁸ Entrevista da Human Rights Watch com Cristina L., 11 de Maio de 2012.

¹¹⁹ Entrevista da Human Rights Watch com Carolina Coutinho, 8 de Outubro de 2012 e de comunicação por escrito da Rio Tinto, 30 de Janeiro de 2013, p. 5.

A Vale forneceu aos residentes em Cateme pacotes de alimentos iniciais, como parte da sua compensação antes do reassentamento em Julho de 2009 e após a sua deslocação em Junho de 2010.¹²⁰ Os agregados familiares reassentados não receberam assistência alimentar adicional antes de Março de 2012.¹²¹ Os residentes em Mwaladzi, reassentados em 2011, receberam um pacote de comida inicial de três meses e só começaram a receber assistência alimentar adicional em Setembro de 2012.¹²² Os moradores reassentados disseram que o governo e as empresas forneceram poucas informações sobre o momento e a duração desses programas, aumentando a sua ansiedade e incerteza sobre o futuro da sua alimentação adequada para o resto do ano.

As empresas e os moradores reassentados entrevistados pela Human Rights Watch têm diferentes versões do montante da compensação prometida sob a forma de assistência alimentar. Com a documentação mínima de todas as conversas entre os membros da comunidade e representantes das empresas e as inúmeras empresas de consultoria que foram contratadas no período anterior à concepção final dos planos de acção de reassentamento, as condições foram reunidas para se gerar confusão e desinformação.

A Human Rights Watch entrevistou os agricultores a quem foram prometidos três meses, um ano e cinco anos de assistência alimentar até que estes estivessem totalmente ajustados e capazes de se sustentar. Os representantes da Vale e da Rio Tinto disseram que cumpriram com o fornecimento dos montantes acordados que incluíam alguns meses de assistência alimentar depois do reassentamento.

Independentemente dos acordos iniciais sobre as quantidades de assistência alimentar, os pacotes de compensação foram baseados na premissa de que, pelo menos em Cateme e Mwaladzi, os agregados familiares reassentados acabariam por ser capazes de produzir o seu próprio alimento a partir da terra que lhes foi fornecida. Mas como este relatório demonstra, para muitas famílias, estas condições tem sido impossíveis devido à má qualidade dos seus terrenos agrícolas. Apesar disso, não houve nenhum grande ajuste na compensação original até 2012, quando a Vale e Rio Tinto reconheceram que as comunidades reassentadas

¹²⁰ Diagonal, “Draft do Parecer sobre o 3º Pacote de Alimentos,” documento por escrito fornecido por e-mail a partir de Carolina Coutinho, Vale a Human Rights Watch, 22 de abril de 2013

¹²¹ Entrevista da Human Rights Watch com Carolina Coutinho, 08 Outubro de 2012. Vale prestou assistência a 839 famílias em Cateme desde 21 de Março de 2013 a 10 de Abril de 2013.

¹²² E-mail do Ivo Lourenço, gestor-geral de Relações Comunitárias, Rio Tinto com a Human Rights Watch, 15 de Março de 2013.

precisavam de assistência adicional até que estes fossem capazes de produzir ou ganhar um rendimento suficiente para comprar comida por conta própria.¹²³

Muitos moradores estavam zangados e, embora a má qualidade da terra não fosse culpa deles, eles ainda tinham que realizar algum trabalho para receber suplementos alimentares. Carlos A. disse,

Eles trouxeram óleo e arroz, mas a quantidade de arroz não é suficiente para todos nós e trouxeram também um pouco de peixe seco. Temos que trabalhar para a comida, temos que limpar as ruas [arrancar as ervas daninhas], mas isto não fazia parte do nosso acordo quando saímos das nossas casas. A empresa diz que eles não podem simplesmente dar gratuitamente, nós temos que trabalhar.¹²⁴

Uma viúva idosa disse: "Nós tivemos que trabalhar para que eles pudessem dar-nos esta farinha. Tivemos que limpar as ruas e coisas assim. Tivemos que parar de trabalhar nos campos para que pudéssemos fazer isso."¹²⁵ Outros queixaram-se que, embora tivessem realizado trabalho com a promessa de comida em troca, eles não tinham informações sobre quando iriam receber os seus pacotes de alimentos.

Juntamente com a raiva sobre a escassez de alimentos e as exigências feitas pelo programa de comida-pelo-trabalho, existe uma profunda ansiedade sobre o futuro abastecimento de alimentos e um desejo de recuperar a independência económica. O fornecimento de pacotes de alimentos tem sido esporádico e temporário e os agregados familiares reassentados não tem nenhuma garantia de que serão capazes de reconstruir a sua auto-suficiência ou ter acesso a tais alternativas em momentos de necessidade futuros. Ben J., um homem reassentado em Mwaladzi, disse: "Devemos continuar a depender deles para darem-nos comida? Como mendigos, continuamos a pedir comida, a pedir comida. Isso não está certo Nós queremos trabalhar. E ganhar o nosso próprio dinheiro e comprar a nossa comida."¹²⁶

¹²³ Entrevista da Human Rights Watch com Carolina Coutinho, 8 de Outubro de 2012 e de comunicado por escrito da Rio Tinto, 30 de Janeiro de 2013, p. 5.

¹²⁴ Entrevista da Human Rights Watch com Carlos A., morador reassentado, Mwaladzi, 11 de Maio de 2012.

¹²⁵ Entrevista da Human Rights Watch com Boavista J., viúvo idoso, Cateme, 10 de Maio de 2012.

¹²⁶ Entrevista da Human Rights Watch com Ben J., homem reassentado, Mwaladzi, 08 de Outubro de 2012.

Abastecimento de Água Incerto e Insuficiente

Às vezes eles dizem que a tubagem está partida. Às vezes os tanques têm um problema. Então nós temos que ir com panelas para outros bairros para buscar água. No lugar onde morávamos, não havia nenhum problema com a água. Se não havia água na bomba, nós iam ao rio. Aqui, você pode passar dois ou três dias sem tomar banho, porque não há água suficiente.

Foi o que aconteceu cinco ou seis vezes no mês passado. Esta semana já aconteceu uma vez. Partiu-se na Sexta-feira, até Domingo não tínhamos água. Mesmo quando a água está lá, nós não temos água o dia todo, às vezes há de manhã e não à tarde, e às vezes há à tarde e não pela manhã.

-Senolia S., agricultora reassentada, Cateme, 17 de Maio de 2012

Os locais de reassentamento de Mwaladzi e Cateme tiveram problemas na disponibilidade e acessibilidade de água potável, para uso doméstico e uso agrícola. Os reassentamentos estão localizados em zonas áridas identificadas como de escassez de recursos hídricos naturais nos planos de acção de reassentamento. A Vale e a Rio Tinto reconheceram estes problemas, mas tiveram dificuldades em encontrar soluções a curto e a longo prazo para resolver adequadamente as limitações dos locais de reassentamento áridos.

Antes do reassentamento, muitos moradores contavam com a sua proximidade com os rios Zambeze Revuboé para fornecer ao seu gado e para irrigar naturalmente quintas e hortas próximas. Malosa C. disse: "Nós tínhamos um rio com água corrente durante todo o ano. Nós não tínhamos qualquer problema com água ou com o cultivo de alimentos" ¹²⁷. Para resolver a falta de fontes naturais de água nas áreas de reassentamento, a Vale e a Riversdale (mais tarde adquirida pela Rio Tinto) instalaram bombas de água: bombas nos bairros de Mwaladzi e Cateme e bombas domésticas em 25 de Setembro para melhorar o nível de vida dos moradores e reduzir o tempo gasto a ir buscar água.

Mas as bombas não corresponderam às expectativas. Em Maio de 2012, as pessoas reassentadas disseram à Human Rights Watch que as bombas de bairro não forneciam uma quantidade suficiente de água, não eram certas, e às vezes caíam num estado de inutilização. Em Mwaladzi, Elena M. disse: "O nosso maior problema é a água - às vezes

¹²⁷ Entrevista da Human Rights Watch com Malosa C., mulher reassentada, Mwaladzi, 3 de Outubro de 2012.

passamos três dias sem água. Às vezes os tanques estão vazios esse tempo todo. " ¹²⁸
Ana S., reassentada para Cateme, disse: "A água não vem regularmente pois depende da
eletricidade. [Uma paragem] acontece muito. Duas ou três vezes por dia ou a cada dois
dias ". ¹²⁹

A Rio Tinto começou a trazer água através de camiões, mas eles nem sempre aparecem
regularmente, de acordo com os moradores da Mwaladzi entrevistados em Maio e Outubro
de 2012. Cristina L. disse: "Quando eles não vêm um dia, nós temos que andar muito para
encontrar uma bomba. Normalmente, ele [o camião] vem depois de dois dias. Isso
aconteceu uma vez no mês passado. O outro tanque do bairro está partido. A água não é
suficiente para todos nós. " ¹³⁰ Em 2012, a Rio Tinto completou um sistema de distribuição
de água composto por 11 furos de água, um tanque intermediário e um tanque principal
para resolver o problema de disponibilidade de água potável e para uso doméstico. ¹³¹
Estas mudanças ajudaram a resolver os problemas com a água potável, mas não
resolveram a falta de água suficiente para a agricultura ou pecuária.

Agregados familiares em Cateme enfrentaram problemas semelhantes em termos de
fiabilidade no fornecimento e repartição da infra-estrutura. Estes problemas colocam
dificuldades adicionais para os idosos e pessoas com deficiências físicas. Carolinda R.,
uma mulher idosa que foi reassentada para Mwaladzi, afirmou: "A bomba de água perto
daqui está avariada. Então, as pessoas estão a ir para lá [para uma segunda bomba] - mas
muita gente vai para lá, não há suficiente para todos nós, por isso às vezes eu vou para
uma terceira bomba. Eu sou velha. " ¹³²

Tal como acima mencionado, muitas famílias reduziram a sua posse de animais devido à
falta de água. Algumas pessoas reassentadas que desejavam cultivar hortas nas suas
áreas residenciais disseram que foram incapazes de fazê-lo por causa da água ser
insuficiente. Salvador R. teve um número de colheitas fracassadas no seu quintal e disse:
"Eu estava a pensar em cultivar no meu quintal, mas não posso porque não há irrigação." ¹³³

¹²⁸ Entrevista da Human Rights Watch com Elena M., mulher reassentada, Mwaladzi, 13 de Maio de 2012.

¹²⁹ Entrevista da Human Rights Watch com Ana e Ernesto S., 10 de Maio de 2012.

¹³⁰ Entrevista da Human Rights Watch com Cristina L., 11 de Maio de 2012.

¹³¹ Comunicado escrito pela Rio Tinto, 30 de Janeiro de 2013. p. 5.

¹³² Entrevista da Human Rights Watch com Carolinda R., 11 de Maio de 2012.

¹³³ Entrevista da Human Rights Watch com Salvador R., agricultor reassentado, Cateme, 10 de Maio de 2012.

Em 2012, a Vale concluiu uma série de reparos e melhorias no sistema de distribuição de água em Cateme e 25 de Setembro, incluindo substituições de válvulas, bombas de pressão e torneiras de água.¹³⁴ A Vale está a trabalhar para fornecer um novo sistema de distribuição de água em Cateme composto por três novos reservatórios de água e espera que ele esteja concluído em Outubro de 2013.¹³⁵

Enquanto a Rio Tinto e a Vale têm vindo a introduzir novas infra-estruturas para resolver os problemas com o abastecimento de água para uso doméstico, os problemas de água limitada para o uso agrícola permanecem. As limitações de disponibilidade de água local levaram a Rio Tinto, a Vale e o governo a explorarem estratégias complexas de abastecimento de água, com resultados incertos, como a tubagem nas águas do rio Zambezi ou a incetivarem os agricultores a mudarem as suas culturas alimentares tradicionais para culturas de rendimento que dependem menos em água. Emmy Bosten, a gerente geral de assuntos externos da Rio Tinto disse: "Estamos cientes da importância crítica da água Estamos também em negociações com a Vale sobre uma represa ou uma proposta mais sustentável de abastecimento de água."¹³⁶

Para além dos problemas de infra-estrutura, as pessoas reassentadas para a 25 de Setembro também enfrentaram novos custos para terem acesso à água. Muitos que anteriormente iam buscar água aos rios, antes do reassentamento, disseram que agora fazem um grande esforço para pagar pela água das suas torneiras domésticas. Elvira A., uma moradora de 25 de Setembro, disse: "Estamos a sofrer muito porque estamos a pagar por água enquanto que estamos habituados a ter água de graça e porque estamos a comprar alimentos que costumávamos produzir nós mesmos."¹³⁷

Casas com Rachaduras e Infiltrações

Esta casa não é adequada. Há muitas rachaduras e, quando chove, a água entra dentro da casa. A porta não fecha correctamente. Toda vez que chove há infiltrações e ficamos com um monte de água. As pessoas que estão a

¹³⁴ Comunicado por escrito da Vale, 9 de Janeiro de 2013.

¹³⁵ Ibid.

¹³⁶ Entrevista da Human Rights Watch com Emmy Bosten, gerente geral, assuntos externos, Rio Tinto, Maputo, 23 de Maio de 2012.

¹³⁷ Entrevista da Human Rights Watch com Elvira A., mulher reassentada, 25 de Setembro, 9 de Maio de 2012.

dormir acordam até a chuva parar Quando está a chover, não podemos usar a cozinha, porque a água entra lá dentro.

-Orlanda L., mulher reassentada que vive com o marido e cinco filhos,
Cateme, 10 de Maio de 2012

Os pacotes de compensação para os agregados familiares reassentados incluíam uma casa nova feita com tijolos, com cimento e com um telhado de zinco e estruturas separadas para a cozinha, casa-de-banho e armazenamento para as colheitas. Em alguns casos, a compensação incluía currais para gado. Embora este arranjo, teoricamente, representava uma melhoria para muitas famílias que viviam em casas, na sua maioria feitas de madeira com telhados de palha, a construção de má qualidade feita pela empresa contractada pela Vale, em Cateme e 25 de Setembro levou a rachaduras nas paredes de muitas casas e infiltrações tanto no teto como no chão quando chovia. Moradores de Mwaladzi estavam tipicamente mais satisfeitos com as habitações construídas pelos contratados da Rio Tinto.

Várias pessoas reassentadas para Cateme e 25 de Setembro reclamaram da chuva nas suas casas impedindo-as, a elas e suas famílias, de dormir. Flávia J. disse: "Se chove enquanto estamos a dormir, levantamos-nos e esperamos a chuva parar e depois limpamos a água, para podermos dormir." ¹³⁸ Anteriormente, muitos moradores construíam as suas próprias casas e eram capazes de arranjá-las de forma independente. Agora, eles sentiam-se dependentes das empresas de carvão para consertar as casas. Uma mulher disse-nos: "Aqui nós estamos a sofrer. Primeiro de tudo, [na nossa aldeia anterior] tínhamos as nossas casas de tijolos com telhados de grama – toda gente lá sabia como protegê-las de infiltrações."¹³⁹

Um morador de Cateme disse à Human Rights Watch que foi imediatamente evidente que a sua nova casa tinha rachaduras e outros danos, e disse: "Nós reclamamos ao governo desde o início. Tentámos dizer-lhes assim que começaram a dar-nos as chaves. Mas não tínhamos outro lugar para ir" ¹⁴⁰. Alguns funcionários do governo e das empresas reconheceram os problemas e testemunhámos equipas de construção a realizarem

¹³⁸ Entrevista da Human Rights Watch com Flávia J., mulher reassentada, Cateme, 10 de Maio de 2012.

¹³⁹ Entrevista da Human Rights Watch com Eugénia D., viúva idosa reassentada, Cateme, 10 de Maio de 2012.

¹⁴⁰ Entrevista da Human Rights Watch com Cordalia and Salvador R., casal reassentado, Cateme, 10 de Maio de 2012.

reparos em Maio e Outubro de 2012. No entanto, outros funcionários do governo minimizaram os problemas. O secretário permanente da província de Tete disse: "É verdade que as casas que não são boas e estão a ser reparadas, mas estas casas são melhores do que as casas que tinham antes. Estas têm eletricidade. " ¹⁴¹ Na verdade, muitas casas em Cateme não têm eletricidade, mas a Vale forneceu eletricidade para as ruas principais após reclamações da comunidade em 2012.

Muitas pessoas reassentadas entrevistadas pela Human Rights Watch queixaram-se às autoridades locais a supervisionar o reassentamento, mas disseram que não sabiam se o governo pretendia resolver os seus problemas. Eles disseram que houveram longos atrasos antes de saberem se as suas casas seriam reparadas, se suas casas estariam entre aquelas que seriam reparadas, ou quando é que os reparos aconteceriam. Elvira A., que queixou-se das infiltrações na sua casa quando chove, disse: "Eles [a empresa] veio e disse que eles virião arranjar, mas até agora não vieram. Eles andam a prometer que vêm arranjar já há muito tempo" ¹⁴²

A Vale reconheceu alguns problemas com as casas, incluindo uma mudança no design o que significou que as casas não tinham sido construídas sobre fundações, mas também mencionou que "quando as rachaduras começaram em 2010, nós contratamos uma empresa de engenharia. Eles disseram que não era um problema estrutural. Temos os relatórios técnicos."¹⁴³ A Vale afirmou que as rachaduras nas casas eram devido a um "acomodamento" natural da casa em terrenos irregulares e atribuiu o descontentamento das comunidades devido às expectativas mal administradas era devido à má comunicação. Um funcionário da Vale disse à Human Rights Watch que tinham mostrado uma casa modelo com um determinado tipo de fundação a cada família nas comunidades reassentadas antes da mudança. No entanto, durante a fase de construção,

Havia uma pressão de tempo e surgiu uma idéia nova utilizada no Brasil. [É uma fundação] utilizada em habitações públicas, que permitem construir mais rápido, não mais barato. É tão seguro. Mas mais rápido Nós apresentámos [esta mudança de fundação] ao governo, e eles aprovaram.

¹⁴¹ Entrevista da Human Rights Watch com Samuel António Buanar, secretário permanente, Província de Tete, 14 de Maio de 2012.

¹⁴² Entrevista da Human Rights Watch com Elvira A., 9 de Maio de 2012.

¹⁴³ Entrevista da Human Rights Watch com Carolina Coutinho, 8 de Outubro de 2012.

Esta foi a nossa falha. Nós não comunicamos [a mudança] bem às famílias. Eles não acharam que era seguro. Rachaduras acontecem em todas as casas. Faz parte da acomodação da casa. Quando vêem uma rachadura eles pensam que é dano estrutural.¹⁴⁴

A Vale começou a reparar algumas casas em 2012 e agora decidiu consertar todas as casas em ambos os bairros de Cateme e 25 de Setembro, incluindo uma mudança de fundação. A Vale prevê que os reparos nas casas em Cateme serão concluídos até 30 de junho de 2013, mas, no momento da escrita deste relatório não tinham previsão para a conclusão dos reparos, em 25 de Setembro.¹⁴⁵

Em Mwaladzi, as redes comunitárias dos moradores reassentados foram destabilizadas uma vez que os seus bairros antigos não foram mantidos intactos após a mudança. Este problema foi evitado em Cateme, que foi dividido em bairros com nomes provenientes e correspondentes aos bairros das suas aldeias anteriores. Maria C., moradora de Mwaladzi, disse:

Aqui nós não nos dividimos nas comunidades em que vivíamos antes. As pessoas estão misturadas, de áreas diferentes. Se viessemos do mesmo sítio nós teríamos dado os nomes antigos [como em Cateme]. Eu vim de Nhang'anjo, Chipanga. Haverá sempre segregação, pois nós não nos conhecemos. Nós estaríamos mais confortáveis com aqueles que conhecemos do nosso bairro.¹⁴⁶

Infra-estrutura Educacional

A escola aqui é mais perto e eu gosto.

— Lourenço L., 17 anos de idade, Cateme, 10 de Maio de 2012

A Vale e a Rio Tinto prometeu vários edifícios para escolas novas e melhorias às escolas existentes e o governo aprovou esses planos como parte do reassentamento. A Vale e a

¹⁴⁴ Entrevista da Human Rights Watch com Cássia Carvalho Pacheco, 4 de Maio de 2012.

¹⁴⁵ Comunicado por escrito da Vale, 9 de Janeiro de 2013.

¹⁴⁶ Entrevista da Human Rights Watch com Maria C., 11 de Maio de 2012.

Rio Tinto também estão a desenvolver oportunidades de formação profissional para os jovens das comunidades reassentadas. Enquanto as duas empresas são responsáveis pelas construções físicas e equipamentos para as escolas da comunidade, o governo local é responsável pelos recursos humanos e outros serviços operacionais. Estas melhorias têm corrido bem nos reassentamentos da Vale. A partir do final de Janeiro de 2013, a escola construída pela Rio Tinto em Mwaladzi ainda não tinha entrado em operação.¹⁴⁷

De acordo com o Plano de Acção de Reassentamento desenvolvido sob a Riversdale, a Rio Tinto tem um compromisso na construção de uma nova escola primária para as populações reassentadas em Mwaladzi.¹⁴⁸ Como foi observado no capítulo de contextualização, o reassentamento da Rio Tinto ocorreu em fases, com 84 famílias já reassentadas e 388 famílias a aguardar o reassentamento. A Rio Tinto informou à Human Rights Watch que a construção e equipamento da escola primária está completa e, com a colaboração do governo, espera que ela esteja operacional a tempo do próximo reassentamento de famílias para Mwaladzi.¹⁴⁹ De acordo com a Rio Tinto, "As crianças que já se encontram em Mwaladzi estão a estudar nas escolas primárias e secundárias da Cateme. A RTCM [Rio Tinto Coal Moçambique] oferece transporte de ida e volta para eles desde Mwaladzi até às escolas de Cateme." ¹⁵⁰

A Vale comprometeu-se a expandir e a actualizar as escola primária e secundária de Moatize (frequentada por moradores de 25 de Setembro) e para a construção de uma escola primária e secundária em Cateme.¹⁵¹ As escolas em Cateme começaram a funcionar em Fevereiro de 2010 e a escola secundária atrai estudantes e professores das áreas próximas. Moradores de Cateme entrevistados pela Human Rights Watch expressaram uma satisfação com as escolas da sua comunidade. Crianças de 25 de Setembro frequentam as escolas primárias e secundárias nas proximidades de Moatize, onde a Vale construiu salas de aula adicionais para acomodá-los.¹⁵²

¹⁴⁷ Comunicado por escrito da Rio Tinto, 30 de Janeiro de 2013, pp. 4-5.

¹⁴⁸ Comunicado por escrito da Rio Tinto, 30 de Janeiro de 2013, pp. 4-5.

¹⁴⁹ Comunicado por escrito da Rio Tinto, 30 de Janeiro de 2013, pp. 4-5.

¹⁵⁰ Ibid.

¹⁵¹ Vale, "Projecto Carvão Moatize – Processo de Reassentamento," Maio de 2012, p. 9.

¹⁵² Entrevista da Human Rights Watch com Carolina Coutinho, 8 de Outubro de 2012 e entrevistas da Human Rights Watch com os residentes reassentados de 25 de Setembro, Maio de 2012. Vários residentes de 25 de Setembro entrevistados pela Human Rights Watch disseram que esperavam ter uma nova escola primária construída no seu bairro depois do reassentamento e já fizeram reclamações à Vale e ao governo. No entanto, a Human Rights Watch não viu nenhum compromisso por escrito sobre uma nova

Atrasos na Infra-estrutura de Saúde em Mwaladzi

Era um Sábado e eu não consegui ir ao hospital. A partir daqui é muito longe e não havia ninguém para me levar até lá. Durante o dia você pode chegar lá. Mas à noite eles mantêm a ambulância na cidade Eu tinha preferido dar à luz no hospital, mas não havia meio, é por isso que aconteceu aqui em casa. Eu estava com medo porque eu sabia que o hospital estava muito longe daqui – se eu tentasse ir até lá, talvez eu teria o meu filho na estrada.

—Bendita S., 18 anos de idade, mãe de um bebê de três meses, Mwaladzi, 17 de Maio de 2012.

Os planos de reassentamento de Cateme, 25 de Setembro e Mwaladzi delineam a criação ou melhoria de infra-estruturas para garantir o acesso das comunidades aos serviços de saúde.¹⁵³ Embora o posto de saúde construído pela Vale em Cateme esteja operacional desde Novembro de 2009, tem havido atrasos na operação das clínicas de saúde. Particularmente em Mwaladzi, isso significou uma descida no acesso a cuidados de saúde de qualidade durante a noite e nos fins de semana quando o transporte para a clínica de saúde da Cateme não está prontamente disponível.

O atraso entre reassentar as primeiras 84 famílias em 2011 e as restantes 388 famílias em 2013 fez com que a infra-estrutura prometida, incluindo um centro de saúde e uma escola primária, também fossem adiadas. Após queixas ao governo e à Rio Tinto, o governo colocou um profissional de saúde part-time na aldeia.¹⁵⁴ A Rio Tinto também pagou por uma ambulância, embora a Human Rights Watch tenha entrevistado moradores de Mwaladzi que disseram que a ambulância e o motorista só estão disponíveis durante o dia.

O aumento da distância de uma clínica de saúde junto com transporte limitado levou a várias mulheres em Mwaladzi entre 2011 e 2012, a terem os partos em casa em vez de em

escola primária a ser construída no reassentamento e o número de crianças em 25 de Setembro e a sua proximidade com uma escola existente não meet os requerimentos do governo para construir uma nova escola.

¹⁵³ Golder Associates, “10570 Benga Coal Project Resettlement Action Plan – Final Report,” entregue à Riversdale Moçambique, Limitada, 1 de Setembro de 2009 e Vale, “Projecto Carvão Moatize – Processo de Reassentamento,” Maio de 2012.

¹⁵⁴ A Human Rights Watch não conseguiu confirmar a data exacta em que os serviços de saúde começaram a ser providenciados em Mwaladzi, mas estima que os serviços part-time tornaram-se disponíveis em 2012.

locais de saúde com profissionais qualificados. Antes do reassentamento, essas mulheres viviam a poucos quilômetros do hospital distrital e tinham um acesso mais fácil a transporte. A Human Rights Watch entrevistou mulheres que deram à luz seus filhos anteriores no hospital, mas tiveram que dar à luz os seus bebês em casa depois de se mudarem para Mwaladzi. Isto representa um retrocesso no acesso aos cuidados de saúde, especialmente no contexto dos esforços de Moçambique para reduzir a sua elevada taxa de mortalidade materna (490 mortes por 100.000 nascidos vivos)¹⁵⁵ e a taxa de mortalidade infantil (72 mortes por mil nascidos vivos).¹⁵⁶ Pesquisadores da Human Rights Watch não foram capazes de verificar o número de mulheres que tiveram partos em casa em Mwaladzi, embora uma mulher disse que sabia de oito desses partos só no seu bairro. Também entrevistamos mães recentes que relataram as suas experiências. Amélia D. disse:

Três [dos meus filhos mais velhos] nasceram no hospital. Se eu tivesse escolha, eu iria para o hospital. Não havia nenhum carro para nos levar para Cateme. Era Domingo e ele nasceu à noite. Deus estava comigo e eu não tive nenhuma dificuldade. Eu sei de um caso complicado. O bebê nasceu morto. Eles levaram a mãe na mesma noite a pé para Cateme. Eles estavam com medo que ela estivesse numa má situação também. As pessoas estavam a ajudá-la porque ela estava fraca. Levaram-na na mesma noite porque eles estavam preocupados. Agora ela está bem.¹⁵⁷

O atraso na construção da infra-estrutura de cuidados de saúde para as comunidades reassentadas também coloca indivíduos com condições crônicas de saúde, como o HIV / SIDA, em risco. Num país como Moçambique, em que 11 por cento da população adulta vive com HIV,¹⁵⁸ é fundamental que as populações vulneráveis, tais como as comunidades reassentadas tenham acesso a cuidados de saúde que lhes permitam prevenir ou tratar a transmissão e receber cuidados adequados.

¹⁵⁵ World Health Organization (WHO), UNICEF, UNFPA, and the World Bank, Trends in Maternal Mortality: 1990 to 2010 (Geneva: WHO, 2012), http://whqlibdoc.who.int/publications/2012/9789241503631_eng.pdf (acedido a 20 de Novembro, 2012), p. 34.

¹⁵⁶ World Health Organization (WHO), UNICEF, UNFPA, and the World Bank, Trends in Maternal Mortality: 1990 to 2010 (Geneva: WHO, 2012), http://whqlibdoc.who.int/publications/2012/9789241503631_eng.pdf (acedido a 20 de Novembro, 2012), p. 34.

¹⁵⁷ Entrevista da Human Rights Watch com Amélia D., 17 de Maio de 2012.

¹⁵⁸ UNAIDS, “Mozambique,” <http://www.unaids.org/en/regionscountries/countries/mozambique/> (acedido a 17 de Dezembro de 2012).

Manter o acesso aos serviços de saúde é um elemento fundamental dos princípios de reassentamento delineados pelo Relator Especial de Saúde e em normas adotadas por muitas instituições.¹⁵⁹ Por exemplo, a política do Banco Africano de Desenvolvimento em situações de reassentamento, "A prestação de serviços de saúde, especialmente para mulheres grávidas e crianças, pode ser importante durante e após a mudança para evitar o aumento da morbidade e mortalidade por desnutrição, por estresse psicológico provocado pelo desenraizamento, e pelo aumento do risco de doenças."¹⁶⁰

¹⁵⁹ UN Human Rights Council, "Basic principles and guidelines on development-based evictions and displacement, Annex 1 of the report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living," Miloon Kothari, A/HRC/4/18; UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights, General Comment 7, Forced evictions, and the right to adequate housing (Sixteenth session, 1997), U.N. Doc. E/1998/22, annex IV at 113 (1997), reprinted in *Compilation of General Comments and General Recommendations Adopted by Human Rights Treaty Bodies*, U.N. Doc. HRI/GEN/1/Rev.6 at 45 (2003).

¹⁶⁰ African Development Bank (AfDB), "Involuntary Resettlement Policy," Novembro de 2003, <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Policy-Documents/10000009-EN-BANK-GROUP-INVOLUNTARY-RESETTLEMENT-POLICY.PDF> (acedido a 23 de Agosto de 2012), pp. 10-11, III, 3.3 (c).

IV. Falhas no Processo de Reassentamento

Nós não queremos mudar-nos, mas é uma obrigação - a empresa está a forçar-nos a mudar-nos então o que é que nós podemos fazer? Temos que nos mudar. Nós tentámos reclamar, mas eles apenas dizem, vocês têm que ir Este é o meu lugar. Eu nasci aqui. Dói-me muito deixar o lugar onde eu nasci e ir morrer noutra lugar.

-Vina Q., 80 anos, moradora de Capanga aguardando o reassentamento para Mwaladzi, 12 de Maio de 2012

A fraca supervisão do governo durante um período de rápida mudança, a ausência de requisitos legais detalhados para reassentamentos e a informação e participação da comunidade em decisões-chave sobre o reassentamento limitadas, criou as condições para as deficiências no processo, design e implementação dos reassentamentos da Vale, da Riversdale, e da Rio Tinto.

A Supervisão do Governo em Evolução

A velocidade do governo é lenta. Eles não estão a acompanhar a nossa velocidade. Nós estamos a rodar a 100 e eles estão a rodar a 30.

—Manoj Gupta, chefe da missão em Moçambique, Jindal Steel and Power Limited, Maputo, 9 de Outubro de 2012

Projectos extractivos muitas vezes possuem um enorme potencial para danos humanos e ambientais se não forem realizados de forma responsável. Por esta razão, é fundamental que os governos que supervisionam as empresas extractivas tenham regulamentos rigorosos estabelecidos e façam cumprir estes regulamentos com vigor e eficácia.¹⁶¹ No entanto, o governo Moçambicano concedeu as licenças de mineração de carvão mais antigas e maiores antes de estabelecer um quadro regulatório abrangente. Essas lacunas contribuíram para os problemas documentados neste relatório.

¹⁶¹ Human Rights Watch, India - *Out of Control: Mining, Regulatory Failure, and Human Rights in India*, Junho de 2012, <http://www.hrw.org/reports/2012/06/14/out-control>.

Nos termos da Constituição Moçambicana, o governo é o proprietário de toda a terra e recursos minerais sob o solo. O governo concede o direito de uso e aproveitamento da terra a pessoas ou entidades corporativas.¹⁶² A Lei de Terra do país de 1997 reconhece uma ampla gama dos direitos de uso da terra. ¹⁶³ Incorpora processos robustos de consulta, reconhece o uso tradicional, e promove a igualdade entre homens e mulheres. No entanto, o governo pode transferir as terras dos seus usuários actuais se considerar ser do interesse nacional. A Constituição e a Lei de Terras estipula que as populações afectadas devem receber uma compensação justa que cobre perdas e perda de lucros, e “tais pagamentos devem preceder a revogação de uso da terra.”¹⁶⁴

De 2004 a 2011, quando a Vale e a Riversdale (posteriormente adquirida pela Rio Tinto) estavam a desenvolver os reassentamentos discutidos neste relatório, não havia políticas específicas ou requisitos mínimos na matéria de reassentamentos estabelecidos pelo governo, além das proteções gerais para uso e aproveitamento da terra consagradas na Constituição de Moçambique e na Lei de Terras. No dia 8 de Agosto de 2012 o Conselho de Ministros de Moçambique aprovou o *Regulamento para Reassentamento Resultante de Actividades Económicas* para guiar reassentamentos futuros.¹⁶⁵ Este decreto é discutido mais detalhadamente no Capítulo V.

A natureza multi-sectorial dos reassentamentos envolve diversos sectores do governo, incluindo funcionários municipais e distritais, as direcções provinciais de mineração, agricultura, educação, meio ambiente e saúde, entre outros, e o governo central. Na ausência de uma política governamental de reassentamento coerente, os primeiros reassentamentos tiveram lugar de forma ad hoc e até certo ponto de forma aleatória.

¹⁶² Constituição da República de Moçambique, 1990, arts. 109-110.

¹⁶³ Lei de Terras, No. 19/97 de 1 de Outubro, arts. 3, 9, 10.

¹⁶⁴ Lei de Terras, No. 19/97 de 1 de Outubro. art. 18(1)(b) na terminação do direito ao uso e benefícios afirma, “1. O direito de uso e aproveitamento da terra extingue-... b) por revogação do direito de uso e aproveitamento da terra por motivos de interesse público, precedida de pagamento de justa indemnização e/ou compensação,” Constituição da República de Moçambique, 1990, art. 82(2): “A expropriação só pode ter lugar por causa de necessidade, utilidade ou interesse públicos, definidos nos termos da lei e dá lugar a justa indemnização.”

¹⁶⁵ Conselho de Ministros. 2012. *Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas* aprovado pelo Decreto No 31/2012 de 8 de agosto, da Assembleia da República. Publicado no Boletim da República No 32, 1.ª Série, Suplemento, Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

O governo Moçambicano criou uma *comissão provincial de reassentamento*¹⁶⁶ como uma entidade coordenadora para a elaboração e acompanhamento dos reassentamentos resultantes dos mega-projectos. O governador de Tete tem lidado com muitas das principais negociações e decisões.¹⁶⁷ As poucas pessoas que a Human Rights Watch entrevistou, quer membros da comunidade local quer funcionários, tinham uma idéia clara sobre a composição da comissão de reassentamento provincial ou o seu mandato ou quais as questões que tinham sido encaminhadas ao governador. O secretário permanente da província de Tete recusou-se a descrever a comissão aos pesquisadores da Human Rights Watch, dizendo que era "segredo".¹⁶⁸

Os representantes da companhia e activistas da sociedade civil, observaram que a comissão provincial de reassentamento raramente se encontravam, atrasando decisões e respostas às reclamações. Ivo Lourenço, o gerente geral da Rio Tinto de relações com a comunidade, disse: "Há dois anos, a CPR [comissão provincial de reassentamento] era composta por cerca de 20 pessoas. Ter as pessoas todas no mesmo sítio era muito difícil."¹⁶⁹ Ele acrescentou que a comissão tornou-se menor e mais prestadora desde a adopção do decreto de reassentamento em Agosto de 2012.

Planejamento Inadequado para os Impactos Cumulativos dos Projectos de Mineração

Se você olhar para um mapa, há tantas concessões à volta da nossa, não há espaço [para o reassentamento].

—Stelio Matavel, oficial de ligação, Jindal Steel and Power Limited, Maputo, 9 de Outubro de 2012

¹⁶⁶ O secretário permanente da Província de Tete, um funcionário nomeado, lidera a comissão provincial de reassentamento, que inclui membros de várias agências governamentais (mineração e energia, acção ambiental, obras públicas e habitação e agricultura). A comissão provincial de reassentamento deve também incluir representantes relevantes distritais e municipais e um secretariado. Não inclui representantes não-governamentais.

¹⁶⁷ O governador da província de Tete de 2010 a 2012, Alberto Vaquina, tornou-se o Primeiro-Ministro de Moçambique em Outubro de 2012.

¹⁶⁸ Entrevista da Human Rights Watch com Samuel António Buanar, secretário permanente, província de Tete, 14 de Maio de 2012.

¹⁶⁹ Entrevista telefónica da Human Rights Watch com Ivo Lourenço, gerente geral de relações com as comunidades, Rio Tinto, província de Tete, 12 de Março de 2013.

Uma área de preocupação é o número e o ritmo a que as concessões estão a ser feitas para investidores, sem salvaguardas adequadas. Enquanto que as empresas devem cumprir um número crescente de exigências do governo para obter licenças de mineração e ambientais, há pouca gestão e planeamento em relação ao impacto cumulativo dos vários projectos de mineração sobre o meio ambiente, sobre a comunidade local e para a economia.

Tanto quanto a Human Rights Watch tem sido capaz de determinar, nem as autoridades nacionais nem as provinciais, têm avaliado sistematicamente tais impactos cumulativos. Esta é uma questão crucial, dada a elevada concentração de projectos de mineração na província de Tete. Dois grandes projectos adjacentes à mesma comunidade podem cada um aderir aos padrões de qualidade do ar, por exemplo, mas o seu impacto cumulativo pode expor as pessoas a níveis perigosos de poeira ou outros poluentes.

Segundo os dados do cadastro mineiro do governo Moçambicano de Outubro de 2012, o governo aprovou, no mínimo, 245 concessões e licenças de exploração na província de Tete, cobrindo aproximadamente 3,4 milhões de hectares, ou 34 por cento da sua área.¹⁷⁰ A mineração de carvão consiste em cerca de um terço delas. Quando se inclui as aplicações de mineração pendentes a aprovação, a quantidade de terra envolvida sobe para aproximadamente 6 milhões de hectares, ou cerca de 60 por cento da área da província de Tete, e 80 por cento do distrito de Moatize.¹⁷¹

Nem todas as actividades de exploração levam à descoberta de depósitos comercialmente viáveis e ao desenvolvimento de minas, de modo que estes números não significam que até 60 por cento da província de Tete acabará por ser coberta por minas, ou que as comunidades em todas essas áreas acabarão por ter

¹⁷⁰ Cadastro Mineiro, Direcção Nacional de Minas, Ministério dos Recursos Minerais (MIREM), República de Moçambique, “Licenças por Titular,” October 9, 2012. O pesquisador da Human Rights Watch visitou o Cadastro Mineiro e obteve listas e mapas de licenças mineiras aprovadas e pendentes em Moçambique, e da província de Tete especificamente a partir de 9 de Outubro de 2012. A Human Rights Watch rever e mediu os blocos concebidos para concessões mineiras e licenças de exploração destes mapas. Extraímos camadas geográficas para providenciar uma medida independente da área total alocada para licenças mineiras aprovadas e pendentes na província de Tete. Estas imagens, com base nos dados existentes, provavelmente representam estimativas mínimas. Poderão haver licenças adicionais que não se encontram no mapa devido a lacunas da data obtida. A área alocada para licenças mineiras aprovadas e pendentes é provavelmente maior. Uns 138, 000 hectares adicionais estão alocados para áreas “designadas” ou “reservadas” pelo governo.

¹⁷¹ Ibid. e Cadastro Mineiro, Direcção Nacional de Minas, MIREM, República de Moçambique, “Lista de Licenças,” 9 de Outubro de 2012. Um pesquisador da Human Rights Watch visitou o Cadastro Mineiro e obteve uma lista das aplicações para licenças em revisão em Moçambique a partir de 9 de Outubro de 2012.

que ser deslocadas. Mas o número e a localização lotada das concessões contribuem para problemas que envolvem o reassentamento das comunidades locais, a gestão dos recursos hídricos e conflitos sobre reivindicações do uso da terra.

Os mapas no sumário deste relatório demonstram o número e localização das licenças mineiras aprovadas e propostas na província de Tete e no distrito de Moatize. Estes mapas baseiam-se nos dados disponíveis do cadastro de mineração do governo de 9 de Outubro de 2012 e não reflectem quaisquer licenças novas, vencidas ou canceladas desde então. Os dados governamentais que obtemos também tinham lacunas na parte ocidental da província de Tete o que pode resultar numa subestimação da área designada a licenças mineiras. Poderá haver erros ligeiros no tamanho, forma e localização precisa da licenças de mineração apresentadas.

Uma das principais limitações na selecção dos locais de reassentamento da Vale, da Rio Tinto e da Jindal Steel and Power Limited tem sido as vastas áreas de terra já destinadas para licenças de mineração. O governo Moçambicano concedeu tantas concessões alargadas na província de Tete que os líderes comunitários, os representantes das empresas e os funcionários do governo todos afirmaram que havia poucas opções restantes para locais de reassentamento desejáveis dentro do mesmo distrito.

A comissão de reassentamento provincial decidiu nos locais de reassentamento da Vale com base em vários critérios, incluindo o potencial para a agricultura e acesso a água.¹⁷² Uma das principais limitações foi encontrar uma área de tamanho adequado que não tivesse já sido destinada a outras licenças e concessões de mineração. Eles avaliaram onze áreas potenciais antes de escolher Cateme e 25 de Setembro. Disse um funcionário da Vale, "Nós queríamos que fosse [Cateme] mais perto [da cidade], se possível, mas tínhamos restrições. Nós não podemos colocá-los em cima de comunidades já existentes ou em áreas com outras concessões, onde eles podem vir a ser reassentados novamente."¹⁷³ A Vale tinha inicialmente considerado a aldeia Capanga como um local de reassentamento de preferência, mas não pôde usá-lo devido à sua localização na

¹⁷² Os critérios incluem localização dentro da Área Administrativa de Moatize; a The criteria include location within the Moatize Administrative Area; a falta de concessões mineiras na área; a capacidade de aceder a área; falta de ocupação humana significativa; proximidade de centros urbanos; proximity to urban centers; disponibilidade de água; e solo favorável à agricultura e à pastagem.

¹⁷³ Entrevista da Human Rights Watch com Cássia Carvalho Pacheco, gerente de assuntos corporativos, Vale, S.A., Maputo, 4 de Maio de 2012.

concessão da Rio Tinto. ¹⁷⁴ Os moradores de Capanga já foram reassentados ou designados para reassentamento, principalmente para o local de reassentamento de Mwaladzi da Rio Tinto.

Breznévia Gemo, a superintendente de reassentamento da Rio Tinto, afirmou: "Não há espaço suficiente com o qual trabalhar Temos poucas opções. " ¹⁷⁵ Os membros das comunidades afectadas disseram que sugeriram vários locais de reassentamento de preferência, mas estes foram rejeitados porque caíam em terras destinadas a projectos futuros. Dimas B., um residente de Cassoca, disse: "Nós pedimos-lhes para sermos mudados para uma área chamada Thibu mas eles disseram que outra empresa estava a chegar para operar lá. Naquele lugar [Thibu], o solo é semelhante ao nosso. ¹⁷⁶

Participação Limitada da Comunidade nas Decisões de Reassentamento

O governo escolheu Mwaladzi [Quando visitamos Mwaladzi para avaliar o local] eles já haviam começado a construção das casas. Como poderíamos dizer alguma coisa? A casa-amostra já tinha sido construída.

Nada pode ser feito. A empresa e o governo são a mesma coisa. Nós somos como folhas, vamos aonde eles quiserem, o que é que a gente pode dizer?

A única coisa que eu lhe posso dizer é que estamos a sofrer. As empresas vieram de onde vieram e acordaram com o governo, por isso não podemos dizer nada.

—Líder de bairro, Capanga, 12 de Maio de 2012

Milhares de famílias que vivem em cima ou perto dos locais designados para mineração de carvão na província de Tete estão a ser reassentadas, resultando no seu deslocamento das suas terras, casas, e modos de vida. As comunidades locais enfrentam muitas dificuldades, significativas e imediatas, devido às operações de mineração, mas com benefícios futuros incertos.

¹⁷⁴ Ibid.

¹⁷⁵ Entrevista da Human Rights Watch com Breznévia Gemo, Rio Tinto, 23 de Maio de 2012.

¹⁷⁶ Entrevista da Human Rights Watch com Dimas B., residente, Cassoca, 15 de Maio de 2012.

As empresas de mineração de carvão e muitos membros das comunidades afectadas variam drasticamente nas suas perspectivas sobre o nível de diálogo e de consulta que teve lugar antes dos reassentamentos. A Vale afirma que realizou "um engajamento público e participativo amplo", incluindo audiências públicas, apresentações de teatro, mais de uma centena de reuniões com a comunidade e seus líderes, e milhares de visitas domiciliares. " ¹⁷⁷

Indivíduos reassentados pela Vale, pela Riversdale, e pela Rio Tinto disseram à Human Rights Watch que tiveram um papel muito limitado na negociação dos termos e condições de compensação oferecidos pelas empresas e medidos pelo governo, incluindo as principais decisões, como a escolha do local para as suas novas casas e campos. Os líderes comunitários visitaram potenciais locais de reassentamento, mas queixaram-se de receber informações incompletas sobre as suas opções e ter pouca influência na decisão final da comissão provincial de reassentamento. Por exemplo, Fernando L., um líder comunitário em Capanga, que participou de parte do processo, disse: "Nós escolhemos Samowa [como um local de reassentamento]. Queríamos ir para lá. O governo disse que não. Só eles podem explicar por que não vamos para lá. " ¹⁷⁸

Especialistas internacionais das leis dos direitos humanos, inclusive o Relator Especial da ONU sobre o direito a habitação adequada, examinaram os direitos das populações sendo reassentadas devido a projectos de desenvolvimento económico, como a mineração, barragens e estradas. O Relator Especial, um especialista independente, emite interpretações autoritárias das normas internacionais de habitação. ¹⁷⁹ Instituições financeiras internacionais, tais como o Banco Mundial, que financiam ou executam directamente projectos que podem envolver o reassentamento involuntário, desenvolveram também protocolos sobre as salvaguardas que devem estar em vigor para

¹⁷⁷ "O processo de produzir o Plano de Acção de Reassentamento e o Estudo de Impacto Ambiental envolveu consulta e participação pública extensiva, que consistiu de 3 audiências públicas, 20 apresentações de teatro na língua local predominante (Nyungwe), 110 reuniões com as comunidades e os seus líderes utilizando materiais informativos tais como cartazes, 4,927 visitas domiciliares e fins de responsabilidade social (envolvendo famílias e líderes), e 639 sessões de serviços sociais antes de começar o reassentamento." Ver Anexo C.

¹⁷⁸ Entrevista da Human Rights Watch com Fernando L., agricultor reassentado, Cateme, 10 de Maio de 2012.

¹⁷⁹ UN Human Rights Council, "Basic principles and guidelines on development-based evictions and displacement, Annex 1 of the report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living," Miloon Kothari, A/HRC/4/18 and Commission on Human Rights, Comprehensive Human Rights Guidelines On Development-Based Displacement, adopted by the Expert Seminar on the Practice of Forced Evictions Geneva, 11-13 June 1997, E/CN.4/Sub.2/1997/7 [http://www.unhcr.ch/huridocda/huridoca.nsf/\(Symbol\)/E.CN.4.Sub.2.1997.7.En?Opendocument](http://www.unhcr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/E.CN.4.Sub.2.1997.7.En?Opendocument) (acedido a 14 de Agosto de 2012).

as populações reassentadas.¹⁸⁰ Embora Moçambique não faça parte do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, que fornecem a base para as interpretações do Relator Especial, os princípios abaixo fornecem exemplos úteis de como a lei internacional e as instituições financeiras internacionais têm dirigido e abordado a consulta pública e a participação em casos de reassentamentos involuntários.

De acordo com o Relator Especial da ONU sobre habitação adequada, um processo de reassentamento que respeite plenamente os direitos humanos deve garantir a consulta e a participação do público em todas as fases do processo, inclusivé nas fase de concepção, implementação e pós-deslocamento do reassentamento. Grupos e indivíduos afectados devem dar o seu consentimento pleno e prévio quanto ao local de deslocamento.¹⁸¹ O Estado deve tomar em consideração planos alternativos propostos por pessoas e pelas comunidades afectadas e estabelecer canais acessíveis para fornecer feedback fora do âmbito das consultas programadas.¹⁸² Os protocolos de reassentamento do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento estipulam que as comunidades afectadas devem permanecer totalmente informadas e rigorosamente consultadas durante todas as etapas do processo, incluindo durante o desenvolvimento de documentos de reassentamento.¹⁸³

¹⁸⁰ World Bank, “BP 4.12 – Operational Policy on Involuntary Resettlement,” December 2001 (revisto em Fevereiro de 2011), <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/PROJECTS/EXTPOLICIES/EXTOPMANUAL/o,,contentMDK:20064610~menuPK:64701637~pagePK:64709096~piPK:64709108~theSitePK:502184,00.html>, (acedido a 23 de Agosto de 2012).

¹⁸¹ UN Human Rights Council, “Basic principles and guidelines on development-based evictions and displacement, Annex 1 of the report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living,” Miloon Kothari, A/HRC/4/18, http://www2.ohchr.org/english/issues/housing/docs/guidelines_en.pdf, and Commission on Human Rights, “Comprehensive Human Rights Guidelines On Development-Based Displacement, adopted by the Expert Seminar on the Practice of Forced Evictions Geneva,” 11-13 June 1997, E/CN.4/Sub.2/1997/7 [http://www.unhcr.ch/huridocda/huridoca.nsf/\(Symbol\)/E.CN.4.Sub.2.1997.7.En?Opendocument](http://www.unhcr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/E.CN.4.Sub.2.1997.7.En?Opendocument) (acedido a 14 de Agosto de 2012).

¹⁸² Ibid.

¹⁸³ African Development Bank (AfDB), “Involuntary Resettlement Policy,” Abidjan, November 2003 http://www.afdb.org/psdu/involuntary_resettlement (accessed August 23, 2012) and World Bank, “BP 4.12 – Operational Policy on Involuntary Resettlement,” Washington DC, December 2001 (revisto em Fevereiro de 2011), <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/PROJECTS/EXTPOLICIES/EXTOPMANUAL/o,,contentMDK:20064610~menuPK:64701637~pagePK:64709096~piPK:64709108~theSitePK:502184,00.html>, (acedido a 23 de Agosto de 2012). O Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento estão num processo de revisão e actualização das suas políticas de reassentamento involuntário junto com outras salvaguardas sociais e ambientais. Organizações da sociedade civil estão a advogar para o Banco Mundial reforçar os seus padrões e procedimentos para obedecerem à lei internacional dos direitos humanos, aos quais neste momento ficam aquém. Ver *Initial Comments by Civil Society Organizations on the World Bank’s Safeguard Policies Review and Update*, December 2012, http://www.hrw.org/sites/default/files/related_material/Initial%20Comments%20oby%20Civil%20Society%20Organization%20on%20the%20World%20Bank%20Safeguards%20Review.pdf (acedido a 12 de Fevereiro de 2013).

Perturbações Relacionadas com o Calendário e Informação do Deslocamento

Este ano não estamos a cultivar. A Rio Tinto disse-nos para parar Eles disseram que iriam mudar-nos este ano. Eles têm-nos dito já há três anos que temos de nos mudar.

—Alberto N., homem à espera de ser reassentado pela Rio Tinto, Capanga, 12 de Maio de 2012

A Human Rights Watch entrevistou vários indivíduos afectados pelos reassentamentos da Rio Tinto e da Jindal Steel and Power Limited que tinham pouca informação sobre o calendário da sua eventual mudança, causando grande incerteza em termos de ciclos de cultivo e de investir em reparos ou melhorias das suas habitações e terras. Famílias que aguardam um deslocamento e que plantam novas culturas arriscam a perda devastadora desse investimento por inteiro se forem deslocados antes da colheita. Famílias que não cultivam estão em risco de passar fome se não forem deslocados e ainda estiverem na sua terra de origem com campos vazios na altura da colheita.

Embora a Riversdale tenha reassentado 71 famílias e a Rio Tinto tenha reassentado um lote adicional de 13 famílias, em 2011, o processo tinha estagnado enquanto a Rio Tinto melhorava as infra-estrutura e as condições de vida em Mwaladzi. Isto causou grande incerteza. Quando os pesquisadores da Human Rights Watch visitaram Capanga em Maio e Outubro de 2012, todas as pessoas com quem falamos estavam sob a impressão de que iam ser deslocadas em breve e mostraram-se frustrados sobre a questão de continuarem a cultivar ou não as suas terras e hortas.

Aqueles que já tinham sido reassentados sofreram uma enorme ruptura na sua produção de alimentos e não receberam a compensação que esperavam.¹⁸⁴ Em Maio de 2012, os pesquisadores da Human Rights Watch entrevistaram indivíduos de um grupo de 13 famílias, reassentadas recentemente de Benga para Mwaladzi, que foram deslocadas no meio de um ciclo de cultivo. Eles disseram que os funcionários da Rio Tinto e as autoridades do governo tinham lhes dito para não cultivarem as suas terras nas suas

¹⁸⁴ Tal como mencionado anteriormente, os indivíduos reassentados e os representantes das empresas tinham interpretações distintas sobre o pacote de compensação acordado.

aldeias de origem por causa do deslocamento e que seriam lhes fornecido comida após o reassentamento. Carolinda R. disse:

Antes de virmos para cá, eles disseram-nos para não cultivar a nossa terra, porque eles dariam-nos comida. Mas quando nos mudámos, eles disseram que só iriam fornecer três meses de alimentos. Estou preocupada com o que vou fazer o resto do ano. Eles deveriam dar-nos comida para todo o ano. Eles disseram-nos para não cultivar no ano passado, se eu tivesse, eu teria comida.¹⁸⁵

Os pesquisadores da Human Rights Watch visitaram várias famílias que se queixaram do problema e inspeccionaram visualmente os seus armazéns de comida vazios, comparando com outras famílias em Mwaladzi que haviam sido reassentadas anteriormente. Quando a Human Rights Watch visitou o mesmo conjunto de famílias em Outubro de 2012, Malosa C. disse que no período da incerteza após o seu deslocamento e antes de começarem a receber assistência alimentar em Setembro "nós costumávamos comer a nossa comida com moderação, comendo menos do que devíamos de modo a guardar comida por um tempo mais prolongado até sabermos se iríamos ter mais comida. Às vezes só comíamos uma refeição por dia." ¹⁸⁶

Quando a Human Rights Watch apresentou esta queixa aos funcionários da Rio Tinto, eles não responderam directamente à alegação. No entanto, numa comunicação por escrito, a Rio Tinto disse à Human Rights Watch que, com base na experiência das 84 famílias já reassentadas, iria ajustar os seus planos ao reassentar as restantes 388 famílias para ter em "consideração o calendário agrícola da região, os tipos de solo e as opções de uso da terra, bem como a extensão da assistência alimentar." ¹⁸⁷ Ivo Lourenço, o gerente geral das relações com a comunidade da Rio Tinto, elaborou sobre as lições aprendidas, dizendo:

Há uma estação chuvosa e uma estação seca. Na época chuvosa as pessoas cultivam alimentos destinados ao consumo. Na estação seca elas

¹⁸⁵ Entrevista da Human Rights Watch com Carolinda R., uma mulher divorciada a viver com 3 crianças, 11 de Maio de 2012.

¹⁸⁶ Entrevista da Human Rights Watch com Malosa C., mulher reassentada, Mwaladzi, 3 de Outubro de 2012.

¹⁸⁷ Comunicado por escrito da Rio Tinto à Human Rights Watch, "Feedback to Human Rights Watch," 30 de Janeiro de 2013, p. 6.

cultivam legumes para vender e conseguir dinheiro. Porque o deslocamento ocorreu no meio da estação chuvosa em que o alimento é produzido para o consumo, a assistência alimentar servia para substituir o que elas não tinham sido capazes de produzir. Não foi suficiente. Esta é uma das principais lições que aprendemos. No planejamento para os restantes domicílios, levamos isso em consideração.¹⁸⁸

¹⁸⁸ Entrevista telefônica da Human Rights Watch com Ivo Lourenço, gerente geral de relações com as comunidades, Rio Tinto, Tete, 12 de Março de 2013.

V. Respostas do Governo e das Companhias

Cometemos erros. Acreditamos que os próximos projectos serão melhores Temos não só que deslocar as pessoas, mas também dar-lhes maneiras de sobreviver. E não só maneiras de sobreviver, mas formas de viver a vida.

—Esperança Bias, ministro, Ministério dos Recursos Minerais, Maputo, 22 de Maio de 2012

Embora a Vale e a Rio Tinto tenham estado a tomar medidas para lidar com o aumento amplo do número de problemas com os reassentamentos em Cateme e Mwaladzi, eles foram inicialmente lentos a responder a muitos dos problemas com as habitações, terra e água acima descritos. Funcionários distritais e provinciais encarregados de acompanhar o processo também não tomaram medidas eficazes. A maioria das acções correctivas ganharam vapor apenas na segunda metade de 2012, embora algumas famílias em Cateme tenham-se mudado a partir de 2009, e aquelas em Mwaladzi tenham-se mudado em 2011.

Durante 2011 e 2012, o diálogo entre as comunidades reassentadas, funcionários do governo e representantes das empresas manteve-se desigual, e muitas pessoas reassentadas tinham pouca informação sobre se e quando as empresas e o governo iriam responder às suas reclamações. Os membros das comunidades entrevistados pela Human Rights Watch disseram que eles iam ficando cada vez mais ansiosos para tornarem-se auto-suficientes e terem um acesso adequado a alimentos, água e trabalho.

Manifestação em Cateme

Quando dizemos todas as nossas queixas ao secretário permanente, sabemos que não há resposta. Se fecharmos a ferrovia, eles virão até nós. Eles vieram com certeza e deram-nos um pouco de comida um mês depois Nós não vimos mudanças com as ... outras coisas das quais estamos a reclamar.

—Maria. L., mulher reassentada, Cateme, 10 de Maio de 2012

Profundamente frustrados e preocupados com as suas condições de vida, desde o reassentamento em 2010, os residentes de Cateme enviaram uma carta à Vale e aos funcionários do governo a 20 de dezembro de 2011, exigindo uma resposta às suas preocupações com a terra, casas, água, transportes, serviços de saúde e oportunidades de trabalho. Dia 10 de Janeiro de 2012, cerca de 500 pessoas fizeram uma manifestação, bloqueando a ferrovia que transporta os carregamentos de carvão da Vale da sua mina em Moatize.¹⁸⁹

De acordo com os manifestantes e activistas da sociedade civil local, algumas horas adentro da manifestação, a polícia de intervenção chegou. Eugénia D., uma moradora de Cateme, disse à Human Rights Watch,

Eu estava no protesto. Nós bloqueámos a ferrovia e eles chamaram alguns policiais e eles não nos conseguiam parar por isso tiveram que chamar outra força de intervenção para impedir as pessoas. Eles perseguiram as pessoas com armas de fogo [No dia seguinte] A polícia foi até à casa de cada um e estavam a bater nas pessoas.¹⁹⁰

Outro manifestante disse, "eu estava lá. A polícia chegou no dia do protesto, e no dia seguinte eles vieram à procura das pessoas e, em seguida, levaram-nas e bateram nelas. Todo mundo que encontraram do lado de fora de sua casa, eles bateram. Nós fugimos. O meu cunhado ficou um mês sentado em casa [recuperando das lesões] por causa de ter sido agredido."¹⁹¹ A Liga dos Direitos Humanos, uma organização nacional de direitos humanos, apresentou uma denúncia ao promotor distrital para iniciar um processo criminal contra a polícia do distrito por prisão arbitrária e detenção de 14 homens, agressão de cinco deles na manifestação, e agressão de nove deles enquanto sob custódia da polícia.¹⁹² O caso encontrava-se em curso no momento da escrita deste documento.

A Human Rights Watch falou com vários representantes da Vale que insistiram que o dia do protesto era a mesma data em que eles estavam a planear começar a abordar e a

¹⁸⁹ "Mozambique protest blocks coal train line," *Agence France-Presse*, 12 de Janeiro de 2012.

¹⁹⁰ Entrevista da Human Rights Watch com Eugénia D., viúva idosa reassentada, Cateme, 10 de Maio de 2012.

¹⁹¹ Entrevista da Human Rights Watch com Izabel M., mulher reassentada, Cateme, 10 de Maio de 2012.

¹⁹² Liga dos Direitos Humanos, "Solicitação de Instauração de Procedimento Criminal," Procurador da República do Distrito de Moatize, Província de Tete, Fevereiro 2012.

investigar as queixas da comunidade com mais detalhe.¹⁹³ Eles sugeriram que o catalisador para a manifestação poderia ter estado associado ao facto dos moradores de Cateme enfrentarem perspectivas económicas incertas depois de perderem os seus empregos temporários com a Vale durante a construção inicial da mina. Cassia Carvalho Pacheco, gerente dos assuntos corporativos da Vale, disse à Human Rights Watch, "Não temos nenhum estudo, apenas estamos a supor, eles estavam a trabalhar, bem alimentados, e depois já não tinham mais um trabalho formal, estavam de volta à terra- e uma terra diferente." ¹⁹⁴

A manifestação recebeu uma vasta atenção dos média moçambicanos, canalizando a atenção para a situação dos moradores reassentados não só em Cateme, mas também no outro reassentamento da Vale, 25 de Setembro, e no reassentamento da Rio Tinto, Mwaladzi. Um artigo da Southern Africa Resource Watch (SARW), uma organização não-governamental com sede na África do Sul, também destacou os problemas nos três reassentamentos, incluindo os problemas sobre as habitações, as terras pouco férteis e as respostas limitadas da Vale, da Rio Tinto e do governo.¹⁹⁵ Ambas a Vale e a Rio Tinto emitiram respostas formais ao artigo da SARW, reconhecendo alguns dos problemas e destacando os seus esforços anteriores e em curso para fazer dos reassentamentos um sucesso (ver anexos para essas respostas).

Após a manifestação, representantes das empresas e funcionários dos governos central, provincial e distrital reconheceram, a diversos níveis, falhas no processo de reassentamento e dificuldades enfrentadas pelas comunidades reassentadas e comprometeram-se a corrigi-los. A 2 de Fevereiro de 2012, o chefe da comissão provincial de reassentamento governamental disse aos média locais que tinha mudado as especificações das habitações, deixando a opção de construir pequenas casas "tipo 1" e exigindo, no mínimo, casas de dois quartos "tipo 2" nos deslocamentos futuros.¹⁹⁶

¹⁹³ Entrevista da Human Rights Watch com Cássia Carvalho Pacheco, gerente dos assuntos corporativos, Vale, S.A, 4 de Maio de 2012 e Carolina Coutinho, analista sénior de sustentabilidade, Vale, 8 de Outubro de 2012.

¹⁹⁴ Entrevista da Human Rights Watch com Cássia Carvalho Pacheco, 4 de Maio de 2012.

¹⁹⁵ Claude Kabemba, "Coal versus Communities in Mozambique: Exposing poor practices by Vale and Rio Tinto," *Southern Africa Resource Watch*, February 2, 2012, <http://www.sarwatch.org/publications/research-reports/36-research-reports/1627-coal-versus-communities-in-mozambique-exposing-poor-practices-by-vale-and-rio-tinto.html> (acedido a 20 de Fevereiro de 2012).

¹⁹⁶ "Mozambique: Tete Govt Changes Resettlement Strategy," *AllAfrica.com*, February 2, 2012, <http://allafrica.com/stories/201202030484.html> (acedido a 2 de Abril de 2012).

Responder à Terra de Pouca Qualidade e à Perda de Meios de Subsistência

A única situação que está melhor é que agora temos transporte, que é um pouco mais barato. Eles deram-nos comida. Mas o problema principal ainda é a nossa terra As pessoas aqui precisam de comida e eles não querem saber. Estamos a sofrer. As pessoas precisam de terra para produzir.
—Senolia S., agricultora reassentada, Cateme, 17 de Maio de 2012

Na minha opinião, o problema principal não eram casas, mas sim ter programas para permitir que as pessoas de Cateme possam produzir bens, e ser empregadas, de modo a continuarem a ter uma vida normal.
—Manuel José Sithole, diretor, Direcção Provincial de Minas e Energia, Maputo, 23 de Maio de 2012

Os representantes do governo entrevistados pela Human Rights Watch, concordaram que a qualidade da terra é uma componente importante para um pacote de reassentamento bem sucedido. O Ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias, disse: "Precisamos ter a certeza de que a terra é produtiva. Se não, devemos substituir a terra de pouca qualidade com outra coisa. Antes, se as pessoas tinham terra de má qualidade [eles tinham outras opções económicas uma vez que] eles viviam a cinco minutos do mercado, agora estão a 30 minutos de distância." ¹⁹⁷ Eles não responderam directamente à preocupação da Human Rights Watch sobre a qualidade das terras agrícolas em Cateme e Mwaladzi ou sobre as razões para o atraso na alocação da quantidade total de terra no caso de Cateme.

Representantes da Rio Tinto têm reconhecido que a qualidade da terra é desigual, e, em muitos casos, de pouca qualidade. Por exemplo, numa comunicação por escrito à Human Rights Watch, a Rio Tinto escreveu: "a RTCM [Rio Tinto Coal Moçambique] está ciente de que a capacidade do terreno em Mwaladzi é muito marginal sem sistemas de irrigação, especialmente em anos de chuva limitada e devido à disponibilidade de água limitada para a agricultura." ¹⁹⁸ A 30 de Janeiro de 2013, eles também relataram ter recebido 342 queixas relacionadas com o acesso à terra, das quais eles disseram que resolveram 296. ¹⁹⁹

¹⁹⁷ Entrevista da Human Rights Watch com Esperança Bias, ministra, Ministério dos Recursos Minerais, Maputo, 22 de Maio de 2012.

¹⁹⁸ Comunicado por escrito da Rio Tinto à Human Rights Watch, "Feedback to Human Rights Watch," 30 de Janeiro de 2013, p. 5.

¹⁹⁹ Ibid., p. 7.

Os representantes da Vale com os quais a Human Rights Watch falou concordaram que havia problemas com a disponibilidade de água em Cateme que afectava a agricultura.²⁰⁰ Vania Somavilla, membro da comissão executiva de cinco pessoas supervisionando as operações globais da Vale disse: "Concordamos plenamente que o local é não é o melhor local. Aprendemos isso depois [do reassentamento] Nós concordamos que a terra para onde eles foram rdeslocados é pior "²⁰¹ Carolina Coutinho, outra representante da Vale, disse que a terra é de qualidade irregular, mas que tinha potencial com maior acesso a água: "Algumas famílias tiveram terra com muitas pedras, mas essa não é a situação geral. Algumas têm muito boa terra. Talvez possamos conseguir mais produtividade com a irrigação. "²⁰²

A pesquisa realizada para a elaboração do plano de reassentamento de Mwaladzi oferecia indicações sobre as quais o governo e as empresas de mineração deveriam ter sido capazes de antecipar os problemas com o abastecimento de água.²⁰³ No RAP da Riversdale, a análise do local de reassentamento de Mwaladzi diz: "Os recursos hídricos de superfície são pouco desenvolvidos na área, sem curso de água perene existente dentro ou nas proximidades da área de desenvolvimento. Os fluxos sazonais existentes são altamente dependentes da estação chuvosa para o nível do seu fluxo e, portanto, não podem ser considerados uma fonte de água contínua. "²⁰⁴

Para além disso, o RAP da Riversdale realça o número limitado de locais de transferência disponíveis, devido ao número de concessões de mineração. Em última análise, a seleção de Mwaladzi não conseguiu cumprir várias das principais demandas e prioridades expressas pelos membros da comunidade durante as consultas. Estes incluíam, 1) ser localizado perto de uma margem do rio para que as pessoas possam continuar a cultivar

²⁰⁰ Entrevista da Human Rights Watch com Paulo Horta, director de operações - Moatize, Vale, Moatize, província de Tete, 16 de Maio de 2012; Entrevista da Human Rights Watch com Abdul Adamo, gerente do desenvolvimento social, Vale, Moatize, 16 de Maio de 2012; e entrevista da Human Rights Watch com Carolina Coutinho, 8 de Outubro de 2012.

²⁰¹ Reunião da Human Rights Watch com Vania Somavilla, directora executiva, recursos humanos, saúde e segurança, sustentabilidade e energia, e Marcio Senne de Moraes, chefe dos assuntos corporativos, Europa-América do Norte, Vale, Cidade de Nova Iorque, 9 de Abril de 2013.

²⁰² Entrevista da Human Rights Watch com Carolina Coutinho e Ricardo Saad, director de projecto África, Asia e Austrália, Vale Moçambique, Lda, Maputo, 22 de Maio de 2012.

²⁰³ Golder Associates, "10570 Benga Coal Project Resettlement Action Plan – Final Report," submitted to Riversdale Moçambique, Limitada, September 1, 2009, p.vii; Vale, "Projecto Carvão Moatize – Processo de Reassentamento," May 2012, and Diagonal, "Plano de Acção para o Reassentamento," submitted to Rio Doce Moçambique [Vale], undated.

²⁰⁴ Golder Associates, "10570 Benga Coal Project Resettlement Action Plan – Final Report," submitted to Riversdale Moçambique, Limitada, September 1, 2009.

nas duas temporadas, 2) garantir um bom solo para os seus campos agrícolas e para pastagem, 3) o acesso às ilhas dos rios Zambeze e Revuboé onde alguns membros da comunidade têm campos, e 4) estruturas adequadas para a habitação e pecuária.²⁰⁵

A Vale e a Rio Tinto têm tentado lidar com a qualidade desigual das terras agrícolas e com o abastecimento limitado de água para uso agrícola, tentando melhorar a qualidade da terra através do reforço de abastecimento de água, a fim de permitir a irrigação, e a capacitação dos agricultores em técnicas agrícolas e incentivá-los a mudar para culturas comerciais com uma necessidade de água menos intensiva. Abdul Adamo, gerente do desenvolvimento social da Vale disse à Human Rights Watch, “Há bom solo em Cateme – é apenas um problema de água. A melhor ideia é de tentar aumentar as colheitas com sementes de melhor qualidade e culturas de rendimento. Este ano vamos lançar duas culturas – sementes de sésamo e feijão.”²⁰⁶

Devido aos problemas com a produtividade e com os ocupantes anteriores tentarem recuperar a terra após o primeiro conjunto de parcelas ter sido alocado, ter um segundo lote com uma maior fertilidade poderia melhorar significativamente as condições de vida dos agricultores reassentados. No entanto, três anos após a mudança, a comissão provincial de reassentamento e o governador de Tete não conseguiram ainda fornecer o segundo hectare de terra prometida aos residentes de Cateme e, de acordo com a Vale, estão a considerar mudar a compensação para dinheiro.²⁰⁷

A grande maioria dos moradores com quem falámos não fazia ideia de qualquer tentativa de garantir um segundo hectare de terra para eles. Ernesto S., residente de Cateme, disse: "Quando reclamamos sobre a terra, na [Vale] disseram que dariam-nos outra trama. Nós ainda não recebemos e não acreditamos que eles nos vão dar." ²⁰⁸ Em entrevistas da Human Rights Watch com funcionários do governo provincial e representantes da Vale e da Rio Tinto, todos eles citaram que a maior barreira para designar um segundo hectare de terra deve-se ao facto de a terra disponível ser limitada devido à aglomeração de

²⁰⁵ Ibid., p. 126.

²⁰⁶ Ibid.

²⁰⁷ Entrevista da Human Rights Watch com Carolina Coutinho, 8 de Outubro de 2012.

²⁰⁸ Entrevista da Human Rights Watch com Ana e Ernesto S., agricultores reassentados, Cateme, 10 de Maio de 2012.

numerosas licenças de mineração. A representante da Vale, Carolina Coutinho, disse à Human Rights Watch, "É muito difícil encontrar terra em Tete. Tudo agora é concessão." ²⁰⁹

A Vale também vem planeando, e em alguns casos implementando, intervenções de menor escala para ajudar as famílias em Cateme a fortalecer os seus meios de subsistência. Isso inclui o fornecimento a 80 famílias de um quarto de hectare de terra irrigada para hortaliças e a ajuda a 100 famílias na criação e abate de frangos para os trabalhadores da Vale. ²¹⁰ Até agora, eles trabalharam com 16 famílias na construção de aviários e treinaram 20 famílias em técnicas melhoradas de produção de aves. ²¹¹ Embora potencialmente produtivos, esses projectos só atenderão às necessidades de uma pequena fração das famílias reassentadas. Para além disso, há incertezas sobre o sucesso das iniciativas de criação de frango e as etapas intermediárias que devem primeiro ser cumpridas para o processamento e embalagem das galinhas em conformidade com uma qualidade adequada para a Vale para comprá-las e proporcionar um rendimento suficiente para os produtores. Abdul Adamo, gerente social da Vale, disse: "A Vale consome 30 toneladas de frango por mês. Queremos garantir um mercado para as hortícolas, galinhas e cabras de Cateme. Mas o desafio é que a Vale precisa de certos padrões de qualidade, higiene, e entrega pontual." ²¹²

Esses projectos até podem vir a melhorar o padrão de vida das pessoas reassentadas, mas eles são experimentais. Em vez de serem restauradas ao seu antigo nível de vida no momento do deslocamento, estas comunidades estão a participar em projectos de desenvolvimento que podem levar anos a concretizarem-se, podem ter resultados incertos e aumentar a sua vulnerabilidade através de um aumento de dependência nos mercados para alimentos.

Em última análise, uma estratégia fundamental para o governo, para a Vale e para a Rio Tinto é de cumprir as suas obrigações de ajudar as famílias reassentadas a atingirem um nível de vida adequado e tornar possível eles poderem produzir alimentos, seja na terra que já foi dada, ou em outra terra mais produtiva.

²⁰⁹ Entrevista da Human Rights Watch com Carolina Coutinho, 8 de Outubro de 2012.

²¹⁰ Comunicado por escrito da Vale à Human Rights Watch, "Relatório de Acompanhamento das Acções em Desenvolvimento em Cateme e 25 de setembro, Dezembro 2012," 9 de Janeiro de 2013.

²¹¹ Ibid.

²¹² Entrevista da Human Rights com Abdul Adamo, 16 de Maio de 2012.

Comunicação e Acesso a Informação

Quando estávamos a mudar-nos para aqui eles disseram que iriam dar-nos casas, dinheiro para a terra e comida. Mas eles só deram-nos comida para três meses. Eles também disseram que haveria um hospital e uma escola, mas estes ainda estão em construção. Eles não deram-nos dinheiro nem o tipo de terra que prometeram.

—Cristina L., mulher reassentada, Mwaladzi, 11 de Maio de 2012

O que temos que esclarecer ... é o diálogo com a comunidade em todos os momentos. Para eles saberem o que está a acontecer. A questão é informação. Se eles não são informados, eles não vão aceitar qualquer coisa.

—Manuel José Sithole, director, direcção provincial de Minas e Energia, Maputo, 23 de Maio de 2012

Há pouca evidência de que o fluxo de informação para as comunidades reassentadas melhorou após a demonstração Cateme. Embora funcionários do governo e das empresas aumentaram a sua atenção às queixas das comunidades, nomeadamente através do desenvolvimento e implementação de projectos de remediação, a maioria dos moradores das comunidades entrevistados tinham pouca informação sobre os planos de como lidar com os seus problemas e disseram que eles não tinham oportunidades significativas de contribuir com as suas ideias para a concepção dos projectos de remediação. Os membros das comunidades reassentadas parecem ter pouca informação sobre os seus direitos e as obrigações respectivas das empresas, do governo local e do governo central.

Nenhum dos membros de 25 de Setembro, Cateme e Mwaladzi entrevistados pela Human Rights Watch tinha tido acesso a documentos oficiais ou resumos acessíveis destes documentos descrevendo os planos gerais de reassentamento, a fim de verificar que compromissos tinham sido feitos em relação a eles pela Vale ou pela Rio Tinto e pela comissão provincial de reassentamento ou a fim de medir os progressos realizados. A Human Rights Watch obteve os Planos de Acção de Reassentamento aprovados pelo governo de ambas a Rio Tinto e a Vale uma vez que pedidos, mas muitos membros da comunidade não sabem que estes documentos existem, não leem Português ou Inglês e não iriam considerar os documentos longos e técnicos acessíveis. O caso é o mesmo para os

relatórios de monitorização ambiental, para as avaliações de impacto ambiental, a Lei de Minas e outros documentos do projecto e leis e regulamentos que afectam as suas vidas.

Em vez disso, as pessoas reassentadas basearam-se principalmente nas grandes reuniões esporádicas para informação ou nas mensagens canalizadas pelos líderes comunitários, alguns dos quais representaram os seus eleitores bem, enquanto que outros exacerbaram os problemas. Falando à Human Rights Watch em Maio de 2012, uma líder comunitária de 25 de Setembro disse, "Houve algumas reuniões entre o governo, as empresas e a comunidade. A última vez foi em Agosto de 2011. Junho do ano passado foi a última vez que eu [pessoalmente] tive uma reunião com a empresa. " ²¹³ Isabel R. disse: "Eles não vêm aqui ver o que é que está a acontecer." ²¹⁴

Após a demonstração de Janeiro de 2012, em Cateme, os funcionários do governo local pioraram a situação, restringindo os canais de comunicação, em vez de expandi-los. Eles instruíram os líderes da comunidade a não falarem com indivíduos ou organizações sem uma carta de "credenciais" autorizada pelas autoridades distritais, incluindo representantes de organizações da sociedade civil e agências internacionais, como a UNICEF. Um activista da sociedade civil, disse,

A exigência de "credenciais" é nova. Tudo começou desde as manifestações em Cateme. Fomos para Changara para trabalhar na construção de Jindal. Voltamos pois fomos informados que precisávamos de uma carta Sem ela os líderes da comunidade não iam atender-nos. Eles são instruídos a não falar. Pessoas individuais têm medo de falar sem a autorização de seus líderes. ²¹⁵

O secretário permanente da província de Tete defendeu o sistema de exigir credenciais como um mecanismo para proteger os membros das comunidades reassentadas da desinformação ou engano por estranhos. ²¹⁶ No entanto, na prática, criou obstáculos para

²¹³ Entrevista da Human Rights Watch com Eduardo A., 13 de Maio de 2012.

²¹⁴ Entrevista da Human Rights Watch com Isabel R., mulher reassentada, 25 de Setembro, 9 de Maio de 2012.

²¹⁵ Entrevista da Human Rights Watch com Rui Caetano, AAAJC, 14 de Maio de 2012.

²¹⁶ Entrevista da Human Rights Watch com Samuel António Buanar, secretário-permanente da província de, 14 de Maio de 2012.

as organizações da sociedade civil e agências de desenvolvimento legítimas de se comunicarem com as comunidades reassentadas.

Citando razões semelhantes, de proteger a comunidade, o governo instruiu as empresas a se comunicarem com as comunidades afectadas somente através do governo. Os membros da comunidade também devem comunicar as suas preocupações às empresas através do governo. Esta prática tem atrasado o diálogo e dificultou o relacionamento entre as empresas e as comunidades afectadas. Eduardo A., um líder comunitário, disse: "Nós não estamos autorizados a ter uma comunicação directa com a empresa. Temos que passar pelo governo.²¹⁷ Enquanto que interações informais entre os membros da comunidade e as empresas acontecem, grandes reuniões ou tomadas de decisão não podem ocorrer sem ter um representante do governo presente.

Funcionários de ambas a Vale e a Rio Tinto expressaram concordância com a política de comunicação com as comunidades através do governo, mas também admitiram-se frustrados com a sua implementação. Fernando Nhamtumbo da Rio Tinto, disse: "Nós sabemos que nenhum de nós deve falar com as comunidades afectadas sem a presença do governo – essa é a política portanto é a nossa política também. Nós gostamos. Se o governo está lá, significa que está protegendo-os. Nós conversamos com a comunidade, mas se formos a assumir compromissos precisamos da presença do governo lá." ²¹⁸

Paulo Horta, director de operações da Vale em Moatize, disse: "É importante para o governo participar devido ao que está a acontecer aqui, é importante para colocar as coisas no lugar certo. As expectativas para este projecto são muito elevadas. Traz coisas boas e coisas não tão boas, mas as coisas boas são muito mais do que as coisas negativas. Mas é importante que o povo de Moçambique entenda que é apenas um projecto de mineração e que não vai resolver todos os seus problemas." ²¹⁹

Apesar do seu apoio ao papel do governo como mediador, os funcionários das empresas também reconheceram que esta política também impediu um diálogo efectivo, em tempo útil, com as comunidades afectadas. Paulo Horta da Vale disse à Human Rights Watch,

²¹⁷ Entrevista da Human Rights Watch com Eduardo A., líder comunitário, 25 de Setembro, 13 de Maio de 2012.

²¹⁸ Entrevista da Human Rights Watch com Fernando Nhamtumbo, Rio Tinto, 14 de Maio de 2012.

²¹⁹ Entrevista da Human Rights Watch com Paulo Horta, 16 de Maio de 2012.

"Nós comunicamos-nos com o governo e leva muito tempo para chegar à liderança da aldeia." ²²⁰ Ele acrescentou:

Em Tete, o governo quer conduzir o processo de comunicação entre as comunidades e as empresas, mas não têm capacidade suficiente. Eles estão ansiosos para assumir o processo, mas voltam-se para nós para ajuda. A tendência é que o governo gostaria de estar no banco do condutor, eles não querem que as empresas assumam e dominem o relacionamento com as comunidades.²²¹

Promessas Quebradas

Nós não estamos satisfeitos com as empresas, nós não estamos satisfeitos com o governo. Eles não estão a manter as suas promessas. O governo não ajuda. Eles não estão a ajudar-nos a resolver os nossos problemas em lidar com as empresas.

—Maria C., mulher reassentada, Mwaladzi, 05 de Outubro de 2012

Muitos dos moradores reassentados com quem falámos sentiam-se enganados e traídos pelos resultados dos reassentamentos, que divergiam significativamente do que eles entenderam que havia sido prometido. Por exemplo, Elena M. de Mwaladzi disse: "A Riversdale disse-nos que devíamos-nos deslocar porque há carvão aqui, iremos dar-vos outra lugar com moradias, dinheiro e comida. Eles disseram-nos que iriam-nos dar três anos de comida até podermos obter o nosso próprio alimento das nossas quintas. Desde que eu estou aqui, eu ainda não vi essas coisas a acontecer. Eles deram-nos comida duas vezes por um mês." ²²²

Os agricultores deslocados para Mwaladzi pela Rio Tinto disseram que prometeram-lhes que as suas novas terras já estariam limpas e aradas e prontas para cultivo. No entanto, após o seu deslocamento, eles descobriram que o trabalho ainda tinha que ser feito. Representantes da Rio Tinto confirmaram à Human Rights Watch que tinham feito esse

²²⁰ Ibid.

²²¹ Ibid.

²²² Entrevista da Human Rights Watch com Elena M., mulher reassentada, Mwaladzi, 11 de Maio de 2012.

compromisso mas que tinham ficado sem tempo para cumpri-lo antes da mudança.²²³ Um líder comunitário em Mwaladzi disse: "A empresa prometeu que iria limpar a terra para nós, mas quando viemos foi nos dada tal como estava. Eu estava agora mesmo a preparar a terra sozinho."²²⁴

De forma similar, houve expectativas e informações divergentes sobre a compensação financeira. Breznévia Gemo da Rio Tinto, anteriormente funcionária da Riversdale, disse: "O reassentamento era algo novo para as comunidades. Não importa o que foi explicado pois eles apenas sabiam como seria quando chegassem lá – eles não entenderam realmente. Eu acredito que de alguma forma nós podemos ter criado alguma expectativa de que as pessoas seriam compensadas [com o dinheiro]." ²²⁵ Fernando Nhantumbo da Rio Tinto também explicou que houve uma mudança nas taxas do governo para a compensação financeira pela perda de terras ou outros bens que resultaram em pacotes financeiros profundamente desiguais para as pessoas reassentadas, dependendo da altura em que tinham-se mudado. Descrevendo a necessidade de políticas públicas mais consistentes, explicou,

O montante da indemnização há dois ou três anos atrás era pequeno. As empresas [tentaram] fornecer 100 por cento mais, mas o governo disse que não. Se alguém perdesse um hectare de terra, há dois anos, eles recebiam pouco. Hoje eles receberiam 100 mil meticais e compensação pelas culturas perdidas. Há seis meses atrás, você receberia 5.000 meticais [pelos mesmos danos.] ²²⁶

Eugénia D. de Cateme disse:

Pedimos-lhes para darem-nos um lote de terra diferente, mas eles recusaram-se. Nós dissemos que talvez se dessem dinheiro, nós poderíamos encontrar a terra por nós mesmos, mas mesmo assim eles recusaram-se. Nós temos reclamado da terra desde a primeira temporada que viemos para aqui até agora. Eles costumavam ir até lá para tirar algumas fotos e depois iam-se embora com elas – pessoas da Vale e do

²²³ Entrevista da Human Rights Watch com Breznévia Gemo, 14 de Maio de 2012.

²²⁴ Entrevista da Human Rights Watch com Julio C., líder comunitário, Mwaladzi, 11 de Maio de 2012.

²²⁵ Entrevista da Human Rights Watch com Breznévia Gemo, 14 de Maio de 2012.

²²⁶ Entrevista da Human Rights Watch com Fernando Nhantumbo, 14 de Maio de 2012.

governo. Mas eles não nos dizem nada. Quando perguntamos às empresas, as empresas dizem, isso é a responsabilidade do governo. E quando falamos ao governo, eles dizem que está bem, falarão com as empresas. ²²⁷

Falta de Mecanismos de Reclamação Coerentes

Nós falamos-lhes dos direitos e das necessidades das pessoas e, em seguida, eles simplesmente vão embora e nunca mais voltam com uma resposta. No mês passado tivemos uma reunião ... eles apenas anotaram as coisas das quais a gente se queixa ... mas eles nunca mais voltaram com a resposta às nossas reclamações. Então, isso significa que continuamos a sofrer dos mesmos problemas que tínhamos. Não temos comida, não temos dinheiro para comprar comida, a nossa situação continua na mesma.

—Malosa C., mulher reassentada, Mwaladzi, 3 de Outubro de 2012

Nenhum dos indivíduos reassentados que a Human Rights Watch entrevistou estavam cientes de qualquer mecanismo de recurso de queixas dedicado especificamente à análise de queixas específicas do reassentamento. Em vez disso, eles basearam-se em reportar para o seu secretário da aldeia, visitando o administrador do distrito, ou levantando preocupações em reuniões intermitentes de toda a comunidade com visitas de representantes do governo e das empresas. Mais da metade disse que se sentia impotente demais para prosseguir com queixas formais. Elsa S., uma das viúvas idosas de 25 de Setembro, que está a viver na sua cozinha e a alugar a casa para pagar comida e água disse: "O que posso fazer? Se eu reclamar, há algo que vai mudar? ... O governo conhece a nossa situação porque eles é que nos colocaram aqui. " ²²⁸

Uma vez que eles vivem nas próprias comunidades, os funcionários do governo indicados como secretários a nível da aldeia são os intermediários mais acessíveis para a maioria dos moradores da vila. O papel dos secretários inclui a colecta de informações e a canalização de informação das comunidades aos funcionários distritais e vice-versa. No entanto, a maioria dos moradores entrevistados pela Human Rights Watch em Cateme, 25 de Setembro, e Mwaladzi mostraram-se frustrados e cínicos em relação à sua liderança e

²²⁷ Entrevista da Human Rights Watch com Eugénia D., 10 de Maio de 2012.

²²⁸ Entrevista da Human Rights Watch com Elsa S., mulher reassentada a viver sozinha, 25 de Setembro, 13 de Maio de 2012.

disseram que os secretários tinham um poder limitado para tomar decisões. Nós conversámos com moradores que se queixavam sobre a má comunicação entre os secretários e o resto da comunidade ou alegaram que alguns secretários exploravam as suas posições para benefício próprio ou de suas famílias.

Confiança e satisfação com a liderança dos secretários variaram extensivamente pela comunidade e pareciam ser particularmente baixas em Cateme e Mwaladzi. Maria L. de Cateme disse: "Eles disseram que nós deveríamos fazer as nossas reclamações ao secretário [da aldeia], o representante do governo. Mas nós não vimos resultados, por isso não reclamámos mais Nós sugerimos que eles criassem um escritório para atender aos nossos problemas. Nós iríamos ao escritório, em vez de ir ao secretário, pois nós não sabemos se ele comunica as nossas preocupações. " ²²⁹ Embora a Human Rights Watch obtido tenha obtido as credenciais necessárias para falar com os secretários da aldeia, o secretário da aldeia de Cateme recusou-se a falar conosco.

Os líderes comunitários também disseram que se sentiam frustrados. Eduardo A., secretário de 25 de Setembro, disse: "O governo está a atrasar. O trabalho ainda não aconteceu. Não há soluções. Como secretário, eu estou cansado disso. Quando eu falo com o governo ou com as empresas, a comunidade não acredita que eu estou a fazer isso. " ²³⁰

Os atrasos significativos na abordagem de queixas das comunidades reassentadas acerca de terra, água e habitação, bem como a frustração que levou aos protestos em janeiro de 2012 sugerem que a Vale não fez um trabalho adequado de criação de mecanismos de queixa eficazes para captar e responder a reclamações dos membros das comunidades reassentadas. A representante da Vale, Carolina Coutinho afirmou: "Nós tínhamos mecanismos de reclamações, íamos à comunidade certos dias para obter as reclamações. Eles também vinham aos nossos escritórios na Carbomoc, tínhamos a Diagonal no campo, uma consultora contractada por nós para obter essas percepções da comunidade. " ²³¹ No entanto, nenhum dos indivíduos reassentados com os quais a Human Rights Watch falou referiu-se a estas opções e muitos deles sentiam que não havia nenhum sítio onde reclamar.

²²⁹ Entrevista da Human Rights Watch com Maria L., mulher reassentada, Cateme, 10 de Maio de 2012.

²³⁰ Entrevista da Human Rights Watch com Eduardo A., 13 de Maio de 2012.

²³¹ Entrevista telefónica da Human Rights Watch com Liesel Filgueiras, gerente geral, responsabilidade social empresarial and Carolina Coutinho, analista sénior de sustentabilidade, Vale, 4 de Abril de 2013.

A Rio Tinto também reconheceu que, "Esta é uma área onde as melhorias são necessárias e a RTCM está a trabalhar no desenvolvimento de mecanismos de resolução de reclamações robustos antes da deslocação física das restantes famílias para Mwaladzi".²³² A provisão de mecanismos de queixa eficazes como um elemento-chave dos direitos humanos de uma empresa é discutido no capítulo VII.

O Decreto de Reassentamento de 2012

O governo de Moçambique deu um passo importante para fortalecer as proteções durante os processos de reassentamento através da emissão de um decreto de reassentamento em Agosto de 2012. O decreto é uma melhoria, dada a falta anterior de regulamentação específica de reassentamentos. No entanto, o governo não fez uma consulta ampla durante o desenvolvimento do decreto e tem lacunas críticas.

O decreto esclarece os mecanismos de fiscalização do governo e as obrigações legais das empresas. Requer às empresas cujas operações exigem o reassentamento da comunidade a preparar um plano de reassentamento em conformidade com os requisitos nos termos das leis de planeamento de utilização de terras.²³³ O governo distrital relevante tem a autoridade para aprovar ou rejeitar os planos de reassentamento e é responsável por disponibilizar o espaço para as comunidades reassentadas.²³⁴ O decreto também estabelece um Comité Técnico de Motorização e Supervisão de Reassentamento, composto por representantes dos governos distrital e provincial, membros dos sectores de uso da terra, obras públicas e administração, de habitação e agricultura, e um membro da comunidade. O comité é responsável pelo acompanhamento de todo o processo, pela emissão de pareceres técnicos e pela elaboração de relatórios de avaliação.²³⁵

O governo elaborou e aprovou o decreto de reassentamento tão rapidamente que tomou de surpresa a maioria das partes interessadas, incluindo representantes da sociedade civil, das empresas, doadores internacionais, e assessores técnicos, tais como o Banco Mundial. Carolina Coutinho, analista sénior de sustentabilidade da Vale, disse que "houve consulta zero", e que uma associação empresarial que representa as empresas de

²³² Comunicado escrito da Rio Tinto, 30 de Janeiro de 2013, p. 7.

²³³ Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas, art. 15.

²³⁴ Ibid., art. 9.

²³⁵ Ibid., arts. 6-7.

mineração e de gás entrou com uma contestação legal na base de que o decreto não atendeu aos requisitos de realização de consultas públicas. ²³⁶ Stelio Matavel , o gerente de reassentamento da Jindal Steel and Power Limited, disse: "O regulamento não é prático. Eles só utilizaram regulamentos de outros lugares, como a Mongólia Há contradições no mesmo documento. " ²³⁷

O decreto não toma em consideração proteções vitais relacionadas com a terra e os meios de subsistência, o acesso a cuidados de saúde, mecanismos de reclamações e com a consulta e participação significativa das comunidades afectadas. ²³⁸ O decreto actual interpreta a participação do público limitadamente, baseando-se principalmente em reuniões públicas e na designação de representantes da comunidade para estarem envolvidos na disseminação de informações sobre o processo de reassentamento. Há também algumas medidas específicas para facilitar a participação de grupos que possam enfrentar impactos específicos ou que são marginalizados, tais como mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiências.

Embora o decreto incorpore alguns requisitos de habitação e de acesso a escolas, postos de saúde e infra-estruturas, não inclui a especificação importante de que estes têm que estar estabelecidos antes do deslocamento. Outras lacunas incluem normas detalhadas sobre a disponibilidade, preço, acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde, habitação e educação. Elementos adicionais que estão a faltar são requisitos claros de estabelecimento de canais para as várias partes interessadas para fazerem reclamações ou resolverem litígios relacionados com o processo de reassentamento e centralizar o princípio de que reassentamentos devem ser realizados apenas em circunstâncias excepcionais, após explorar todas as alternativas possíveis e que o seu alcance e impacto deve ser minimizado quando não existem alternativas viáveis. ²³⁹

²³⁶ Entrevista da Human Rights Watch com Carolina Coutinho, 8 de Outubro de 2012.

²³⁷ Entrevista da Human Rights Watch com Stelio Matavel, oficial de ligação, Jindal Steel and Power Limitada, Maputo, 9 de Outubro de 2012.

²³⁸ A secção do "Decreto de Reassentamento de 2012 2012" foi em algumas partes parafraseado e noutras partes replicado pela Human Rights Watch, *Human Rights Watch Recommendations for Mozambique's Resettlement Decree*, (New York: Human Rights Watch, 17 de Setembro de 2012), <http://www.hrw.org/news/2012/09/17/human-rights-watch-recommendations-mozambique-s-resettlement-decree>.

²³⁹ Ibid.

VI. O Reassentamento da Jindal Steel and Power Limited

A Jindal Steel and Power Limited (JSPL) irá realizar o próximo grande reassentamento das comunidades locais devido à mineração de carvão na província de Tete, que será um teste importante das mudanças na regulamentação e supervisão do processo de reassentamento trazidas pelo novo decreto e pelo aumento do compromisso do governo. No momento da pesquisa de campo da Human Rights Watch, em 2012, a empresa ainda estava a trabalhar para identificar um local de realojamento adequado, determinar os termos de compensação e obter a aprovação de seu Plano de Acção de Reassentamento. Em Abril de 2013, a empresa disse que estava à espera da aprovação final do governo de separar uma parte da sua terra original de concessão para uso como área de reassentamento.²⁴⁰

Quando os pesquisadores da Human Rights Watch visitaram Cassoca e Xissica em Maio 2012, a maioria dos membros da comunidade entrevistados tinham preocupações profundas em relação à sua capacidade de restabelecer os seus meios de subsistência e o seu nível de vida no local de reassentamento proposto de Chabonga, a aproximadamente 20 quilómetros de Cassoca. Anabela R., disse:

Nós dissémos que queremos viver no limite da concessão. Eles disseram que já existe outra concessão lá. Um dos outros locais que sugerimos foi Nhamphondolo. Mas eles disseram Chabonga. Nós não queremos ir para Chabonga porque as pessoas que lá vivem estão sempre a vir para esta área para tentar produzir alimentos porque não há água lá.²⁴¹

Todos os moradores de Cassoca e Xissica entrevistados pela Human Rights Watch disseram que actualmente complementavam o seu rendimento extraíndo ouro e vendendo frutas. Eles estavam profundamente preocupados com ambas as possibilidades de serem

²⁴⁰ Email de Stelio Matavel, oficial de ligação, Jindal Moçambique, à Human Rights Watch, 18 de Abril de 2013. O plano de acção de reassentamento de 2013 não foi aprovado publicamente a tempo da Human Rights Watch incluir uma análise actualizada neste relatório.

²⁴¹ Entrevista da Human Rights Watch com Anabela R., residente, Cassoca, 15 de Maio de 2012.

transferidos para um local com baixo potencial agrícola e perderem o acesso a uma constante fonte de rendimento secundária. Virgílio R. disse:

Quando há um problema de chuva nós sobrevivemos com o ouro neste local existe um tipo de fruta [a masanika]. Temos ouro e as frutas dos embondeiros. No lugar para onde eles querem mudar-nos, não existe nenhuma dessas coisas, então como é que vamos sobreviver? Pedimos-lhes uma garantia. Eles apenas disseram que vão construir casas novas e bombas de água. ²⁴²

Outra área de debate tem sido a contratação de membros da comunidade. Embora os reassentamentos ainda tenham que ocorrer, a JSPL já iniciou algumas de suas operações em áreas adjacentes e já contratou trabalhadores. Virgílio R., um líder comunitário em Cassoca, disse: "Primeiro eles disseram: 'As pessoas que queremos deslocar [reassentar] serão as que iremos empregar na nossa empresa.'" E quando o trabalho começou trouxeram pessoas de outros lugares. " ²⁴³ Emilio S. disse: "Eles vão fazer um monte de dinheiro, mas nós não vamos receber nada. Eles deveriam pelo menos dar-nos trabalho. " ²⁴⁴

Quando a Human Rights Watch fez uma visita em Outubro de 2012, os moradores de Cassoca ainda sentiam-se preocupados com o reassentamento, mas disseram que haviam aceitado o novo local proposto de Nyasskana, perto da vila de Nyansanja. Após a rejeição forte e sustentada pela comunidade do local proposto de Chabonga, as autoridades locais e a JSPL procuraram um local de reassentamento alternativo. Stelio Matavel, oficial de ligação da JSPL, disse:

Começámos o processo [da escolha do local] há dois anos Houve discórdia sobre a área de transferência. Começámos de novo e agora nós concordámos. O governador não apresentou uma área para a realocação então tivemos que encontrar uma área dentro de nossa concessão. ²⁴⁵

Embora os membros da comunidade continuassem a expressar algumas reservas, eles foram capazes de negociar melhorias na compensação oferecida. Um líder comunitário

²⁴² Entrevista da Human Rights Watch com Virgílio R., líder comunitário, Cassoca, 15 de Maio de 2012.

²⁴³ Ibid.

²⁴⁴ Entrevista da Human Rights Watch com Emilio e Margarida S., residentes, Cassoca, 15 de Maio de 2012.

²⁴⁵ Entrevista da Human Rights Watch com Stelio Matavel, 9 de Outubro de 2012.

disse: "As coisas estão a mudar. Eles repararam a estrada e semana passada construíram os poços de água. Algumas pessoas conseguiram empregos ... Ainda estou preocupado com os campos. Aqui nós crescemos milho e mapira, e para onde estamos a ir, só podemos crescer mapira. [Como resposta] eles prometeram construir alguns tanques de água e construir uma pequena barragem no rio Nyansanja para que possamos cultivar legumes. "²⁴⁶

Uma melhoria no processo de reassentamento da JSPL comparativamente aos reassentamentos da Vale e da Rio Tinto é a exigência do governo de que as empresas estabeleçam as infra-estruturas adequadas no local de reassentamento antes do deslocamento. O director de mineração da província, Manuel José Sithole disse que a JSPL "terá primeiro de fornecer infra-estruturas, energia elétrica, casas Caso contrário, teremos de enfrentar os mesmos problemas [como em Cateme]. " ²⁴⁷ No entanto, ainda existem lacunas nas informações e comunicações, que deixaram os moradores de Cassoca com incertezas sobre como gerir os seus campos e reparos nas suas casa antes da mudança e pouca clareza em relação aos seus pacotes de compensação exactos.

As experiências de Cateme, 25 de Setembro, e Mwaladzi preocupam as comunidades de Cassoca e Xissica que estão prestes a serem reassentadas pela JSPL. Clara S., uma agricultora de Cassoca, não confia nas promessas da empresa. Ela disse: "Eles prometeram casas novas, electricidade, água. Mas estas são apenas promessas até vemos essas coisas com os nossos próprios olhos. " ²⁴⁸

O atraso no desenvolvimento dos planos de acção de reassentamento, na sua aprovação por parte do governo e na sua implementação subsequente, também introduz uma grande incerteza para as comunidades que provavelmente serão reassentadas. Muitos dos moradores de Cassoca, expressaram um alto nível de ansiedade sobre a incerteza do seu tempo de mudança e sobre como deverão planear para as suas famílias. Suzana R., moradora de Cassoca, ecoou o sentimento de outros moradores entrevistados pela Human Rights Watch, quando disse:

²⁴⁶ Entrevista da Human Rights Watch com Virgílio R., líder comunitário, Cassoca, 4 de Outubro de 2012.

²⁴⁷ Entrevista da Human Rights Watch com Manuel José Sithole, director, Direcção Provincial de Mineração e Energia, Maputo, 23 de Maio de 2012.

²⁴⁸ Entrevista da Human Rights Watch com Clara S., Cassoca, 4 de Outubro de 2012.

No ano passado disseram-nos que iríamos mudar este ano. Este ano, eles disseram continuem a fazer as vossas actividades, pode ser no próximo ano ou no ano seguinte É muito difícil porque nós não sabemos o que fazer. [É um risco] se formos para os nossos campos ou se repararmos as nossas casas e gastarmos o nosso dinheiro e eles aparecem um dia e dizem que temos que mudar-nos. ²⁴⁹

As directrizes do Relator Especial de Habitação, bem como os protocolos-padrão de reassentamento utilizados pelo Banco Mundial e pelo Banco Africano de Desenvolvimento afirmam que um reassentamento deve ocorrer com a mínima perturbação possível às comunidades afectadas e não deverá implicar uma deterioração do seu nível de vida, que inclui o direito à alimentação. ²⁵⁰

²⁴⁹ Entrevista da Human Rights Watch com Suzana R., residente, Cassoca, 15 de Maio de 2012.

²⁵⁰ Human Rights Council, Basic principles and guidelines on development-based evictions and displacement; AfDB, "Involuntary Resettlement Policy," 2003; and World Bank, "BP 4.12 – Operational Policy on Involuntary Resettlement," 2011.

VII. Padrões Nacionais e Internacionais

O governo Moçambicano tem obrigações sob a sua constituição nacional e sob a lei internacional dos direitos humanos de proteger e promover a realização progressiva de um conjunto de direitos, incluindo o direito à comida, água, trabalho, habitação e saúde.

²⁵¹ As empresas privadas também têm o dever de respeitar estes direitos.

Normas emergentes da lei internacional apontam também para as obrigações afirmativas dos governos dos países das multinacionais - neste caso o Brasil, Austrália, Reino Unido e Índia - de regular e fiscalizar as práticas dos direitos humanos extra-territoriais de empresas privadas locais. Por exemplo, os Princípios de Maastricht afirmam que os governos devem tomar medidas para assegurar que as corporações transnacionais e outros negócios não anulem ou prejudicem o usufruimento de direitos econômicos, sociais e culturais, seja no seu país ou no exterior. ²⁵² As medidas que os Estados utilizam para fazer cumprir estas obrigações podem incluir mecanismos administrativos, legislativos, investigativos, adjudicatórios e outros mecanismos.

Direitos à Alimentação, Água, Saúde e Habitação

A Constituição Moçambicana contém garantias para os direitos à saúde e à habitação. ²⁵³ Moçambique também é obrigado a respeitar e defender as suas obrigações com os direitos humanos internacionais, sob o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e

²⁵¹ Constituição da República de Moçambique, 1990; Declaração Universal dos Direitos Humanos (UDHR) adoptada a 10 de Dezembro de 1948, G.A. Res. 217A(III), U.N. Doc. A/810 at 71 (1948); Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP), adoptado a 16 de Dezembro de 1966, G.A. Res. 2200A (XXI), 21 U.N. GAOR Supp. (No. 16) at 52, U.N. Doc. A/6316 (1966), 999 U.N.T.S. 171, entrou em vigor a 23 de Março de 1976, aderido por Moçambique a 21 de Julho de 1993; Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), adoptada a 18 de Dezembro de 1979, G.A. res. 34/180, 34 U.N. GAOR Supp. (No. 46) at 193, U.N. Doc. A/34/46, entrou em vigor a 3 de Setembro de 1981, aderido por Moçambique a 16 de Abril de 1997; Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), adoptada a 20 de Novembro de 1989, G.A. Res. 44/25, annex, 44 U.N. GAOR Supp. (No. 49) at 167, U.N. Doc. A/44/49 (1989), entrou em vigor a 2 de Setembro de 1990, aderido por Moçambique a 26 de Abril de 1994; Carta Africana [ou Carta de Banjul] dos Direitos Humanos e dos Povos African, adoptada a 27 de Junho de 1981, OAU Doc.CAB/LEG/67/3 rev. 5, 21 I.L.M. 58 (1982), entrou em vigor a 21 de Outubro de 1986 entered, aderido por Moçambique a 22 de Fevereiro de 1989. Protocolo sobre os Direitos da Mulher em África, adoptado pela segunda sessão ordinária da Assembleia da União, Maputo, 13 de Setembro de 2000, CAB/LEG/66.6, entrou em vigor a 25 de Novembro de 2005.

²⁵² Os Princípios de Maastricht Principles elaboram sobre as obrigações dos Estados no âmbito dos direitos económicos, sociais e culturais. Estes princípios foram aprovados em Setembro de 2011 por um grupo de especialistas importantes em direitos humanos internacionais, incluindo membros actuais e antigos correntes e antigos membros dos órgãos da ONU de direitos humanos, actuais e ex- relatores especiais e outros académicos importantes numa reunião em Setembro de 2011., "Maastricht Principles on Extraterritorial Obligations in the area of Economic, Social and Cultural Rights," September 2011, http://www.ciel.org/Publications/Maastricht_ETO_Principles_21Oct11.pdf (acedido a 29 de Janeiro de 2013), arts. 24-27.

²⁵³ Constituição da República de Moçambique, 1990, arts. 82, 86-91.

Políticos (PIDCP), a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta Africana), e do Protocolo sobre os Direitos da Mulher em África.²⁵⁴

O artigo 43 da Constituição de Moçambique estabelece que a Constituição deve ser interpretada em harmonia com a Carta Africana e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que inclui o artigo 25 (1) sobre o "direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis."²⁵⁵ O governo de Moçambique tem a obrigação imediata de não tomar quaisquer medidas regressivas deliberadamente que impactariam negativamente o cumprimento dos direitos económicos, sociais e culturais, tais como o direito a um nível de vida adequado.

A perda da capacidade de produzir alimentos em quantidade suficiente ou para ganhar dinheiro suficiente para a compra de alimentos no mercado através de actividades como a venda de lenha e carvão, levou a interferências nos direitos dos residentes de Cateme, Mwaladzi e 25 de Setembro a um nível de vida adequado, incluindo os direitos a comida e água.²⁵⁶ A sua incapacidade de produzirem os seus alimentos básicos normais tais como o milho e o mapira também afectaram negativamente o seu direito a ter comida suficiente correspondente às suas tradições culturais.

A lei Moçambicana e da lei internacional dos direitos humanos fornecem proteções adicionalmente ao direito à "água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e disponível para o uso pessoal e doméstico" e observa que a água é necessária para produzir alimentos e garantir a higiene ambiental e o direito à saúde.²⁵⁷ Individuos devem ter acesso a um abastecimento de água contínuo e suficiente para usos pessoais e

²⁵⁴ Ver a nota de rodapé 260.

²⁵⁵ Constituição da República de Moçambique, 1990, art. 43 e UDHR, art. 25 (1).

²⁵⁶ O direito a comida adequada é reconhecido sob o Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (G.A. Res. 217 A (III), U.N.Doc. A/810, at 71 (1948)), e sob o Artigo 11 da Convenção Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (adoptado a 16 de Dezembro de 1966, G.A. Res. 2200(XXII), U.N. GAOR, 21st sess., Supp. No. 16, U.S. Doc. A/6316 (1966), 993 UNTS 3), tal como interpretado pelo Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais. U.N. Econ. & Soc. Council (ECOSOC), Comm. on Econ., Soc. & Cultural Rts. (CESCR), General Comment No. 12: The Right to Adequate Food, U.N. Doc. E/C.12/1999/5 (May 12, 1999) (hereinafter General Comment No. 12), <http://www.unhcr.ch/tbs/doc.nsf/o/3do2758c707031d58025677f003b73b9>.

²⁵⁷ UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights (ESCR Committee), General Comment No. 15, The Right to Water, E/C.12/2002/11 (2003).

domésticos, tais como para beber, para o saneamento, para tomar banho, para lavar a roupa e para cozinhar. ²⁵⁸

Da mesma forma, o direito a um nível de vida adequado inclui o direito a moradia adequada. Vários factores determinam se um abrigo pode ser considerado adequado, incluindo a segurança jurídica da posse, o preço, a acessibilidade, a localização, a adequação cultural e a habitabilidade. Enquanto que as casas das famílias reassentadas satisfazem muitos dos padrões, aqueles que possuem vazamentos poderiam ser consideradas inabitáveis, uma vez que não conseguem proteger os ocupantes do frio, humidade, calor, chuva e vento. ²⁵⁹

O direito à saúde está estreitamente ligado aos direitos à alimentação, água e moradia. Por exemplo, o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, observa que "O direito à saúde ... estende-se aos determinantes subjacentes da saúde, tais como alimentação e a nutrição, a habitação, o acesso à água segura e potável e um saneamento adequado, condições de trabalho seguras e saudáveis e um ambiente saudável." ²⁶⁰

Quando as comunidades reassentadas na província de Tete tiveram a experiência de uma redução ao acesso a água e comida, e no padrão de habitação, isto, por sua vez, prejudica o seu direito à saúde. Em Mwaladzi, problemas de acesso físico aos serviços de saúde e a cuidados de saúde qualificados, é uma outra violação do direito à saúde, especialmente com impactos negativos para o acesso a cuidados obstétricos num contexto com um elevado número de mortes maternas. ²⁶¹

Enquanto Moçambique ajusta as suas leis, políticas e mecanismos de monitorização para gerir o seu boom de recursos naturais e o aumento do número de empresas que operam no seu território, deve coordenar estas estratégias com as suas estratégias nacionais de redução da pobreza e com as suas obrigações dos direitos humanos. Os Princípios Orientadores da Pobreza Extrema e dos Direitos Humanos de 2012 afirma que os governos

²⁵⁸ UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights (ESCR Committee), General Comment No. 15, The Right to Water, UN Doc. No. E/C.12/2002/11 (2002), para. 3.

²⁵⁹ UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights (ESCR Committee), General Comment No. 14, The Right to Adequate Housing, UN Doc. No E/1992/23 (1991), art. 12.

²⁶⁰ UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights, General Comment No. 14, The right to the highest attainable standard of health, U.N. Doc. E/C.12/2000/4 (2000), para. 4.

²⁶¹ *Ibid.*, art. 12.

"devem tomar em conta as suas obrigações internacionais de direitos humanos na concepção e implementação de todas as políticas, incluindo políticas do comércio internacional, de tributação, fiscal, monetária, ambiental e de investimento." ²⁶² Estas directrizes também elaboram que,

Os Estados têm o dever, de acordo com suas obrigações internacionais, de prevenir e proteger contra os abusos de direitos humanos cometidos por actores não-estatais, incluindo empresas, sobre as quais estão numa posição de as regular. Nos casos em que empresas transnacionais estão envolvidas, todos os Estados relevantes devem cooperar para garantir que as empresas respeitem os direitos humanos no exterior, incluindo os direitos humanos de pessoas e comunidades que vivem na pobreza. ²⁶³

Responsabilidade Empresarial de Respeitar os Direitos Humanos

Em 2008, o então Representante Especial do Secretário-Geral da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, John Ruggie, elaborou um quadro para negócios e direitos humanos, "Proteger, Respeitar e Remediar", que foi posteriormente complementado por um conjunto de "Princípios Orientadores em Negócios e Direitos Humanos" (Princípios Orientadores) aprovados pelo Conselho Nacional Unificado de Direitos Humanos em 2011. ²⁶⁴ O quadro "Ruggie" estabelece 1) o dever do Estado de proteger os direitos humanos, 2) a responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos, e 3) a necessidade de uma solução para vítimas de abusos de negócios relacionados aos direitos humanos. ²⁶⁵

Os Princípios Orientadores providenciam passos básicos detalhados que as empresas devem seguir de modo a respeitar os direitos humanos, incluindo com a devida diligência de modo a evitar causar ou contribuir para violações de direitos humanos através das

²⁶² UN Human Rights Council, "Final draft of the guiding principles on extreme poverty and human rights, submitted by the Special Rapporteur on extreme poverty and human rights, Magdalena Sepúlveda Carmona," A/HRC/21/39, July 18, 2012, <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G12/154/60/PDF/G1215460.pdf?OpenElement> (acedido a 23 de Abril de 2013), art. 61.

²⁶³ Ibid., art. 99.

²⁶⁴ UN Human Rights Council, "Report of the Special Representative of the Secretary-General on the issue of human rights and transnational corporations and other business enterprises," John Ruggie, A/HRC/17/31, March 21, 2011, <http://www.business-humanrights.org/media/documents/ruggie/ruggie-guiding-principles-21-mar-2011.pdf> (acedido a 10 de Dezembro de 2012).

²⁶⁵ UN Commission on Human Rights, "Report of the Special Representative of the Secretary-General, Annex, I.A.1," March 2011, http://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR_EN.pdf (acedido a 10 de Dezembro de 2012).

suas operações, evitando a cumplicidade em abusos, e tomar medidas para mitigá-los no caso da sua ocorrência.²⁶⁶

Se a Vale e a Riversdale tivessem trabalhado com o governo de forma mais próxima para avaliar a qualidade da terra e disponibilidade de abastecimento de água nos locais de reassentamento antes do deslocamento, provavelmente teria levado a um processo mais bem-sucedido e, em particular ajudado a proteger o nível de vida desfrutado por indivíduos e famílias. A falta de disponibilização atempada de infra-estruturas, como o transporte público e, no caso de Mwaladzi, um posto de saúde, levou a lacunas de meses e até de anos no acesso aos serviços. Para garantir o respeito dos direitos humanos, deveria ter sido feito um esforço maior para garantir que os membros das comunidades reassentadas não sofreriam impactos adversos à sua capacidade de desfrutar de uma gama de direitos econômicos, sociais e culturais.

A má comunicação, acentuada pela mediação ineficiente do governo, caracterizou a resposta inicial da Vale aos problemas levantados pelos moradores de Cateme e 25 de Setembro. No entanto, em 2012, a Vale e a Rio Tinto têm-se demonstrado comprometidas a identificar e a tomar medidas para mitigar os problemas que ocorreram. Para atender plenamente às suas responsabilidades, eles devem trabalhar com o governo para identificar e implementar soluções eficazes, a curto prazo e a longo prazo para um solo pobre e para o abastecimento de água em Cateme e Mwaladzi e tomar medidas para evitar problemas semelhantes em todos os reassentamentos futuros.

O quadro Ruggie descreve componentes integrais dos direitos humanos que as empresas devem realizar com a devida diligência, incluindo a avaliação dos potenciais impactos sobre os direitos humanos, com referência explícita aos direitos humanos reconhecidos internacionalmente, a integração do respeito pelos direitos humanos em toda a empresa e o desempenho da monitorização bem como o da comunicação. .²⁶⁷

O Direito à Remediação

Os Princípios Orientadores elaboram sobre a responsabilidade de um governo de proteger contra as violações de direitos humanos relacionadas com actividades comerciais,

²⁶⁶ Ibid.

²⁶⁷ Ruggie Framework, arts. 56-64.

garantindo que os afectados tenham acesso a remediações eficazes. ²⁶⁸ Estas podem incluir remediações judiciais, administrativas e legislativas, bem como pedidos de desculpa, restituição, reabilitação, compensações financeiras ou não financeiras e sanções punitivas. ²⁶⁹ A responsabilidade do Estado estende-se a certificar a sensibilização e acesso do público a tais remediações.

Os Princípios Orientadores incluem a consideração de mecanismos de reclamações não-estatais, envolvendo os administrados por empresas, por associações industriais, ou por grupos de várias partes interessadas. ²⁷⁰ Esses mecanismos de reclamações podem desempenhar um papel crítico na devida diligência dos direitos humanos de uma empresa. Em particular, o princípio 29 afirma que,

Para tornar possível a abordagem das queixas numa fase precoce e de serem remediadas directamente, as empresas devem estabelecer ou participar em mecanismos de reclamação de nível operacional eficazes para os indivíduos e comunidades que podem ser afectados adversamente. ²⁷¹

O Relator Especial sobre Habitação desenvolveu orientações sobre reassentamentos devido a projectos relacionados com o desenvolvimento que estipulam o direito das populações afectadas a terem oportunidades de fácil acesso para fazerem reclamações e receberem uma resposta atempada e o direito à assistência antes, durante e depois do deslocamento até que tenham alcançado o nível de vida estabelecido no plano de reassentamento. Eles também têm o direito ao acesso a aconselhamento jurídico antes, durante e depois do deslocamento. ²⁷²

²⁶⁸ UN Commission on Human Rights, “Report of the Special Representative of the Secretary-General on the issue of human rights and transnational corporations and other business enterprises,” John Ruggie, A/HRC/17/31, March 21, 2011, <http://www.business-humanrights.org/media/documents/ruggie/ruggie-guiding-principles-21-mar-2011.pdf> (acedido a 10 de Dezembro de 2012), p. 22.

²⁶⁹ Ibid.

²⁷⁰ Ibid., p. 24. “Eles são não-judiciais, mas podem usar processos judicantes, com base no diálogo e outros processos culturalmente apropriados e compatíveis com os direitos. Estes mecanismos podem oferecer benefícios específicos tais como a rapidez de acesso e remediação, custos reduzidos e/ ou alcance transnacional.”

²⁷¹ Ibid., p. 25.

²⁷² UN Human Rights Council, “Basic principles and guidelines on development-based evictions and displacement, Annex 1 of the report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living,” Miloon Kothari, A/HRC/4/18; UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights, General Comment 7, Forced evictions, and the right to adequate housing (Sixteenth session, 1997), U.N. Doc. E/1998/22, annex IV at 113 (1997), reprinted in

A Constituição Moçambicana oferece várias garantias aos cidadãos de liberdade de expressão, de exigir uma indemnização, e apresentar queixas às autoridades. ²⁷³ Isto inclui o artigo 58 (1) da Constituição, que prevê que "A todos é reconhecido o direito de exigir, nos termos da lei, indemnização pelos prejuízos que forem causados pela violação dos seus direitos fundamentais. " ²⁷⁴

Para cumprir as suas obrigações sob a legislação nacional e internacional, o governo Moçambicano deve fortalecer as proteções para as pessoas reassentadas devido a projectos de mineração, coordenar a gestão das indústrias extractivas com as estratégias nacionais de redução da pobreza e fornecer remediações justas, oportunas para aqueles impactados negativamente.

Compilation of General Comments and General Recommendations Adopted by Human Rights Treaty Bodies, U.N. Doc. HRI/GEN/1/Rev.6 at 45 (2003).

²⁷³ Constituição da República de Moçambique, 1990, art. 48 (1): Todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação.. Artigo 79: Direito de Petição, Queixa e Reclamação, Todos os cidadãos têm direito de apresentar petições, queixas e reclamações perante autoridade competente para exigir o restabelecimento dos seus direitos violados ou em defesa do interesse geral. Artigo 80: Direito de Resistência. O cidadão tem o direito de não acatar ordens ilegais ou que ofendam os seus direitos, liberdades e garantias..

²⁷⁴ Constituição da República de Moçambique, 1990, art. 58 (1).

Agradecimentos

A autora e pesquisadora principal neste projecto foi Nisha Varia, pesquisadora sénior da Human Rights Watch sobre os direitos da mulher. Chris Albin-Lackey, pesquisador sénior de negócios e direitos humanos, também realizou trabalho de campo para este relatório. Samer Muscati, pesquisador dos direitos da mulher, tirou as fotos e filmou os vídeos que acompanham este relatório.

A Human Rights Watch agradece sinceramente aos moradores de Cateme, 25 de Setembro, Mwaladzi, Capanga, Xissica e Cassoca, que partilharam o seu tempo e perspectivas. Também apreciamos imenso o tempo e as informações providenciadas pelos representantes da Vale, da Rio Tinto e da Jindal Steel and Power Limited.

Esta pesquisa não teria sido possível sem a assistência na tradução e na pesquisa de Gonçalo Xavier, em Tete, e com a ajuda da tradução de Salvador Juliasse e Alfred Juliasse, em Tete. Agradecemos também o apoio e as orientações fornecidas por Ernesto Assis, presidente do Fórum Provincial de ONGs em Tete; Rui Vasconcelos Caetano, director da Associação de Apoio e Assistência Jurídicas às Comunidades (AAAJC) e João Nhampossa, da Liga dos Direitos, Humanos.

Estamos gratos a Nathalie Grimoud, conselheira da Plataforma de Recursos Naturais e Indústrias Extractivas; Lisa Kurbiel, analista sénior de políticas sociais da UNICEF Moçambique, e Dionísio Nombora pelas suas contribuições em todas as fases do projecto, incluindo o feedback que forneceram sobre o projecto deste relatório .

Os revisores do relatório da Human Rights Watch incluem: Chris Albin-Lackey, Janet Walsh, vice-directora da divisão dos direitos da mulher, Leslie Lefkow, vice-directora da divisão de África; Juliane Kippenberg, pesquisadora sénior dos direitos da criança; Diederik Lohman, director interino do programa de saúde e dos direitos humanos; Daniel Wilkinson, director da divisão das Américas, Maria Laura Canineu, directora do Brasil; Ben Ward, vice-director da divisão da Europa e Ásia Central, e Meenakshi Ganguly, director do Sul da Ásia. Aisling Reidy, assessor jurídico sénior que forneceu uma revisão legal, e Iain Levine, directora executiva adjunta, que providenciou a revisão do programa.

A assistência de pesquisa prestada por Walquiria Felizardo, estagiária na divisão dos direitos da mulher, Darcy Milburn, adjunta na divisão dos direitos humanos, Ben Feldman, estagiário na divisão dos negócios e direitos humanos, Camille Pendley, afiliada à divisão dos direitos da mulher e Matthew Rullo, coordenador da divisão de direitos da mulher, foram inestimáveis.

Um obrigada especial a Graça Choi, directora de publicações, Josh Lyons, analista de imagens de satélite, e Giulio Frigieri, consultor, pelo seu trabalho em produzir os mapas e gráficos do relatório. A produção do relatório foi providenciado por Fitzroy Hepkins, gerente administrativo, e José Martinez, coordenador sénior.

Agradecemos o trabalho da B&M Translations de traduzir este relatório de Inglês para Português.

Por fim, estamos gratos aos doadores que generosamente apoiaram o nosso trabalho.

Anexos

Anexo 1: As Principais Concessões e Licenças de Prospeção de Carvão na Província de Tete

NOME DA EMPRESA	NACIONALIDADE	NOME DO(S) PROJECTO(S)	LICENÇAS (HECTARES)	FASE DO PROJECTO	OUTPUT PREVISTO (MTPA)
Vale S.A.	Brasil	Moatize	O projecto da Vale de Moatize tem uma concessão de mineira que cobre aprox. 23,780 hectares. ²⁷⁵ No total, a Vale tem duas concessões mineiras com o total de approx. 44,040 hectares nos districtos de Moatize and Maravia. ²⁷⁶	A produzir carvão desde Julho de 2011, ²⁷⁷ começou a exportar carvão em Dezembro de 2011. ²⁷⁸	A Mina de Moatize é o maior investimento da Vale no sector de carvão. ²⁷⁹ A capacidade de produção total da mina é de 11 milhões de toneladas por ano (Mtpa) de carvão térmico e metalúrgico. ²⁸⁰ Estão em curso planos para duplicar a produção da mina. ²⁸¹
Rio Tinto	Reino Unido/ Australia	Benga ²⁸² , Zambeze, Tete Occidental & Minjova	A Rio Tinto tem uma concessão mineira de aprox. 4,560 hectares nos districtos da Cidade de Tete e de Moatize; a área conjunta de lincesa da Rio Tinto está estimada num total de 117,420	A Mina de Benga abriu oficialmente em Maio de 2012, ²⁸³ e começou a exportar carvão de coque em Junho de 2012. ²⁸⁴ As primeiras exportações de carvão da mina Zambeze são esperadas no final de 2016. ²⁸⁵	N/A

²⁷⁵ "CVRD wins concession to explore coal in Mozambique," Vale S.A., press release, December 12, 2004, <http://www.vale.com/EN/investors/home-press-releases/Press-Releases/Pages/cvrd-vence-concorrenca-para-explorar-carvao-em-mocambique.aspx> (accessed March 5, 2013).

²⁷⁶ Vale, "Vale in the World, Mozambique," undated, <http://www.vale.com/EN/aboutvale/across-world/Pages/default.aspx>, (accessed March 29, 2013). This approximate figure for the land area of Vale's mining licenses was calculated by Human Rights Watch using data obtained from the Government of Mozambique's Ministry of Mineral Resources. República de Moçambique, Ministério Nacional de Minas, "Direcção Nacional de Minas, Cadastro Mineiro, Licenças por Titular," October 9, 2012, on file with Human Rights Watch, p. 16.

²⁷⁷ Vale S.A., "Mining," undated, <http://www.vale.com/EN/business/mining/coal/Pages/default.aspx> (accessed March 5, 2013)

²⁷⁸ Ibid.

²⁷⁹ Ibid.

²⁸⁰ "Vale reveals progress in Moatize expansion and Nacala corridor development," Mining Weekly, March 8, 2013, <http://www.miningweekly.com/article/vale-reveals-progress-in-moatize-expansion-and-nacala-corridor-development-2013-03-08> (accessed March 29, 2013).

²⁸¹ Ibid.

²⁸² Benga is a joint venture with an Indian company, Tata Steel (65% Rio Tinto, 35% Tata Steel).

Rio Tinto, "Benga," undated, http://www.riotinto.com/ourproducts/21018_benga.asp (accessed March 5, 2013).

²⁸³ Rio Tinto, "Rio Tinto Results for the Year Ended 31 December 2012," February 2013, http://www.riotinto.com/documents/PR801g_Rio_Tinto_results_for_the_year_ended_31_December_2012.pdf (accessed February 5, 2013).

²⁸⁴ "Rio Tinto makes first coal shipment from Mozambique," Rio Tinto, press release, June 25, 2012, http://www.riotinto.com/library/18435_media_releases_22126.asp, (accessed March 5, 2013).

²⁸⁵ Ibid.

NOME DA EMPRESA	NACIONALIDADE	NOME DO(S) PROJECTO(S)	LICENÇAS (HECTARES)	FASE DO PROJECTO	OUTPUT PREVISTO (MTPA)
			hectares nos distritos de Moatize, Changara, e da Cidade de Tete.		
Beacon Hill Resources Plc.	Reino Unido	Projecto de Carvão de Coque das Minas de Moatize, ²⁸⁶ ; Changara ²⁸⁷	A companhia tem uma concessão mineira de 260 hectares no distrito de Moatize. O projecto de Changara project cobre uma área de licença de 18,400 hectares, 70 vezes o tamanho do projecto das Minas Moatize ²⁸⁸	As Minas Moatize têm estado a exportar desde Dezembro 2011. ²⁸⁹ Exploração está em curso no projecto de Changara. ²⁹⁰	O projecto das Minas Moatize produziram 0.1 Mt de carvão em 2012 ²⁹¹ ; a empresa tem planos de aumentar a produção para 2.8 Mtpa. ²⁹² Os recursos chegam a ser um total de 86.8 milhões de toneladas. ²⁹³
Ncondezi Coal ²⁹⁴	África do Sul	Ncondezi	Distrito de Moatize, área total de 38,700 hectares.	Actualmente na fase de exploração, a primeira produção esperada em 2015. ²⁹⁵	Tem estimadamente recursos de carvão de 4.7 bilhões de toneladas. ²⁹⁶ Espera produzir 10 Mtpa de carvão em 2015. 1.7 Bt em recursos. ²⁹⁷
Minas de Revubôè Limitada ²⁹⁸	Moçambique	Mina Revubôè	Possui licenças de exploração no Distrito de Moatize ²⁹⁹	A primeira produção esperada em Setembro de 2013 ³⁰⁰	N/A

²⁸⁶ Minas Moatize Limitada is a subsidiary of Beacon Hill Resources Plc. Beacon Hill Resources Plc., “Monas Moatize Mine,” undated, <http://www.bhrplc.com/minasmoatize.aspx> (accessed March 29, 2013).

²⁸⁷ Nongo Limitada is a joint venture between BHR Ventures Mauritius Limited, a subsidiary of Beacon Hill, and local partner Midwest Africa Limited. Beacon Hill Resources Plc., “JV to Develop Significant New Coal Licence,” December 21, 2011, <http://bhrplc.com/News.aspx?ArticleId=13054462> (accessed March 5, 2013).

²⁸⁸ Beacon Hill Resources Plc., “Changara Coal Project,” undated, <http://www.bhrplc.com/changara.aspx> (accessed March 28, 2013).

²⁸⁹ Beacon Hill Resources Plc., “First Export Shipment of Coal Seaborne from Port of Beira, Mozambique,” December 19, 2013, <http://hsprod.investis.com/ir/bhr/ir.jsp?page=news-item&item=883747503210652> (accessed March 29, 2013).

²⁹⁰ Beacon Hill Resources Plc., “Coal: Changara Coal Project,” undated, <http://www.bhrplc.com/changara.aspx> (March 5, 2013).

²⁹¹ “Quarterly Activities Report” Beacon Hill Resources Plc., press release, February 16, 2012, <http://www.bhrplc.com/News.aspx?ArticleId=19884782> (accessed January 30, 2013).

²⁹² Beacon Hill Resources Plc., “Minas Moatize the Mozambican Coal Producer,” July 5, 2011, <http://www.bhrplc.com/documents/Mozambique%20Coal%20Conference%20Presentation%20050711.pdf> (accessed March 5, 2013); “Resource Upgrade for Minas Moatize Coking Coal,” Beacon Hill Resources Plc., press release, January 28, 2013 <http://www.bhrplc.com/News.aspx?ArticleId=20649394> (accessed February 4, 2013); Beacon Hill Resources Plc., “About us,” undated, <http://www.bhrplc.com/aboutus.aspx> (accessed March 29, 2013).

²⁹³ Ibid.

²⁹⁴ Ncondezi Coal Company, “Investor Presentation: Supplying the World’s Growing Energy Markets,” September 2012, http://www.ncondezicoal.com/uploads/nclinvestorpresentation_september2012.pdf (accessed March 28, 2013).

²⁹⁵ Ibid.

²⁹⁶ Ibid, slide 6, “4.7 Billion Tonne JORC Resource.”

²⁹⁷ Ncondezi Coal Company, “Investor Presentation,” January 2012, <http://www.ncondezicoal.com/uploads/ncondezicoal-investorpresentationjan2012-final2.pdf> (March 5, 2013).

²⁹⁸ Minas de Revubôè Limitada is a registered Mozambican company. Shareholders of Minas de Revubôè are subsidiaries of Talbot Group Investments Pty Ltd (Australia), Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (Japan) and POSCO (South Korea).

NOME DA EMPRESA	NACIONALIDADE	NOME DO(S) PROJECTO(S)	LICENÇAS (HECTARES)	FASE DO PROJECTO	OUTPUT PREVISTO (MTPA)
Jindal Africa	India	Chirodzi	A área de licença conjunta detida pela empresa é de 72,040 hectares nos distritos de Cahora Bassa, Changara, Chiuta, Zumbu; incluindo uma concessão mineira de aprox. 16,700 hectares nos distritos de Cahora Bassa e Changara ³⁰¹	A produção já começou na mina a céu aberto de Chirodzi, primeiras exportações esperadas no início de 2013. ³⁰²	Espera produzir 1.3 Mtpa em inicialmente até 10 Mtpa depois de 3 -4 anos. ³⁰³
Eurasian Natural Resources Corporation (ENRC)	Cazaquistão	Estima	O projecto possui uma licença de exploração de 24,514 hectares. ³⁰⁴ A área conjunta da licença de exploração detida pela empresa é de aprox. 227,080 hectares nos distritos de Magoé, Maravia, Zumbu, Cahora Bassa, Changara, Mutarara e Moatize. ³⁰⁵	Os projectos estão actualmente na fase de exploração ³⁰⁶	O projecto Estima project tem estimadamente 1,340 Mt em recursos. ³⁰⁷
Mozambi Coal Limited ³⁰⁸	Australia	Tete Ocidental ³⁰⁹ ,	Possui licenças de exploração de aprox. 60,900 hectares. ³¹²	As minas Tete Ocidental, Muturara, e Songo mines estão actualmente na	N/A

Minas de Revuboe, "Talbot Group," undated, <http://www.revuboe.com/partners-1/talbot-group> (accessed March 5, 2013);
Minas de Revuboe, "Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation," undated, <http://www.revuboe.com/partners-1/nippon-steel> (accessed March 5, 2013)

Popsco, "2011 CEO Forum," January 13, 2011, http://www.popsco.co.kr/homepage/docs/eng2/dn/2011_CEOForum_eng.pdf (accessed March 5, 2013).

²⁹⁹ Minas de Revuboe, "Overview of Revuboe," undated, <http://www.revuboe.com/about> (Accessed March 29, 2013).

³⁰⁰ Minas de Revuboe, "Project Details," undated, <http://www.revuboe.com/project> (accessed March 5, 2013). Minas de Revuboe, "Project Details," undated, <http://www.revuboe.com/project> (accessed March 28, 2013).

³⁰¹ This approximate figure was calculated by Human Rights Watch using data obtained from the Government of Mozambique's Ministry of Mineral Resources. República de Moçambique, Ministério Nacional de Minas, "Direcção Nacional de Minas, Cadastro Mineiro, Licenças por Titular," October 9, 2012, on file with Human Rights Watch, p. 9.

³⁰² Jindal Africa, "Mozambique," undated, <http://www.jindalafrika.com/mozambique> (accessed December 5, 2012); "Jindal sees first Mozambique coal exports by Jan," Reuters, November 20, 2012, <http://in.reuters.com/article/2012/11/20/mozambique-coal-jindal-idINDEE8AJoC120121120> (accessed March 29, 2013).

³⁰³ Ibid.

³⁰⁴ Eurasian Natural Resources Corporation (ENRC), "Mozambique Coal – Indaba 2012" 2012, <http://enrc.g3dbuild.com/sites/enrc.g3dbuild.com/files/presentations/08-02-12%20Mining%20Indaba%20presentation%20-%20FINAL.pdf> (accessed March 28, 2013), slide 12.

³⁰⁵ This approximate figure was calculated by Human Rights Watch using data obtained from the Government of Mozambique's Ministry of Mineral Resources. República de Moçambique, Ministério Nacional de Minas, "Direcção Nacional de Minas, Cadastro Mineiro, Licenças por Titular," October 9, 2012, on file with Human Rights Watch, p. 5-6.

³⁰⁶ Eurasian Natural Resources Corporation (ENRC), "Announcement of 2012 Preliminary Results," March 20, 2013, http://www.enrc.com/regulatory_news_article/3078 (accessed March 28, 2013).

³⁰⁷ Eurasian Natural Resources Corporation (ENRC), "Mozambique Coal – Indaba 2012" 2012, <http://enrc.g3dbuild.com/sites/enrc.g3dbuild.com/files/presentations/08-02-12%20Mining%20Indaba%20presentation%20-%20FINAL.pdf> (accessed March 28, 2013), slide 16.

NOME DA EMPRESA	NACIONALIDADE	NOME DO(S) PROJECTO(S)	LICENÇAS (HECTARES)	FASE DO PROJECTO	OUTPUT PREVISTO (MTPA)
		Muturara ³¹⁰ & Songo ³¹¹		fase de exploração. ³¹³	
Coal India Africana Limitada ³¹⁴	Índia	N/A	Possui licenças de exploração de aprox. 22,400 hectares de terra no distrito de Moatize. ³¹⁵ .	Exploration underway, plans to start production by 2016. ³¹⁶	Possui estimadamente reservas de carvão de aprox. 1 billion tonnes. ³¹⁷ Planos para exportarem 10 milhões de toneladas de carvão para a Índia nos próximos 10 anos.
Essar ³¹⁸	Índia	Mina de Carvão Moçambique	Possui licenças de exploração de aprox 3,218 hectares ³¹⁹ de terra nos distritos de Muturara e Moatize.	A mina está actualmente em desenvolvimento ³²⁰	Possui estimadamente reservas de carvão de 35 Mt. O carvão extraído desta mina será utilizado na central de energia Salaya I, em Gujarat, Índia. ³²¹

³⁰⁸ See, Mozambi Coal Limited, “Company Presentation,” August 2012, <http://www.mozambicoal.com/docs/asx/2012/MOZPres20120829.pdf> (accessed March 28, 2013).

³⁰⁹ Tete West is a joint venture with local partners (70% Mozambi Coal, 30% Camal & Companhia Lda and other local partners). Mozambi Coal, “Tete West,” undated, <http://www.mozambicoal.com/projects/tete-west-3245/> (accessed March 5, 2013).

³¹² See, Mozambi Coal Limited, “Company Presentation,” August 2012, <http://www.mozambicoal.com/docs/asx/2012/MOZPres20120829.pdf> (accessed March 28, 2013). The area spans three tenements, 2738L (“Songo” Project) 3245L (“Tete West” Project) and 3246L (“Muturara” Project). See, Mozambi Coal, “Projects Overview,” undated, <http://www.mozambicoal.com/projects/projects-overview/> (accessed March 28, 2013).

³¹⁰ Muturara is a joint venture with local partners (70% Mozambi Coal, 30% Camal & Companhia Lda and other local partners). Mozambi Coal, “Muturara,” undated, <http://www.mozambicoal.com/projects/muturara-3246/> (accessed March 5, 2013).

³¹¹ Songo is a joint venture with local partner Xiluva Minerals Resources Lda (80% Mozambi Coal, 20% Xiluva Minerals Resources Lda.). Mozambi Coal, “Songo,” undated, <http://www.mozambicoal.com/projects/songo-2738/> (accessed March 5, 2013).

³¹³ Ibid.

³¹⁴ Established in 2009-2010, Coal India Africana Limitada is owned by Coal India Limited (CIL), a state-owned company. See, Coal India, “Coal India Limited at a glance,” undated, <http://www.coalindia.in/Company.aspx?tab=0> (accessed March 28, 2013) and Coal India, “Corporate Structure,” undated, <http://www.coalindia.in/Company.aspx?tab=5> (accessed March 28, 2013).

³¹⁵ This approximate figure was calculated by Human Rights Watch using data obtained from the Government of Mozambique’s Ministry of Mineral Resources. República de Moçambique, Ministério Nacional de Minas, “Direcção Nacional de Minas, Cadastro Mineiro, Licenças por Titular,” October 9, 2012, on file with Human Rights Watch, p. 5.

³¹⁶ The Economic Times (India), “Coal India arm finds coal during exploration in Mozambique,” December 11, 2012, http://articles.economictimes.indiatimes.com/2012-12-11/news/35749875_1_coal-india-africana-limitada-coal-block-mozambique-block (assessed March 28, 2013).

³¹⁷ Shivom Seth, “Coal India finds new coal seams in Mozambique,” Mineweb, Dec 12, 2012, <http://www.mineweb.com/mineweb/content/en/mineweb-africa?oid=166131&sn=Detail> (accessed March 1, 2013).

³¹⁸ Essar, “”http://www.essar.com/section_level1.aspx?cont_id=SD7sjPUVBkw= (accessed March 3, 2013).

³¹⁹ This approximate figure was calculated by Human Rights Watch using data obtained from the Government of Mozambique’s Ministry of Mineral Resources. República de Moçambique, Ministério Nacional de Minas, “Direcção Nacional de Minas, Cadastro Mineiro, Licenças por Titular,” October 9, 2012, on file with Human Rights Watch, p. 6.

³²⁰ Essar, “Operations – Power,” undated, <http://www.essarenergy.com/operations/power.aspx> (accessed March 28, 2013).

³²¹ Ibid.

Anexo 2: A Resposta da Vale à Southern Africa Resource Watch

Em 2012, a Southern Africa Resource Watch publicou uma crítica aos reassentamentos da Vale e da Rio Tinto, na província de Tete.³²² A Human Rights Watch reproduziu a resposta da Vale abaixo.

Rio de Janeiro, Brasil 5 de Junho de 2012

Maputo, Moçambique

A Resposta da Vale à Southern Africa Resource Watch

Transparência

A ética e a transparência são valores fundamentais para a Vale. Em junho do ano passado, a empresa lançou seu quarto Relatório de Sustentabilidade anual, que se refere a 2010. Pelo segundo ano consecutivo, a Vale conseguiu um A+ no "nível de aplicação," indicando o mais alto nível de transparência. A empresa reporta sobre o seu desempenho nas dimensões econômica, ambiental e social, em consonância com a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI).

O nível de aplicação A + requer a reportagem de 90 indicadores, incluindo todos os itens de perfil, dados de gestão e desempenho essencial e indicadores do Suplemento Sectorial de Mineração e Metais. O documento foi verificado por uma entidade externa independente e verificado a conformidade com as orientações produzidas pelo Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM), do qual a Vale é signatária. Também foi verificado pela própria GRI.

Como resultado desta melhoria contínua no que diz respeito à transparência, a Vale tomou recentemente um grande passo em frente, como a primeira empresa de mineração a juntar-se ao Índice de Sustentabilidade de Negócios ISE da Bolsa de Valores de São Paulo, um portfólio que entrou em vigor em 2010.

³²² Claude Kabemba, "Coal versus Communities in Mozambique: Exposing poor practices by Vale and Rio Tinto," *Southern Africa Resource Watch*, February 2, 2012, <http://www.sarwatch.org/publications/research-reports/36-research-reports/1627-coal-versus-communities-in-mozambique-exposing-poor-practices-by-vale-and-rio-tinto.html> (accessed February 20, 2012).

A Vale está em conformidade com todas as suas obrigações fiscais, e segue a legislação aplicável às suas actividades em Moçambique. Está também sujeita a compromissos assumidos no seu contrato de concessão.

A Vale é auditorada trimestralmente e anualmente por empresas de auditoria de grande nível, em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley. Os relatórios financeiros da empresa são auditados e divulgados de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites nos EUA (US GAAP) e no Brasil (BR GAAP), bem como de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). A Vale ganhou o prémio do Programa de Relações com Investidores e o prémio de transparência nos relatórios financeiros.

Fornecedores e mão de obra local

Ao implementar um projecto, a Vale preocupa-se em deixar um legado para a comunidade e o país que vá durar mais tempo do que ciclo de vida de uma mina. Mais do que apenas gerar empregos, a empresa trabalha para desenvolver mecanismos para permitir que a economia local possa se sustentar após o fim da extração mineral.

Todas as acções de recrutamento, treino e desenvolvimento projectadas para o Projecto da Mina de Carvão de Moatize priorizam trabalhadores e fornecedores locais. O objetivo da Vale é favorecer empresas moçambicanas na contratação de fornecedores de bens e serviços e a empresa dá prioridade aos candidatos a emprego de regiões próximas das áreas de produção. A Vale também está a executar parcerias para ajudar a desenvolver as instituições e prestadores de serviços, e está a promover a educação formal e profissional em todo o país através de acordos com institutos e universidades.

De momento, cerca de 84% dos funcionários da mina de carvão de Moatize são Moçambicanos. A empresa tem investido no treino de operadores, técnicos de manutenção e engenheiros de locomotivas, e tem executado programas de estágio em áreas como a geologia, a infra-estrutura, a energia, o meio ambiente, a construção do porto, a engenharia e manutenção, as operações de mineração e exploração. Trabalhadores Moçambicanos têm participado de treinos nas operações da Vale no Brasil.

Entre 2008 e 2011, a Vale contratou 439 empresas registadas em Moçambique, adjudicando contractos com o valor total de cerca de \$ 900 milhões. O nosso objectivo é aumentar o número de contractos com fornecedores locais, e para isso estamos a implementar um

Programa de Ligação com foco em pequenas e médias empresas, de modo a capacitar os empresários locais.

Sobre o processo de reassentamento

Durante a realização dos estudos de viabilidade do Projecto de Carvão de Moatize, a Vale identificou todas as famílias que viviam nas áreas destinadas para as actividades industriais dentro da área de concessão mineira. Juntamente com a Comissão de Reassentamento, e apoiada por uma consultoria especializada, a Vale passou três anos envolvida em amplas discussões com as comunidades e na realização de estudos específicos para a produção de um Plano de Acção de Reassentamento. A Comissão de Reassentamento foi conduzida pelo secretário permanente do Governo Provincial de Tete. Outros membros incluíam representantes das autoridades provinciais (responsáveis pelos Recursos Minerais, Coordenação da Acção Ambiental, Obras Públicas e Habitação e Agricultura), o administrador do distrito de Moatize, e o presidente do Conselho Municipal da Cidade de Moatize.

O diálogo com a comunidade começou na fase preliminar do programa. Um plano de participação da comunidade foi criado, com base em estudos do território e da população residente.

De 2005 a 2007, a Vale realizou pesquisas de dados primárias e secundárias, pesquisas qualitativas e quantitativas, um diagnóstico sócio-económico, um estudo de categorização urbana e ambiental, e uma pesquisa para identificar e registar as partes interessadas. Esta pesquisa proporcionou um diagnóstico detalhado das diferentes áreas de actuação territorial do projecto.

O processo de produção do Plano de Acção de Reassentamento e do Estudo de Impacto Ambiental envolveu um envolvimento e participação pública extenso, constituído por três audiências públicas, 20 peças de teatro no idioma local predominante (Nyungwe), 110 reuniões com a comunidade e seus líderes usando ferramentas informativas, tais como cartazes, 4.927 visitas domiciliares para fins de mobilização social e de bem-estar (envolvendo as famílias e líderes), e 639s sessões de serviços sociais antes do reassentamento começar.

Para seleccionar as áreas de acolhimento, alguns critérios foram estabelecidos pela Comissão. Estes incluíam o seguinte: localização dentro da Área Administrativa de Moatize; a

falta de concessões de mineração na área; a capacidade de acessar a área; a falta de ocupação humana significativa; proximidade com centros urbanos; a disponibilidade de água; e o solo favorável para as culturas arvenses e pastagens. Onze áreas potenciais foram avaliadas, e duas delas foram seleccionadas: Cateme e 25 de Setembro.

A área 25 de Setembro tem características mais urbanas e está localizada dentro de um bairro na cidade de Moatize. A área de Cateme é de uma natureza mais rural e está localizada a 36 km da vila de Moatize.

As famílias que viviam da agricultura, e cujos hábitos eram mais associados com a vida rural, foram dadas a preferência de mudarem para Cateme.

Por outro lado, as famílias com um perfil econômico mais urbano, trabalhando em actividades relacionadas com a cidade de Moatize, foram dadas a preferência de se mudarem para o bairro 25 de Setembro, em Moatize.

Para as famílias que não foram reassentadas, nós oferecemos a opção de "compensação assistida" (106 famílias escolheram esta modalidade), que consistia em comprar outra casa, de acordo com critérios de avaliação e inspeção, escolhido pela família, depois mudando-se para lá. Finalmente, 254 famílias que possuíam casas, quintas e prédios comerciais na área do Plano de Acção de Reassentamento, mas que não viviam lá pessoalmente, foram dados uma compensação simples.

Em setembro de 2009, após a finalização de negociações e acordos, o trabalho de reassentamento das famílias começou.

A área de Cateme recebeu 716 famílias.

Em Cateme, a Vale forneceu as seguintes facilidades para a comunidade:

- Uma escola primária: seis blocos cada um contendo três salas de aula e uma biblioteca;
- Oito casas para professores e uma casa para o director da escola;
- Uma escola secundária: quatro blocos cada um contendo três salas de aula, um bloco administrativo, biblioteca e uma sala de tecnologia de informação;
- Uma clínica de saúde e maternidade e duas casas para profissionais de saúde;
- Uma esquadra de polícia;

- A colocação de ruas;
- Energia eléctrica na rua principal e em instalações públicas;
- Um sistema de abastecimento de água;
- Um kit de cereais e um kit de vegetais entregue a cada família;
- Um pátio de 0,6 hectares para cada casa, para o cultivo de hortaliças e outras atividades;
- 1 hectare de terra arada preparada para o cultivo;
- 1 outro hectare de terra também será providenciado.

O bairro 25 de Setembro recebeu 289 famílias.

No 25 de Setembro, a Vale fornece o seguinte:

- A remodelação da Escola Primária Samora Machel, remodelação e ampliação de seis salas de aula e construção de novas casas-de-banho;
- Remodelação da Escola Secundária, a construção de três novos blocos, cada um contendo três novas salas de aula e casas-de-banho;
- Remodelação do centro de saúde na cidade de Moatize;
- Construção de uma nova esquadra da polícia;
- Energia eléctrica em todas as ruas;
- Ligações de água em todas as casas.

O processo de reassentamento foi concluído em Agosto de 2010. Um programa de pós-reassentamento foi então iniciado e foi implementado um programa social. A Vale Moçambique reconhece que ainda há melhorias a serem feitas à infra-estrutura da comunidade das pessoas reassentadas, e está a trabalhar arduamente para desenvolver acções destinadas a apoiar as famílias, em conjunto com entidades governamentais, para atender às demandas das comunidades reassentadas.

As seguintes acções de melhoria estão em curso:

- Reparos casas;
- Aumento da oferta de água para as actividades produtivas e de irrigação de 20 hectares para o cultivo;
- Programas de geração de rendimento, executados em conjunto com a Agência Agrícola Provincial, incluindo a criação de galinhas e outras iniciativas;
- Expansão da electrificação para todas as comunidades de pessoas reassentadas;
- Suporte para o programa Food for Work coordenado pelo Instituto Nacional de Gestão de Desastres;

- Implementação de um sistema de transporte em coordenação com a Administração do Distrito de Cateme / Moatize;
- Melhoria de estradas de acesso, incluindo pavimentação;
- Formação em técnicas agrícolas, coordenada pela Agência Provincial Agrícola;
- Doação de uma ambulância;
- Uma estação da rádio comunitária;
- Instalação de um mercado em Cateme.

Além das acções acima mencionadas, a Vale está a executar os seguintes projectos sociais e as seguintes acções voluntárias através da sua Fundação, para promover o desenvolvimento socioeconómico das comunidades das áreas onde a sua empresa actua:

- Construção de uma planta para a fabricação de medicamentos anti-retrovirais e outros medicamentos;
- Um Plano de Gestão de Água para Tete;
- Um projecto para apoiar a construção de habitações de baixo custo em Tete;
- Construção de um centro de desportos em Moatize;
- Reabilitação dos Jardins Tunduru;
- Um projecto em parceria com a Universidade de Amsterdão e a Universidade Eduardo Mondlane para treinar estudantes e projectar um sistema de abastecimento de energia para Moçambique;
- Um plano preliminar para conservar as ruínas do Boroma em Tete;
- Um projecto de incentivo à leitura através da distribuição de livros e formação de professores;
- Construção de uma clínica nocturna;
- Festivais culturais e desportivos em Moatize;
- Modelo Quinta de Cateme.

Desde que veio a Moçambique, a Vale implementou várias outras iniciativas sociais no país, conforme listado abaixo.

Acções sociais realizadas durante a fase de estudo de viabilidade:

- Remodelação e apetrechamento do Instituto Intermediário de Geologia e Minas de Moatize;
- Reabilitação do Centro de Saúde de Moatize;
- Reabilitação e ampliação do Hospital Provincial de Tete;
- Doação de quatro ambulâncias para o distrito de Moatize (sistema móvel de ajudas de emergência);

- Formação de profissionais de saúde;
- Construção e reforma de três orfanatos;
- Reabilitação do Instituto Médio de Geologia e Minas de Moatize e da instalação do
- Laboratório Educacional de Carvão;
- Programa de Alfabetização de adultos;
- Apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural para a Associação Mafupa Ya Ndzou da população rural;
- Formação técnica em moda, carpintaria, manutenção de veículos, metalurgia, construção e trabalho elétrico.

Acções sociais realizadas durante a fase de implementação mine:

- Levantamento do perfil nutricional das crianças nas comunidades reassentadas;
- Formação em nutrição para profissionais de saúde e para a comunidade;
- Campanhas anti-parasita para os membros das comunidades reassentadas;
- Workshops de nutrição;
- Formação e treino de grupos-modelo de mães;
- Palestras e monitorização para mulheres grávidas;
- Campanhas de saúde de sensibilização (Dia do Coração, Dia Contra a Malária, uma campanha de HIV, etc);
- Distribuição de redes mosquiteiras para todos os membros das comunidades reassentadas;
- Seminários de capacitação de recursos humanos no sistema de educação;
- Concurso de redações envolvendo as escolas em Moatize;
- Seminário de formação de professores em Moatize;
- Apoio para a implementação de um programa de rádio em Cateme;
- Formação em desenvolvimento, produção e gestão de projectos culturais;
- Curso para treinadores de basquete e de futebol;
- Curso de formação de Atletismo;
- Treino em reciclagem para professores e agentes desportivos;
- Campeonato de futebol de férias;
- Jogos tradicionais;
- Treino para jovens árbitros de futebol; 7
- Festival Anual Cultural e de Desporto (desde 2008);
- Apoio para programas desportivos governamentais (segundo semestre, FUT21 e Jogos da Escola);
- Patrocínio do Programa de Cozinha Moçambique;
- Projecto de Inclusão Digital: três salas de informática instaladas e a realização de um curso de tecnologia da informação;

- Workshops de apoio às actividades agrícolas em Cateme e a doação de inputs melhorados;
- Workshop sobre o plantio de árvores frutíferas e hortaliças;
- Plantio de árvores frutíferas e árvores de sombra nas comunidades das pessoas reassentadas;
- O Projecto "Leia Mais".

Acções sociais em curso - Programa de Quinta Modelo (patrocinado pela Fundação Vale):

- Criação de campos de demonstração;
- Criação de campos de multiplicação de mandioca e batata-doce de polpa alaranjada;
- Aquisição e distribuição de mandioca de ciclo curto;
- Formação de agricultores de mandioca e batata-doce;
- Alocação e distribuição de mapira e de sementes de milho de ciclo curto;
- Criação de um campo de experimentação e multiplicação de inhame;
- Projecto de construção de galinheiros;
- Treino em técnicas de tração animal para os agricultores;
- Produção e doação de mudas de árvores frutíferas para a população de Cateme (banana, laranja, limão, papaia e caju). Estudo sobre apicultura;
- Estudo sobre a criação de codornizes, coelhos e cabras;
- Dias de campo na quinta modelo;
- Treino para os produtores na fabricação e uso de blocos de mineral e pilhas;
- Treino para os produtores na fabricação e uso de compostos orgânicos e pesticidas;
- Instalação de bancos de forragem;
- Cursos de formação na fábrica de farinha, no processo de compostagem, e sobre o preparo do solo;
- O cultivo de hortaliças (alface, couve, quiabo, abobrinha, abóbora, pimentão, pepino e repolho) e o cultivo de outras culturas em 77 hectares (amendoim, batata-doce, feijão, mandioca, milho e mapira). O output é usado para doar sementes para a próxima colheita e a produção excedente é doada a instituições públicas.

A nossa missão é transformar os recursos naturais em riqueza e desenvolvimento sustentável, e estamos empenhados em deixar um legado social, económico e ambiental positivo em Moçambique.

Vale S.A.

Anexo 3: A Resposta da Rio Tinto à Southern Africa Resource Watch

Em 2012, a Southern Africa Resource Watch publicou uma crítica aos reassentamentos da Vale e da Rio Tinto na província de Tete.³²³ A Human Rights Watch replicou a resposta da Rio Tinto abaixo.

A resposta da Rio Tinto às preocupações com as suas operações em Moçambique

29 de Maio, 2012

MOÇAMBIQUE/SOUTHERN AFRICA RESOURCE WATCH – RESPOSTA DA RIO TINTO

Obrigado pelo convite para responder ao artigo intitulado Coal versus Communities in Mozambique: Exposing poor practices by VALE and Rio Tinto, por Claude Kabemba da Southern Africa Resource Watch, de 02 de Fevereiro de 2012 (artigo da SARW) com base num relatório com o mesmo título por Claude Kabemba e Camilo Nhancale publicado em Novembro de 2011 (relatório da SARW).

Boas relações com as comunidades são tão necessárias para o nosso sucesso empresarial como a gestão eficaz das nossas operações. É por isso que procuramos construir relacionamentos de boa qualidade com as pessoas nas áreas em que operamos. O nosso trabalho com as comunidades também ocorre dentro dos parâmetros dos direitos humanos, que refletem os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos e implica o compromisso de respeitar os direitos humanos concordante com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, nós tomamos alegações como as apontados no artigo e relatório da SARW seriamente.

A Rio Tinto reconhece que a melhor prática de aquisição de terras e reassentamentos é essencial para a construção, operação e segurança das minas e operações de longa duração da Rio Tinto. Ao invés de tratar o deslocamento como um exercício operacional de curto prazo para garantir o acesso à terra, nós procuramos uma abordagem de desenvolvimento de longo prazo. Programas de reassentamento oferecem uma oportunidade de contribuir para uma melhoria de vida sustentável e para as metas de desenvolvimento económico nas regiões em que trabalhamos.

³²³ Ibid.

A Rio Tinto partilha as melhores práticas por todo o seu negócio global, esperando que todos os sites sigam com consistência os padrões a nível do grupo. O Reassentamento não é uma excepção - todos os programas devem ser regidos pela nossa forma de trabalhar; pelo nosso código global de conduta de negócios; pela nossa Política e Padrão de Comunidades; pela nossa nota de orientação de Reassentamento; e pelas directrizes da IFC na aquisição de terras e reassentamento adequadas ao contexto jurisdicional. A nossa Política de Direitos Humanos também informa todos os programas de reassentamento.

As observações feitas pela SARW em seu artigo e relatório, foram lidas com interesse pela Rio Tinto e reflectem, pelo menos até certo ponto, os problemas enfrentados pelo programa de reassentamento em Mwaladzi no momento da aquisição da licença da Riversdale pela Rio Tinto em Julho de 2011.

No entanto, alguns pontos do artigo não reflectem a situação no terreno. O Governo de Moçambique, através do Comité Provincial de Reassentamento (PRC), é a autoridade de formal a supervisionar o reassentamento; esta é reconhecida no Plano de Acção de Reassentamento, que foi aprovado pelo Governo (Ministério do Meio Ambiente). Após a consulta com as comunidades, registros escritos e assinados (com minutos e acordos) de todas as interacções que envolvem a Riversdale, o Governo e as comunidades foram guardados. Esforços têm sido feitos para proporcionar o máximo de oportunidades possível para as famílias realocadas para continuar as atividades agrícolas com as famílias reassentadas pela Riversdale a receberem um mínimo de dois hectares por família para a agricultura, além da terra fornecida para habitação.

Além disso, a Rio Tinto gostaria de tranquilizar as comunidades e outras partes interessadas de que se mantém empenhada em estimular projectos económicos produtivos e emprego nas comunidades reassentadas, bem como garantir a infraestrutura social aceitável instituída, e a aquisição de bens e serviços locais está habilitada. O artigo e o relatório da SARW está correcto em afirmar que desafios permanecem, mas estes estão a ser combatidos com abordagens colaborativas e de longo prazo. A Rio Tinto estaria disponível para se reunir com a SARW para actualizá-los sobre esta e outras questões levantadas.

Desde a aquisição da Riversdale, a Rio Tinto tem aplicado recursos significativos e a experiência e conhecimento do grupo global para normalizar o projecto RTCM, inclusivé em relação às oportunidades de trabalho para as comunidades. Em particular, apreciando os desafios existentes em matéria de reassentamento incluindo a restauração de meios de subsistência e desenvolvimento econômico, uma série de avaliações, análises de lacunas e diagnósticos foram realizados para identificar as áreas que necessitam de atenção e melhoria imediata, a médio e longo prazo.

A Rio Tinto não subestima o impacto negativo e complexo que grandes mudanças sociais, como o reassentamento pode ter sobre comunidades e famílias vulneráveis. Também não estamos inconscientes da importância de manter os meios de subsistência sustentáveis. No entanto, temos a intenção de alcançar o sucesso e, trabalhando em conjunto com o Governo de Moçambique, esperamos capacitar e estabelecer precedentes positivos que contribuam para o desenvolvimento social e económico de Moçambique em todos os sectores e ao longo dos anos.

A Rio Tinto está ciente de que o seu trabalho com as comunidades e em torno de questões mais amplas dos direitos humanos em Moçambique é um processo contínuo e requer consulta permanente com todas as partes interessadas. Para o efeito, teve o prazer de reunir-se com a Human Rights Watch no início deste mês para discutir os desafios e as oportunidades existentes. A Rio Tinto está aberta a tal compromisso e diálogo permanente.

29 de Maio de 2012

Rio Tinto Moçambique



A onda de investimento estrangeiro nos vastos recursos naturais de Moçambique promete criar novas riquezas financeiras para um país que foi durante muito tempo classificado como um dos países mais pobres do mundo. Mas a velocidade do governo na aprovação de projectos ultrapassou o desenvolvimento de salvaguardas adequadas no país para proteger os direitos das populações afectadas.

Na Província de Tete, conhecida pelo seu potencial rico em carvão, as comunidades locais foram deslocadas e reassentadas de 2009-2011 devido às operações ligadas ao carvão pelas empresas Vale e Rio Tinto e estas têm enfrentado distúrbios significativos e persistentes ligados ao acesso a alimentos, água e trabalho. Muitos dos agregados familiares praticantes de agricultura que anteriormente viviam ao longo do rio, podiam andar até aos mercados na capital do distrito de Moatize e estas consideravam-se auto-suficientes. Estas vivem cerca de 40 km de distância, em terras agrícolas de qualidade profundamente desigual, fornecimento não fiável de água e acesso reduzido às principais fontes de rendimento não-agrícola. Muitos dos agregados familiares reassentados sofreram períodos de insegurança alimentar, ou quando possível, de dependência em relação à ajuda alimentar financiada pelas empresas responsáveis pelo reassentamento.

Neste contexto, houve falta de comunicação entre o governo e as empresas de mineração com as comunidades reassentadas. Houve também falta de mecanismos acessíveis e de resposta relativos à participação na tomada de decisão, expressão das queixas por parte das comunidades, e obtenção de soluções para as reclamações.

O Governo Moçambicano é obrigado a proteger os direitos humanos, que incluem a alimentação, água, trabalho, habitação e saúde. As empresas privadas são obrigadas a respeitar estes direitos, inclusivé por meio de *due diligence* para prevenir violações de direitos humanos que sejam resultantes das suas operações e no caso de ocorrência dos mesmos, estes devem ser mitigados.

O governo tem vindo a instituir um quadro regulamentar mais abrangente. A Vale e a Rio Tinto assumiram compromissos públicos e privados para melhorar o padrão de vida das comunidades reassentadas. Apesar destas medidas, as comunidades reassentadas ainda continuam à espera da sua prometida remuneração e melhorias-chave a nível de infra-estrutura.

Os projectos da Vale e da Rio Tinto, na província de Tete, são apenas os primeiros de muitos grandes projectos e reassentamentos que irão ocorrer em Moçambique ao longo das próximas décadas, tornando as lições identificadas neste relatório de importância vital para os direitos e o bem-estar de muitas comunidades de Moçambique que prossigam com este processo.

(Contra Capa) A terra fornecida a Senolia S., depois de ter sido reassentada em Cateme, foi recuperada pelas pessoas que cultivavam naquela área originalmente. Senolia não recebeu nenhuma terra em substituição e conseguiu com esforço obter dinheiro suficiente para alugar um lote de terra rochoso e não lavrado.

© 2012 Samer Muscati/Human Rights Watch

(Capa) Mulheres agricultoras que foram reassentadas para Mwaladzi receberam terra com pouco acesso à água e de produtividade limitada. O pacote de compensação também incluiu uma nova casa. “A terra agrícola que recebemos é vermelha e não preto como tínhamos antes. Tentei cultivar milho e morreu. A mapira também falhou Eu não estou assim tão satisfeita. O que eu posso dizer é, o que é uma casa sem comida? Eu não posso comer a minha casa”, disse Maria C. (à esquerda).

© 2012 Samer Muscati/Human Rights Watch